



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**



**EMERGÊNCIA ÉTNICA INDÍGENA, TERRITORIALIZAÇÃO,  
MEMÓRIA E IDENTIDADE DO GRUPO INDÍGENA TABAJARA E  
TAPUIO DA ALDEIA NAZARÉ**

**ILANA MAGALHÃES BARROSO**

**TERESINA - PI  
2018**

**ILANA MAGALHÃES BARROSO**

**EMERGÊNCIA ÉTNICA INDÍGENA, TERRITORIALIZAÇÃO,  
MEMÓRIA E IDENTIDADE DO GRUPO INDÍGENA TABAJARA E  
TAPUIO DA ALDEIA NAZARÉ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientação: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carmen Lucia Silva Lima

**TERESINA – PI  
2018**

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras

Serviço de Processamento Técnico

B277e Barroso, Ilana Magalhães.

Emergência étnica indígena, territorialização, memória e identidade do grupo indígena Tabajara e Tapuio da Aldeia Nazaré / Ilana Magalhães Barroso. – 2018.

103f. : il.

Dissertação (Mestrado em Antropologia) –  
Universidade Federal do Piauí, 2018.

Orientação: Profa. Dra. Carmen Lucia Silva Lima.

**ILANA MAGALHÃES BARROSO**

**EMERGÊNCIA ÉTNICA INDÍGENA, TERRITORIALIZAÇÃO,  
MEMÓRIA E IDENTIDADE DO GRUPO INDÍGENA TABAJARA E  
TAPUIO DA ALDEIA NAZARÉ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientação: Profa. Dra. Carmen Lucia Silva Lima

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carmen Lúcia Silva Lima – UFPI/CCHL  
(Orientadora/ Presidente)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Leila de Castro Pereira – UFPI/CCHL  
Membro Titular

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Caroline Farias Leal Mendonça - UNILAB  
Membro Titular

*Ao grupo indígena Tabajara e Tapuio da  
aldeia Nazaré, pela luta, resistência e  
forma que transmitem sua história e  
sabedoria.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me deu forças para finalizar esse trabalho.

Aos meus pais, Áureo e Zildete, e meu irmão Gilberto por todo amor, apoio, incentivo e suporte em todas as decisões que tomei ao longo de minha jornada acadêmica.

Ao povo indígena Tabajara e Tapuio da aldeia Nazaré, que me ensinou e contribuiu para meu aprendizado. Obrigada pelas vezes que me acolheram em suas casas e cederam o seu tempo para conversar e andar comigo.

À professora Dr<sup>a</sup>. Carmen Lúcia Silva Lima, pela dedicação, tranquilidade, liberdade de produção e confiança; isso foi indispensável para a construção dessa dissertação e pelos degraus que subi no decorrer dessa pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia-PPGANT da UFPI; agradeço ao professor Raimundo Nonato, que esteve sempre disposto a contribuir, à professora Márcia Leila, que acompanhou o processo dessa pesquisa; Lídia, também professora, pelo apoio; e à profa. Jolina pela contribuição na banca de qualificação. Obrigada por terem contribuído para minha formação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, pela bolsa de estudos a nível de mestrado.

As minhas colegas de curso Carla, Odete e Luciana que se tornaram grandes amigas.

Ao bálsamo que alegrava minhas manhãs, as últimas flores do pântano. Agradeço imensamente a Luana e Gerlane por terem significado força em meio às dificuldades da pós-graduação. Obrigada!

A minha companheira de sempre, Márcia Maria. Obrigada pela dedicação, amor, carinho e atenção dedicada ao longo desse percurso. Sem você não seria possível.

A Amélia, Pâmela e Diarlison, meus grandes amigos, que a UFPI, o Centro Acadêmico, a graduação em Ciências Sociais, e que a militância me presentearam. Obrigada meus companheiros por todo suporte na construção desse trabalho. Nossa trajetória juntos foi linda e que nossa parceria continue sempre.

A Iara C. Melo e Gabriela Santana; obrigada por sempre estarem presentes em todas as minhas conquistas, mesmo distantes somos ligadas por muita cumplicidade.

A minha querida amiga Linda Jéssica; obrigada pela força, dedicação e incentivo nessa etapa.

Enfim, minha gratidão a todos(as), que contribuíram e colaboraram com esse trabalho.

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo refletir sobre o processo de Emergência Étnica vivenciado pelos indígenas Tabajara e Tapuio da aldeia Nazaré, localizada no município de Lagoa de São Francisco, estado do Piauí. O relato etnográfico é decorrente do trabalho de campo e do uso de procedimentos tais como: observação, entrevistas, registro audiovisual e participação em eventos e reuniões de interesse dos indígenas. Essa descrição e análise tem a pretensão de evidenciar o protagonismo dos sujeitos que compõem essa coletividade, a forma de organização social e estratégias políticas que estão sendo construídas em vista da afirmação e reconhecimento da identidade indígena. Para entender o processo de mobilização identitária em curso, descrevemos a composição da comunidade, dados historiográficos e a memória social do grupo. Abordamos as relações que se estabelecem entre os próprios indígenas e com os agentes externos tais como pesquisadores, representantes de secretarias e órgãos do poder público. Mostraremos a relação que se estabelece entre a agência dos sujeitos e o contexto das interações efetivadas e como tudo isso integra a construção de etnicidade indígena.

**Palavras-chave:** Territorialização. Memória. Identidade.

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to reflect about the process of ethnic emergence that the indigenous Tabajara and Tapuio in the comunit of Nazaré, located in the Lagoa de São Francisco City, State of Piauí, has experienced. The ethnographic report is resulting of field work and the use of procedures like observations, interviews, audiovisual record and participation in events and meetings that the índios had interest. This descriptions and analysis have the desire of highlight the leading hole of guys that make up this community, the form of social structure and policy strategies that have been building in favor of assertion and recognition of indigenous identity. To understand the identity mobilization process in course, we describe the composition of the community, historiographic data and the social memory of the group. We approach the relationship laid down between the indigenous people and with external actors like researchers, representatives of the bureau and public administrations. We show that the relationship is established between the agency of the subjects and the context of the interactions effected and how all this integrates the construction of indigenous ethnicity.

**Keywords:** Territorialization. Memory. Identity



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Imagem 1</b> - Mural no Museu do estado do Piauí.....	11
<b>Imagem 2</b> - I Seminário de Saúde Indígena do Piauí.....	11
<b>Imagem 3</b> - Oficina de construção do mapa mental da aldeia Nazaré.....	12
<b>Imagem 4</b> - XIV Semana dos Povos Indígenas realizada na UFPI.....	25
<b>Imagem 5</b> - Henrique participando da Semana Acadêmica de Ciências Sociais.....	25
<b>Imagem 6</b> - Oficina de construção do croqui do território dos indígenas da aldeia Nazaré....	26
<b>Imagem 7</b> - Reprodução do mapa das nações indígenas do Piauí.....	32
<b>Imagem 8</b> - Representação das comunidades indígenas do Piauí.....	33
<b>Imagem 9</b> - Mapa localizando o município de Lagoa de São Francisco e Nazaré.....	40
<b>Imagem 10</b> - Croqui representando a dimensão territorial da aldeia indígena Nazaré desenhado pelos indígenas.....	42
<b>Imagem 11</b> - Croqui da parte central de Nazaré.....	44
<b>Imagem 12</b> - Manoel Cinesio e Luiz Cunha.....	48
<b>Imagem 13</b> - Perpetua e Antônio.....	48
<b>Imagem 14</b> - Antônia Maria da Silva.....	49
<b>Imagem 15</b> - Bananeiras no olho d'água do cedro.....	55
<b>Imagem 16</b> - Genealogia da família de Josefa e Antônia Jacinta.....	65
<b>Imagem 17</b> - Roda de conversa e construção do croqui da aldeia.....	68
<b>Imagem 18</b> - III Fórum de Museus Indígenas do Brasil realizado na aldeia Nazaré.....	68
<b>Imagem 19</b> - Roda de <i>toré</i> realizada na praça do CCHL/UFPI.....	69
<b>Imagem 20</b> - Reunião de entrega da monografia e eleição do cacique.....	75
<b>Imagem 21</b> - Apresentação dos representantes da aldeia Nazaré na XIV Semana dos Povos Indígenas.....	81
<b>Imagem 22</b> - Coleta das assinaturas dos índios presentes na construção da carta dos povos indígenas do Piauí.....	84
<b>Imagem 23</b> - Leitura da carta de reivindicações entregue ao governador do Estado do Piauí.....	85
<b>Imagem 24</b> - Museu do Estado do Piauí.....	86
<b>Imagem 25</b> - Mesa de abertura da Semana dos Povos indígenas 2017.....	87
<b>Imagem 26</b> - Roda de conversa no III Fórum de Museus Indígenas do Brasil.....	94

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Crescimento da população indígena declarada por Censo.....	35
<b>Tabela 2</b> - Crescimento da população indígena no Nordeste declarada por Censo.....	36

## **LISTA DE SIGLAS**

CASAI - Casa de Saúde Indígena

CTL - Coordenação Técnica Local

DSEI - Distrito Sanitário Especial Indígena

EFASA - Escola Família Agrícola Santa Ângela

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

LEDOC – Licenciatura em Educação do Campo

MEC – Ministério da Educação

UESPI - Universidade Estadual do Piauí

UFPI – Universidade Federal do Piauí

SECULT – Secretaria de Cultura de Turismo

SEDUC – Secretaria de Educação e Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO: SITUANDO A PESQUISA, O CAMPO E A CONSTRUÇÃO DOS DADOS.....</b>	<b>11</b>
<b>A escolha do objeto.....</b>	<b>12</b>
<b>O campo.....</b>	<b>16</b>
<b>A construção dos dados.....</b>	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO I - CAMINHOS PERCORRIDOS: INDÍGENAS E A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE SOCIAL NAZARÉ.....</b>	<b>25</b>
<b>1.1 Índios do Nordeste.....</b>	<b>27</b>
<b>1.2 Índios do Piauí.....</b>	<b>29</b>
<b>1.3 A presença indígena no Censo Demográfico da região Nordeste.....</b>	<b>34</b>
<b>1.4 Apresentando a aldeia indígena Nazaré.....</b>	<b>37</b>
<b>CAPÍTULO II - MEMÓRIA E IDENTIDADE DOS TABAJARA ITAMARATY E TAPUIA DE NAZARÉ.....</b>	<b>48</b>
<b>2.1 Apontamentos sobre memória e identidade.....</b>	<b>50</b>
<b>2.2 “Quando o pessoal chegou” – pelas falas dos indígenas Tabajara e Tapuio.....</b>	<b>53</b>
<b>2.3 As primeiras famílias.....</b>	<b>60</b>
<b>CAPÍTULO III – EMERGÊNCIA ÉTNICA INDÍGENA E TERRITORIALIZAÇÃO DOS TABAJARA E TAPUIO DA ALDEIA NAZARÉ.....</b>	<b>68</b>
<b>3.1 Emergência Étnica Indígena.....</b>	<b>70</b>
<b>3.2 Os eventos – Engajamento dos Indígenas Tabajara e Tapuio da aldeia Nazaré...78</b>	<b>78</b>
3.2.1 Semana dos povos indígenas realizada em 2016.....	79
3.2.2 Reabertura do Museu do Estado.....	86
3.2.3 Semana dos povos indígenas 2017.....	86
<b>3.3 Demandas e Reivindicações.....</b>	<b>88</b>
3.3.1 Saúde.....	89
3.3.2 Educação.....	91
3.3.3 Museu Indígena.....	92
3.3.4 Qualificação da terra indígena.....	94
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>96</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>98</b>

<b>ANEXOS.....</b>	<b>100</b>
<b>ANEXO A - Carta dos Povos Indígenas Kariri e Tabajara do Piauí.....</b>	<b>100</b>
<b>ANEXO B - Relatório referente ao resgate da história indígena da comunidade Nazaré - Lagoa de São Francisco – PI.....</b>	<b>102</b>
<b>ANEXO C - Carta da comunidade indígena Nazaré - Lagoa de São Francisco – PI.....</b>	<b>103</b>

## INTRODUÇÃO: SITUANDO A PESQUISA, O CAMPO E A CONSTRUÇÃO DOS DADOS

**Imagem 1** - Mural no Museu do estado do Piauí



Fonte: acervo próprio

**Imagem 2** - I Seminário de Saúde Indígena do Piauí



Fonte: acervo próprio

**Imagem 3** - Oficina de construção do mapa mental da aldeia Nazaré



Fonte: acervo próprio

### **A escolha do objeto**

O primeiro contato que tive com a temática ocorreu na época em que eu cursava Ciências Sociais, na Universidade Federal do Piauí–UFPI. Na ocasião, eu tinha a ideia de trabalhar com a questão indígena frente à bancada ruralista no Congresso Nacional. Dessa maneira, a questão indígena sempre esteve presente em meus planos. A chegada da professora Carmen Lúcia Silva Lima no Departamento de Ciências Sociais abriu os caminhos para o interesse que eu despertava pela temática indígena. Apresentei minha intenção de pesquisa. De início ela me expôs o seu estudo recém-iniciado que versava sobre Emergência Étnica Indígena no Piauí. Depois disso tivemos um momento importante para o curso e para a questão indígena no Estado do Piauí, pois o Centro Acadêmico de Ciências Sociais, junto ao Departamento e Coordenação do Curso realizaram a Semana Acadêmica de Ciências Sociais 2014, coordenada pela professora Carmen, evento que é periodicamente organizado pelo curso.

Esse momento foi marcado pela presença dos Indígenas do Piauí em uma mesa redonda coordenada pela professora Carmen Lúcia. A mesa tinha como título: Indígenas e Políticas Indigenistas no Piauí. Nessa mesa contamos com a presença do Cacique José Guilherme; Lideranças Indígenas de Nazaré representadas por Henrique Manoel do Nascimento; Romeu Tavares, representante da FUNAI, e membros representantes da Casa de Saúde Indígena de

Teresina (CASAI). Terminada a mesa redonda os indígenas fizeram uma roda de *toré*. O debate ocorrido nesse espaço proporcionou um contato mais próximo entre os indígenas e a UFPI, além de discutir a situação de cada comunidade que se reconhece como originária no estado. A ideia do debate foi mostrar as condições atuais destas e propor uma troca entre suas vivências e as de alunos, professores e demais participantes. Essa foi mais uma porta de entrada para o começo de minha jornada de pesquisa frente à temática indígena.

Passado esse momento, tivemos alguns encontros para que pudesse me situar nas questões teóricas acerca da Emergência Étnica, territorialização, memória, identidade e outras temáticas pertinentes ao estudo indigenista. Após a introdução do que seria o estudo e as referências bibliográficas, passei a conhecer o projeto e as comunidades que estavam presentes na pesquisa. Afortunadamente a comunidade Nazaré estava inclusa. Esse contentamento faz-se porque sou natural da cidade de Pedro II, e Nazaré por muito tempo fez parte de minha cidade. Assim sendo, já estavam disponíveis a mim algumas informações sobre a comunidade, ao mesmo tempo em que era algo novo, pois raramente surgiam informações sobre a presença indígena naquela região, como era comum em outras, tal qual a do município de Piri-piri.

Durante a Licenciatura em Ciências Sociais iniciei o trabalho de campo com a intenção de escrever o trabalho de conclusão de curso. Tive o primeiro contato com Nazaré no dia 09 de outubro de 2015. Quando cheguei à comunidade já era noite. Iniciamos a coleta de dados no outro dia pela manhã. Durante a noite do primeiro dia de atividade foi realizada uma reunião com intuito de apresentar o projeto à comunidade e pedir anuência do grupo para que a pesquisa pudesse dar continuidade, e para que minha monografia fosse feita no local e, no final, fosse apresentada à comunidade com a etnografia pronta.

Durante a pesquisa de graduação a comunidade estava iniciando sua organização. Inicialmente, a Emergência Étnica em Nazaré foi verificada a partir dos grupos familiares Jacinto, Cinesio e Nascimento. Em outubro de 2015, quando lá estive, totalizavam-se 27 famílias. Em abril de 2016, retornei ao campo, agora como aluna do mestrado em Antropologia da UFPI. Nesta ocasião, pude verificar um aumento significativo em relação à visita anterior nas adesões ao processo de Emergência Étnica e a ampliação da presença dos Tapuio. Segundo os indígenas, o grupo passou a contar com 72 famílias, totalizando 242 pessoas, havendo um aumento de 42 famílias (ver anexo). A transformação ocorrida em Nazaré foi significativa, resultando nas seguintes questões: O que havia mudado? Quem eram essas pessoas que agora integravam a coletividade? Como aconteceram essas adesões e o surgimento de um novo etnônimo? Quais as transformações que esse grupo étnico sofre a partir dessa nova configuração?



Durante a pesquisa de graduação o grupo se autodenominava Tabajara. Segundo seus integrantes, essa denominação é explicada pelo motivo de morarem em uma região próxima à Serra da Ibiapaba, local marcado pela presença dos indígenas da etnia Tabajara. Com as mobilizações e novas adesões essa designação sofreu algumas alterações. Hoje o grupo chama-se Tabajara e Tapuio da aldeia Nazaré. O nome Tabajara permaneceu devido à situação já citada e por alguns integrantes se declararem como tais. O etnônimo Tapuio surgiu a partir de engajamentos de grupos familiares que têm sua ascendência indígena. Estes sujeitos narram histórias antes contadas pelos seus avós e pais, que afirmavam ser sua ancestralidade ligada ao povo Tapuio bravo que passou por Nazaré numa época em que não havia muitos moradores na região. Tanto Tabajara quanto Tapuio estão localizados na comunidade Nazaré, esse sendo o local em que as duas etnias evocam sua identidade indígena.

A história construída e adotada pela comunidade Nazaré é contada por uma das famílias mais antigas residente na região, apresentando diversas particularidades. Um dos aspectos registrados é que a comunidade surgiu a partir da chegada de duas famílias denominadas, respectivamente: Cadois e Cabeludo. Segundo os moradores de Nazaré, essas famílias andavam pela região fugindo da seca que assolava o Ceará até chegarem ao olho d'água do cedro. Há relatos que quando lá chegaram havia indígenas habitando o local. Estes teriam plantado alguns bananais, que atualmente ainda são encontrados por lá. Moradores narram que o “homem branco” começou a fugir da seca no estado vizinho, o Ceará, com isso, ele encontrou uma índia que estava pela região de Nazaré, capturou-a “a dente de cachorro” e “amansou”.

A índia e o homem citado tiveram duas filhas: Antônia e Josefa Jacinta. A primeira é avó do senhor Manoel Cinesio, um dos moradores mais antigos da comunidade Nazaré e que tem um grande potencial narrativo sobre a ascendência indígena do lugar. Com as recentes adesões de pessoas na comunidade, novas histórias sobre essa ascendência foram emergindo, assim surgiu o etnônimo Tapuio. Segundo moradores, esse nome partiu de uma índia chamada Raquel. Destacam que ela estava sendo posta em negociação, pois havia uma intenção de trocá-la por uma burra. Em meio à negociata surgiu um senhor afirmando que pagaria o preço da índia e da burra, dessa maneira, ficando com as duas. Elemento comum nas narrativas é que o senhor saiu “amontado” na burra e deixou a índia ir embora. Narram também que a história da ascendência indígena Tapuio de Nazaré está relacionada a uma outra índia, dessa vez uma criança que foi pega “a dente de cachorro” pela região, esta era uma criança bastante brava, por isso os Tapuio são “índios bravos”. Por um tempo ela ficou presa em um quarto até ser “amansada”, esta cresceu, casou, teve filhos e é rememorada na formação do que hoje é Nazaré.

No período de escrita da monografia submeti o projeto na seleção para a turma 2016/2018 do Programa de Pós-Graduação em Antropologia-PPGANT. Como não havia respondido várias questões na monografia, algumas lacunas inquietavam-me. Dessa forma, o projeto que submeti tratava exatamente da comunidade, pois o processo de reorganização social de Nazaré estava apenas começando e o apoio deles à pesquisa foi fundamental. Como era salutar o interesse de alguém escrever sobre sua história, novos sujeitos iam aparecendo e a coletividade começava a manter relações com outros grupos indígenas vizinhos. Dessa maneira, passei a pensar em uma busca pela memória da comunidade na construção de um novo momento dos indígenas de Nazaré. Minha aprovação na seleção foi motivo de grande alegria para essa região, pois iria surgir mais um material escrito que tratava da história deles e narraria os novos rumos que a comunidade estava começando a tomar.

O trabalho de conclusão de curso escrito no final de 2015 teve como título: “Emergência Étnica Indígena e Processo de Territorialização na Comunidade Nazaré”. Ele foi dividido em três capítulos, nos quais os interlocutores falavam de sua ascendência e como o lugar havia sido formado. A monografia ao todo tem uma introdução, três capítulos, considerações finais e ao final um caderno iconográfico. O trabalho foi entregue impresso e apresentado à comunidade.

Esta dissertação tem a pretensão de dar continuidade às reflexões feitas no trabalho de Conclusão de Curso. Isso significa que a etnicidade indígena será mais uma vez analisada, considerando a atual mobilização e configuração identitária. Para atingirmos este objetivo, seguiremos abordando o processo de territorialização, identidade e memória social, que são temas relevantes para desenvolver essa questão.

Com a visibilidade do povo indígena, agora Tabajara e Tapuio da aldeia Nazaré, a pesquisa toma novos rumos. Os indígenas, que antes já afirmavam uma identidade e reivindicavam seus direitos perante as instâncias federais e estaduais, agora passam a fortalecer o movimento indígena no Piauí, lutando pela conquista e garantia de direitos. Dentro desse processo de Emergência Étnica do grupo, a pesquisa aponta alguns objetivos: compreender como está ocorrendo o processo de reorganização social da comunidade, para isso tenta constatar como o processo está ocorrendo no Piauí. De que maneira ocorre o método de territorialização do grupo em estudo e, por fim, analisar as questões relacionadas à memória social do povo indígena Tabajara e Tapuio.

## **O campo**

Em meados do século XX ocorriam grandes mudanças no campo da antropologia. Essas mudanças estavam relacionadas aos novos grupos sociais que surgiam e começavam a ser pesquisados pelos antropólogos. Estes tinham a tarefa de trazer relatos de suas observações feitas nas viagens. Os dados coletados eram analisados e interpretados. Com essa mudança, o pesquisador necessitava ir em busca de sua pesquisa. O antropólogo britânico, fundador da antropologia funcionalista, Malinowski, ofereceu grandes contribuições com suas experiências etnográficas e passou a ser considerado também fundador da antropologia social. Malinowski, ao narrar a pesquisa realizada, faz *a priori* uma apresentação da descrição de como a coleta do material etnográfico ocorria:

Apresentar um relato detalhado de todos os arranjos experimentais, uma descrição exata dos aparelhos utilizados, a maneira pelo qual se conduziram as observações, o número de observações, o tempo a elas devotado e, finalmente, o grau de aproximação com que se realizou cada uma das medias (MALINOWSKI, 1984, p. 18).

Levando em consideração a observação e as práticas cotidianas, seja nas reflexões feitas do campo, ou nas experiências vivenciadas com os interlocutores da pesquisa, percebemos as habilidades de olhar, ouvir e escrever que são importantes para a construção da etnografia (OLIVEIRA, 1996). De tal modo, “[...] na etnografia o autor, é ao mesmo tempo o seu próprio cronista e historiador, suas fontes de informação são, indubitavelmente, bastante acessíveis, mas também extremamente enganosas e complexas, não estão incorporadas aos documentos materiais fixos” (MALINOWSKI, 1984, pp. 18-19). Assim, percebemos que o olhar do antropólogo é considerado preliminar no trabalho de campo, pois as habilidades exercidas serão uma configuração do produto da pesquisa de campo, na qual o comportamento e a memória de seres humanos serão a construção desse ver, ouvir e escrever do antropólogo.

O desafio da etnografia vai muito além de mostrar o que ela é. Envolve a técnica de registrar o campo estudado, a maneira como os dados são coletados, como a elaboração do produto será feita, ou seja, as experiências vivenciadas como um todo no vasto universo do campo de estudo. Esse desafio nos fez pensar em produções clássicas, como a de Malinowski. De tal modo, foi possível refletir a etnografia e a construção do conhecimento antropológico na possibilidade de pensar a diversidade, por meio da vivência do antropólogo, ou “observação participante”, segundo Mariza Peirano:

Tudo que nos surpreende, que nos intriga, tudo que estranhemos nos leva a refletir e a imediatamente nos conectar com outras situações semelhantes que conhecemos ou vivemos (ou mesmo opostas), e a nos alertar para o fato de que muitas vezes a vida repete a teoria (PEIRANO, 2014, p. 378).

Na construção etnográfica, o encontro com o ser pesquisado conduz à experiência das intensidades ligadas ao lugar de estudo. Aceitar afetar-se pelo campo de estudo implica não só “[...] identificar-se com o ponto de vista nativo, nem se aproveitar da experiência de campo, mas aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assume o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer” (FAVRET-SAADA, 2005, p. 160). De tal modo, conhecer-se pesquisador é deixar ser conhecido pelo nativo, esse fato proporciona uma importante diferença no resultado da construção, pois essa será compartilhada.

Nessa pesquisa experimentamos diversas sensações possíveis para coletar os dados. Desde a construção do projeto, o trabalho de campo teve muitas etapas. A primeira dessas foi, a coleta de dados que aconteceu na Semana dos Povos Indígenas realizada na UFPI em abril de 2016. Em um momento posterior, no I Simpósio de Antropologia do PPGANT. Logo em seguida, continuei em contato com eles por notícias, telefonemas, mensagens e conversas. Acompanhei-lhes na XV Semana dos Povos Indígenas. Nessa ocasião, fui a Nazaré com eles, e assim realizei coleta de dados durante sete dias. Retornei a essa cidade no mês de junho para fazer a entrega do trabalho monográfico, e na oportunidade participei da eleição do Cacique. Pude acompanhar a organização do III Fórum de Museus Indígenas que aconteceu na aldeia no mês de outubro, e participei da qualificação da terra indígena que ocorrera durante quatro dias no mês de dezembro de 2017.

O mestrado exige a produção da pesquisa em um exíguo tempo de dois anos. Contudo, para sanar as idas ao campo de estudo, que foram pontuais, participei de todos os eventos de interesse dos indígenas da aldeia Nazaré. Eram nesses locais que aconteciam discussões sobre suas reivindicações, demandas urgentes e, muitas vezes, as histórias e memórias de seu povo eram narradas nas rodas de conversas. Assim, tive a função de acompanhar os interlocutores nesses espaços, por conseguinte, explicarei, no decorrer do texto, como aconteceram esses eventos e os percursos tomados pelos indígenas da aldeia.

A coleta de dados dessa pesquisa foi iniciada em março de 2016, ao mesmo tempo em que iniciavam as aulas do PPGANT. Comecei, nesse período, a refazer a comunicação com o Cacique Henrique e com a integrante do grupo indígena, Dinayana do Nascimento. Houve um contato constante com esta por ter sido aprovada no curso de Licenciatura em Educação do Campo-LEDOC da UFPI, e participar do Projeto de Emergência Étnica Indígena no Piauí. Passei a recolher dados junto à comunidade por meio de Dinayana, que sempre estava na Universidade e informava quando haveria alguma reunião ou evento, e o Cacique Henrique,

que faz um trabalho de locomoção de pessoas que necessitam vir de Nazaré para Teresina. O Cacique faz viagens constantes à capital e faz contato quando há novidades.

Entre os dias 17 e 19 de abril de 2016, foi realizada a XIV Semana dos Povos Indígenas com o tema: A construção da Política Indigenista no Piauí. O evento aconteceu em Teresina, no auditório Noé Mendes – CCHL, no campus Petrônio Portela da Universidade Federal do Piauí. Teve a parceria da Secretaria Estadual de Cultura e Turismo - SECULT, através do Museu do Piauí – Casa de Odilon Nunes, Universidade Federal do Piauí - UFPI/ Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Fundação Nacional do Índio – Funai/Piauí. A programação do evento contou com a presença da coordenadora do Museu do Piauí, Dora Medeiros; o representante da Coordenação Técnica Local (CTL), Romeu Tavares de Lima Neto; o Pró-reitor de Extensão, Prof. Dr. Miguel Ferreira Cavalcante Filho; o procurador do Ministério Público Federal, Dr. Kelston Lages; além de professores da UFPI, Caciques e lideranças de comunidades indígenas do Piauí e Poranga (CE).

O evento contou com uma programação que circunscrevia questões relacionadas ao reconhecimento, direito territorial, saúde e educação dos povos indígenas; e cada mesa redonda havia um relator. Esses relatores eram alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGANT, que faziam a coleta de reivindicações proferidas pelos indígenas. Nessa ocasião participei efetivamente da organização do evento junto ao Programa e fui relatora da mesa redonda sobre reconhecimento e o direito territorial dos povos indígenas. Ao final do evento, professores, alunos e indígenas construíram uma carta com reivindicações apresentadas pela comunidade indigenista.

No dia 19 de abril, dia do Índio, no período da manhã, indígenas, professores e alunos relatores fizeram a síntese do evento e revisão da carta. As lideranças indígenas do Piauí apresentaram esse documento ao governador do Estado, em uma solenidade realizada no palácio de Karnak. Iniciada a solenidade, o líder indígena da comunidade Canto da Várzea, Cícero Dias, fez a leitura da carta. O governador, em sua fala, assegurou que todos os direitos reivindicados, se fossem possíveis, seriam atendidos, pois, o Estado brasileiro acabava de sofrer um ataque político e social, e os rumos do país provavelmente iriam mudar. Os três dias de evento foram utilizados para estabelecer contato e conversas com as lideranças indígenas de Nazaré e com alguns moradores da comunidade que também estavam participando.

Em junho, foi realizado pelo Programa de Pós-Graduação o I Simpósio de Antropologia do PPGANT - UFPI. No dia 03 desse mês, durante a realização do simpósio, o Cacique Henrique Manoel participou como representante dos povos indígenas de Nazaré na Mesa redonda “Emergência Étnica, Estado e Direitos Indígenas: reflexões sobre reconhecimento e a

garantia de direitos constitucionais”. A história indígena nazarena foi por ele narrada, e foram apresentados detalhes de como aconteceu o processo de reorganização da comunidade. Durante esse evento, tive a oportunidade de coletar informações por meio de recurso audiovisual. Nessa ocasião conversei com Henrique, e ele informou as mudanças ocorridas na comunidade desde a minha última visita.

Nesse primeiro ano de pesquisa, ainda estava a completar os créditos de disciplinas do mestrado. Dessa forma, entrei em contato com a comunidade por meio de redes sociais e ligações, ou quando Henrique e Dinayana vinham a Teresina e conversávamos sobre os acontecimentos que se passavam na comunidade. Nesse meio tempo, ocorreu a primeira assembleia dos povos indígenas do Piauí na cidade de Piripiri nos dias 17 e 18 de dezembro, organizada pelo Governo do Estado, na qual foi discutida a demarcação de terras indígenas, como a definição e qualificação de territórios. Esse momento foi de grande importância para a comunidade indigenista do estado, pois o que havia sido iniciado em abril de 2016, estava começando a se concretizar, porém não pude presenciar esse momento devido a outras demandas.

Em 18 e 19 de abril de 2017, participei da XV Semana do Povos Indígenas do Piauí. A abertura aconteceu no dia 18 de abril no Museu do Estado do Piauí com a presença do governador e de Lideranças Indígenas do estado. No dia 19 de abril, aconteceu pela manhã a mesa redonda “Empoderamento Indígena”. Durante a tarde os indígenas participaram da oficina de artesanato, ministrada por povos do Maranhão. Nessa data recebi um convite para retornar com eles em um ônibus disponibilizado pelo governo para locomoção. Após o aceite do convite, fomos à Nazaré começar a coleta de dados na comunidade. Tanto durante o evento quanto na volta para casa, coletei muitas informações com o coordenador da CTL – Piauí, Romeu Tavares, indígenas das comunidades Tabajara de Piripiri, e Tabajara e Tapuio de Nazaré. Essa visita durou uma semana. Tive que retornar a Teresina, pois parte dos integrantes da comunidade iriam viajar a Brasília para o acampamento Terra Livre. Além disso, ocorreu uma fatalidade com um dos membros. Esse episódio deixou todos de luto e assim fiquei impossibilitada de ajudá-los nas atividades programadas para os próximos dias, essas atividades seriam: organizar algumas peças do museu indígena e participar da organização de uma festa junina na escola da comunidade, onde os povos iriam realizar a apresentação de *toré*.

Nos meses de maio, junho e julho estava realizando análise dos dados coletados em minhas visitas e dos eventos que acompanhei durante a primeira etapa da pesquisa, concomitante a isso, escrevi meu texto de qualificação e o apresentei a uma banca examinadora. Passada essa etapa retornei à comunidade para fazer mais um período de coleta de dados. Dessa

vez encontrei um cenário totalmente diferente do que havia visto três meses antes. Os indígenas estavam se preparando para o III Fórum de Museus. Entre reuniões e montagem do museu, pude fazer algumas entrevistas e ajudar nas atividades do Fórum que aconteceu no mês de outubro e contou com a participação de indígenas vindos de todo o Brasil, e com a participação de um indígena Mexicano.

Passado esse último período de coleta de informações, estive presente em mais um evento com a comunidade da aldeia Nazaré. Este foi o I Seminário de Saúde Indígena realizado pelo governo do estado na Universidade Federal do Piauí. Nessa ocasião coletei informações sobre membros que se fizeram presentes. Ao final do seminário eles construíram uma carta encaminhada para o Governo do Estado do Piauí, na qual reivindicavam saúde diferenciada para os povos indígenas do estado.

Com o trabalho de campo chegando ao fim surgiu a oportunidade de acompanhar a qualificação da terra indígena na aldeia Nazaré, que havíamos iniciado desde 2015, a convite do coordenador da CTL, Romeu Tavares, e da professora Carmen Lúcia, e assim o fizemos. Nos dias 19, 20, 21 e 22 de dezembro foi realizada na aldeia a coleta de dados para a qualificação. Nesta ocasião, apresentamos o trabalho que lá seria feito, organizamos uma roda de conversa com os anciãos e ao fim das discussões construímos um mapa mental do que corresponderia o território reivindicado. Ao final do trabalho apresentamos a coleta frente os indígenas para que depois fosse finalizada a elaboração do relatório final de qualificação da terra.

Durante todos os meses de construção do trabalho me dediquei às leituras bibliográficas acerca da temática para que pudesse me debruçar sobre as causas emergentes com cuidado nas particularidades da comunidade, tendo em vista que são sujeitos coletivos, mas que, antes de tudo, constituem a sua própria subjetividade que exige um olhar antropológico cuidadoso.

### **A construção dos dados**

A sociedade brasileira vem passando por transformações em decorrência do contínuo surgimento de coletividades reivindicando o reconhecimento de identidades diferenciadas. No entanto, na construção histórica e cultural do Brasil, os índios são referência. Ao longo desse processo, esses povos sofreram repressões culturais, foram silenciados, e lhes foram inseridos dogmas religiosos por meio da força, seja ela física ou simbólica. Esse processo permitiu a invisibilização de sua história em decorrência dos maus tratos, fazendo com que neles urgisse a necessidade de se reafirmarem culturalmente.

Com a chegada dos colonizadores portugueses ao Brasil, as populações indígenas sofreram duros ataques. Com a expansão do território, e em busca da exploração de riquezas, os colonizadores investiam com armas sobre o território e sobre os povos indígenas. Muitos desses foram obrigados a integrar as bandeiras de preação<sup>1</sup> e caça aos próprios indígenas. Eles eram indispensáveis nessas bandeiras por terem conhecimento dos perigos da mata e dos melhores caminhos. Os índios que se negavam a integrar as bandeiras eram mortos, ou tinham que fugir e abrigar-se nas missões jesuíticas, nas quais realizavam trabalhos para a sobrevivência, mas, de certa forma, também eram violentados, pois só eram aceitos os que fossem convertidos à religião católica e não possuíssem armas, dentre elas arcos e flechas. Isso fez com que os ataques a missões religiosas pelas bandeiras fossem constantes, pois aproveitavam-se da fragilidade e inospitalidade dos índios e padres da Companhia de Jesus, destruindo as missões e tomando os índios como escravos para as bandeiras de exploração. O Nordeste também participou desse processo entre 1860 e 1870. Esse fenômeno foi primeiramente anunciado em consequência do mais antigo processo de colonização devido a oficial extinção dos aldeamentos. Apesar disso, o crescente número de comunidades indígenas que emergiam na região nordestina produzia uma nova configuração populacional, isso resultava na conformação de um território indígena.

Em meados da década de 1990, a Emergência Étnica Indígena já era um fenômeno presente na região Nordeste, com exceção do Rio Grande do Norte e Piauí. Este, em dados do Censo Demográfico de 1991, registra 314 indígenas em solo piauiense; nos anos 2000 foram contabilizados, respectivamente, 2.994, localizados nas cidades de Teresina, Floriano, Queimada Nova, Parnaíba, Bom Jesus, São Raimundo Nonato, São João do Piauí e Piri-piri. O crescimento do contingente de indígenas no Piauí é notório nos dados do Censo Demográfico, e ultrapassa o Rio Grande do Norte, que atualmente conta com 2.597 indígenas.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), evidencia a necessidade de pesquisas que contemplem essa situação e que permitam entender o processo de construção dessas etnicidades pelo “processo denominado etnogênese, abrangendo tanto a emergência de novas identidades como a reinvenção de etnias reconhecidas” (OLIVEIRA, 1999, p 20).

O crescimento indígena no Piauí nos últimos tempos tem se tornado um importante fenômeno de pesquisa por parte dos estudiosos da área, mas as produções acadêmicas têm apresentado uma visão simples do índio dizimado e não aceitando a ideia de sua inexistência,

---

<sup>1</sup>A preação indígena era uma forma de subsistência dos bandeirantes que aprisionavam os indígenas para utilizarem sua mão de obra.



e não elencando os fatores de seu silenciamento ocorrido ao longo do tempo. Assim, a realização desse estudo contemplará o fenômeno da Emergência Étnica, processo de territorialização, identidade e memória vividos pela comunidade Nazaré. O trabalho busca preencher uma nova página da história indígena do estado do Piauí, apresentando como ocorre o processo de reafirmação das identidades desses indivíduos.

O estudo aconteceu na comunidade Nazaré, situada no município de Lagoa de São Francisco, cidade da região Centro-Norte piauiense, microrregião de Campo Maior, que antes se chamava “Lagoa dos Cláudio” e tem autonomia política desde 1997. A comunidade fica a 8 km da zona urbana do município, tem aproximadamente 1.783 habitantes, sendo que no início deste trabalho, no período de pesquisa da graduação, existiam 23 famílias indígenas cadastradas pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, juntamente com a Fundação Nacional do Índio - FUNAI. No início dessa nova etapa da pesquisa, em 2016, ocorreu outro cadastro dos indígenas de Nazaré, assim foram cadastradas 72 famílias, aumentando significativamente o número de pessoas da região.

A origem indígena dessa comunidade surge a partir da memória social, ou seja, conjunto de “[...] processos de que ocorre a nível da mentalidade humana, seja ela individual ou coletiva” (POLLAK, 1989, p 15), contada pelos anciãos e anciãs que narram a chegada de um grupo de índios fugidos da seca no estado vizinho do Ceará. No século XIX ocorreu a chegada desse agrupamento na comunidade, que fugiam dessa grande seca que assolava o estado, causando fome, dor e miséria. Dessa maneira, resolveram procurar um local que houvesse abrigo e subsídios para sobrevivência. Pelos rios Curralinho e Cedro, chegaram a Nazaré, onde já havia outros grupos dos quais não se sabe o nome. A nova população, então, foi se adaptando com um novo território por ter água e comida em abundância, e fixaram moradia, formando aos poucos o povoado.

A pesquisa situada no âmbito antropológico foi constituída pelos seguintes procedimentos: i) levantamento bibliográfico e aquisição de materiais sobre a temática; ii) visita ao *locus* desta pesquisa para a coleta de dados e acompanhamento das assembleias e reuniões dos indígenas; e iii) entrevista com os interlocutores que estão presentes no campo de pesquisa.

Diante da lacuna que existe na história desses povos, foram coletadas informações com o objetivo de delinear um perfil da comunidade, ou seja, levantar dados, tais como: número de pessoas, localização, trajetória, organização social e política, atividades produtivas e processo de memória e territorialização. Os contatos estabelecidos permitiram a aproximação do campo, assim como a observação de acontecimentos e de conversas, e a aplicação de entrevistas semiestruturadas, que permitiram uma aproximação da realidade e verificar o fenômeno

ocorrido na comunidade, para isso entrevistei lideranças e pessoas que tinham potencial narrativo e puderam elucidar as questões a serem trabalhadas nessa pesquisa. Essa parte do processo me permitiu conhecer como está sendo erguida a identidade desse povo, a memória e o processo de territorialização que é parte constituinte desse trabalho.

As entrevistas e seu processamento, bem como os registros fotográficos, foram coletados com os sujeitos que fazem parte da investigação, respeitando os princípios éticos de pesquisa nas ciências humanas. Na coleta de dados foram utilizados o gravador e filmadora (máquina fotográfica), mediante consentimento. Sempre que necessário, apresentei para as pessoas que fazem parte desse produto informações, objetivos e procedimentos metodológicos adotados em campo.

A análise dos dados permitiu a escrita desta dissertação. Assim, ela apresenta a seguinte estrutura: uma introdução, três capítulos, considerações finais e anexos. É importante observar que, ao longo do texto, há algumas frases e palavras destacadas, isso foi feito para evidenciar o discurso nativo. No primeiro capítulo, “O protagonismo indígena e agentes externos na construção da unidade social Nazaré”, apresento o resumo do percurso histórico de alguns grupos indígenas no Nordeste e enfatizo como incidiu e ocorre o movimento indígena no Piauí. Mais à frente evidencio a presença indígena no Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010, apresentando dados que demonstram o crescimento desses povos na citada região. Abordo aspectos pertinentes à questão estrutural e organizacional da comunidade em estudo, assim descrevo como foi criada a comunidade, as organizações sociais que nela se estabeleceram e situo o leitor nos espaços em que ela transita.

No trabalho da memória, conforme assere Godoi (1999), impõe-se escolhas, certos “filtros”, possibilitando a compreensão e interpretação da especificidade. Assim, no capítulo dois apresento a memória, as diversas histórias narradas pelos indígenas, que correspondem à identidade étnica hoje reivindicada. A construção do capítulo versou também pela incursão das “primeiras famílias” que adentraram em Nazaré, assim evidenciei as famílias mais faladas durante a coleta de informações. Um fator também explicitado nesse capítulo foi a construção da genealogia do primeiro grupo a reivindicar a identidade indígena dentro da aldeia. De tal modo, apresentei um percurso construído a partir da narrativa dos índios que hoje evocam identidade e memória social de um povo a partir da história de “índias pegadas a dente de cachorro”, estas sendo Tabajara e Tapuio bravos.

No capítulo três, trago à reflexão a dimensão da “Emergência Étnica Indígena Tabajara e Tapuio da comunidade Nazaré”. Nesse capítulo, abordo questões relacionadas às demandas indígenas frente ao estado do Piauí e narro eventos, nos quais os indígenas estiveram presentes,

reivindicando seus direitos e expondo suas urgências. Faço uma abordagem sobre as ações realizadas pelo Governo do Estado perante as demandas feitas pelas comunidades. Reflito sobre o processo de Emergência Étnica vivenciado pelo grupo indígena em estudo e apresento como eles estão construindo esse processo dentro e fora da comunidade. Essa etnografia também contém considerações finais e anexo do material que por eles foi construído.

## CAPÍTULO I - CAMINHOS PERCORRIDOS: INDÍGENAS E A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE SOCIAL NAZARÉ

**Imagem 4** - XIV Semana dos Povos Indígenas realizada na UFPI



Fonte: acervo próprio

**Imagem 5** - Henrique participando da Semana Acadêmica de Ciências Sociais



Fonte: acervo próprio

**Imagem 6** - Oficina de construção do croqui do território dos indígenas da aldeia Nazaré



Fonte: acervo próprio

O objetivo desse capítulo é apresentar o protagonismo indígena na região Nordeste para, enfim, verificarmos a realidade vivida no Piauí, *locus* dessa pesquisa. Verificar a configuração da organização indígena na região é uma questão fundamental para este estudo. Com esse propósito são analisadas, neste capítulo, informações sobre a presença desses povos na região de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, observando a variação nos números apresentados nos Censos Demográficos realizados nos anos de 1991, 2000 e 2010. Esses números são importantes para compreendermos o crescimento da população indígena no Nordeste. Para entendermos o protagonismo dessa etnia que aqui será evidenciado é necessário conhecermos a realidade vivenciada pela aldeia indígena Nazaré e as vicissitudes de sua organização.

A primeira parte descreve o percurso histórico da presença indígena no Nordeste brasileiro seguida pela reflexão da presença de remanescentes no estado do Piauí. A reflexão histórica aqui desenvolvida tem caráter introdutório e seu objetivo é apresentar os elementos que demonstrem a presença constante desses povos na região e no estado, apesar de estudos anteriores afirmarem o contrário. Observa-se que esse estudo é uma etnografia e não necessariamente a história trabalhada com uma ordem cronológica circunscrita. Dessa forma, as informações históricas contidas nas páginas que seguem servirão para fundamentar essa pesquisa de cunho antropológico.

## 1.1 Índios do Nordeste

Na região Nordeste ocorre o fenômeno do “ressurgimento” dos povos indígenas. Esse fato acontece devido ao fortalecimento, protagonismo e afirmação de “novas identidades”. Esses são os grandes marcadores da presença desses indivíduos na região. Há algum tempo esses índios tiveram sua história silenciada, saíram de seu território e não eram reconhecidos como coletividades. Quando se falava neles, referiam como “descendentes”, devido a mudanças sociais e culturais pelas quais passaram, e iniciaram um processo de reivindicação de uma “nova identidade”.

Esse novo contexto que tem se reordenado e se recriado perante estratégias impressas nas marcas da memória, e narrativas desses novos índios do Nordeste, iniciou quando grupos indígenas começaram a surgir e reivindicar sua presença e proteção estatal. Ademais, impetraram posicionamento contrário ao discurso proferido de que haviam desaparecido. Agora, afirmam a sua identidade indígena, e é a partir disso que fatos de natureza política, como as demandas de assistência, são colocadas em pauta. Passaram um longo período invisibilizados, e agora começam a se mobilizar para exigirem seus direitos e reafirmarem sua identidade.

A década de 1970 inicia de maneira singular, trazendo o esforço coletivo de identidades vistas como oportunas; assim, o “ressurgimento” do movimento indígena do Nordeste se proliferou e identidades múltiplas e heterogêneas se reinventaram, atualmente integrando um novo contexto político e social. Os índios dessa região mobilizaram-se e passaram a contar com postos indigenistas que constituíram um novo momento do processo de reorganização. Quando se inicia a década de 80, indígenas dos estados de Alagoas, Pernambuco e Ceará começam a se mobilizar e reivindicar direitos, desse modo, chegado o final dos anos 1980, o Nordeste conta com uma mobilização intensa por parte dos índios.

Nesse dado momento da história, os povos silenciados emergiam, passando a afirmar sua identidade num processo que foi manifesto no Nordeste. Se tratando dos indígenas, a região que abriga inúmeras comunidades tornou-se característica pelo fenômeno da Emergência Étnica dessa natureza, que teve um largo aumento no século XX. Os povos que acabavam de ressurgir eram auxiliados pelo órgão oficial para obter o reconhecimento e direitos que a indianidade lhes assegurava. Segundo João Pacheco de Oliveira (1999), seria o reconhecimento da condição de índio por um órgão oficial e modo de vida cultural distinto de cada um.

O órgão indigenista impôs uma estrutura organizacional e representativa como critério para o reconhecimento da indianidade, ou seja, o grupo teria que ter um Cacique para

representar a liderança perante o órgão, e necessitava de um Pajé para fazer os rituais tradicionais da comunidade. Então, o que era realizado pelo órgão oficial nesse momento era a imposição de um modelo de organização indígena que tivesse características das demais populações.

Os anos de 1990 chegam e a Emergência Étnica estende-se por toda a região Nordeste, agora contando com a participação de outros estados, tais como: Ceará, Alagoas, Pernambuco e Bahia. O movimento cresceu e se fortaleceu. Segundo o Censo Demográfico de 1991 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o estado do Piauí também entra nessa rota, e era noticiado que, nele, havia um grupo organizado através da Associação Itacoatiara dos “descendentes” indígenas de Piri-piri. Nessa época, falava-se do grupo Cadois e Cabeludo de Pedro II<sup>2</sup>, que hoje está organizado e situado na Cidade de Lagoa de São Francisco, localizado nas proximidades de Pedro II, sendo esses Tabajara e Tapuio de Nazaré. Nesse período surgiram, também, os Cariri Caboclos de Serra Grande em Queimada Nova.

É importante ressaltar que “[...] a questão indígena no Nordeste está fundamentalmente vinculada a um contexto político contemporâneo, ligado a situações de territorialidade e de identificação étnica” (MARTINS, 2004, p. 227). Nesse período marcado pelo crescente “reconhecimento” dos índios no Nordeste, ocorreram vários diálogos entre FUNAI, CIMI e outras instituições como forma de organização desse novo movimento social, que veio acendendo no campo político e se inserindo através de negociações que consideravam as demandas de toda a região. Suas ferramentas de luta eram o diálogo entre lideranças que apresentavam níveis de interlocução e que se diferenciavam de acordo com a necessidade do local. Esses indígenas surgiram em meio a uma plural emergência de significados, na qual buscavam reconhecimento de sua identidade e sinais diacríticos de sua cultura que se reproduziam dentro de cada comunidade, com suas próprias mobilizações, porém com variedade de formas que entram em choque em meio à sociedade que problematiza o “ser índio” como o “ser selvagem”.

O fenômeno de Emergência Étnica Indígena no Nordeste propagou-se desde a década de 1990, quando os povos ressurgem, começam a traçar novos rumos de suas histórias, e vêm conquistando e apresentando um considerável montante de reivindicações. Pensar nesse fenômeno na região é discorrer sobre algo com potencialidade política, já que os grupos indígenas que reapareceram estão em busca de seus direitos perante os órgãos

---

<sup>2</sup>Antes a cidade de Lagoa de São Francisco pertencia à zona rural da cidade de Pedro II, mas em 1997 a localidade obteve emancipação política e tornou-se município.

institucionalizados do governo. Eles estão à procura de melhorias na saúde, educação, moradia e reconhecimento de suas culturas.

A gradativa organização indígena do Nordeste possibilitou uma nova compreensão desse povo, uma vez que passara a ser protagonista e constituiu grandes lutas nessa região. É fácil notar os papéis políticos que estabeleceram, e como o movimento se fortaleceu, tornando um grupo antes estigmatizado com potencial político em virtude de suas práticas, condutas e organização.

## **1.2 Índios do Piauí**

No estado do Piauí houve, por considerável período, a crença que não existiam indígenas em seu território por terem sido “exterminados” por brancos ainda na época da colonização do estado. É sabido que ocorreu esse esquecimento social e historiográfico, mas a antropologia entende que esses povos apenas sofreram um processo de silenciamento. Nunca deixaram de existir, e agora estão reconstruindo sua história.

Ainda no século XVI, período marcado pela colonização do Piauí, ocorreram grandes confrontos entre indígenas e brancos devido ao expansionismo da pecuária estabelecido pelo branco colonizador em terras piauienses. Nesse mesmo período ocorre o trabalho de catequização feito pelos jesuítas. Essas são provas que os indígenas foram vítimas de exploradores e do poder da igreja.

O bandeirante Domingos Afonso Mafrense foi um dos primeiros a adentrar no Piauí, e perseguiu os indígenas no curso dos rios Piauí e São Francisco, e desde então começou a se beneficiar das terras piauienses e dos que aqui viviam, os índios. Depois de sua entrada no território o bandeirante recebeu sesmarias, que correspondia à margem do Parnaíba, em Paranaguá, no Gurgueia e Paraim. A expansão das fazendas de gado teve início com essas imensas doações de terras. Em 1711, o bandeirante Domingos Afonso faleceu e deixou suas fazendas administradas por homens de sua confiança. Ele não tinha herdeiros, com isso o reitor do colégio da Bahia passou a gerenciar essas propriedades, dando essa tarefa para os jesuítas que multiplicaram seu patrimônio. Para Odilon Nunes (1979) a administração dessas fazendas pelos jesuítas constituía-se fundamentalmente para a coesão de território, transformando em um todo homogêneo, isso impediu a dispersão por pequenos donos, e foi importante para a criação da Capitania, da Província e depois do estado do Piauí.

Houve vários outros colonizadores que adentraram em terras piauienses. Domingos Jorge Velho se destaca por ter “massacrado” os indígenas que aqui viviam na época. Conforme



Monsenhor Chaves (1995), o colonizador introduziu-se no Piauí pelas margens do rio Poti e do rio Parnaíba, e, provavelmente, tenha entrado pela depressão da Serra Grande, por onde passa o rio Poti. Domingos Jorge Velho permaneceu no estado por um longo tempo, nesse período ele desbravou terras, aprisionou indígenas, plantou e criou gado. Foram mais de dezesseis anos explorando o território e hostilizando esses povos nativos. Ainda segundo o historiador, o colonizador teve que abandonar o Piauí para ir ao combate de quilombos nos Palmares.

Sabemos pouco sobre a história dos índios piauienses, pois durante muito tempo esses não foram interesses de estudo dos pesquisadores. São raras as produções acadêmicas disponíveis em bibliotecas, livrarias, arquivo público ou outro banco de dados no Piauí. As poucas produções que se destacam são as que estigmatizam o índio como “selvagem” ou os que “[...] fervilhavam como formigas nos vales dos rios” (NUNES, 1975); chegavam a dizer que foram dizimados pelos colonizadores que adentraram no Piauí, ou até mesmo “extintos” pelo bandeirante Domingos Jorge Velho ou Domingos Afonso Mafrense, considerados por alguns historiadores como os primeiros homens brancos a hostilizar os povos indígenas piauienses. Esse discurso estagnado parte de uma visão etnocêntrica em relação aos povos que não foram “exterminados”, muito menos “dizimados”. Eles sempre estiveram por aqui, agora fazendo parte de uma nova fase da história.

No atual momento da história os indígenas piauienses vivem um processo de reorganização, em que as mudanças em seu território, saúde e educação ocorrem de maneira política, constituindo-se como uma sociedade que está se refazendo diante das interações sociais dos órgãos responsáveis pelas políticas diferenciadas e dos espaços que lhes são dados e conquistados.

A resistência indígena no Piauí está associada a um conjunto de reconstituições do passado e que busca marcas no presente. Assim, cabe aqui recordar a amplitude dessa história indígena, podendo ser indicados alguns fatores que explicam as condições dessa sociedade atual.

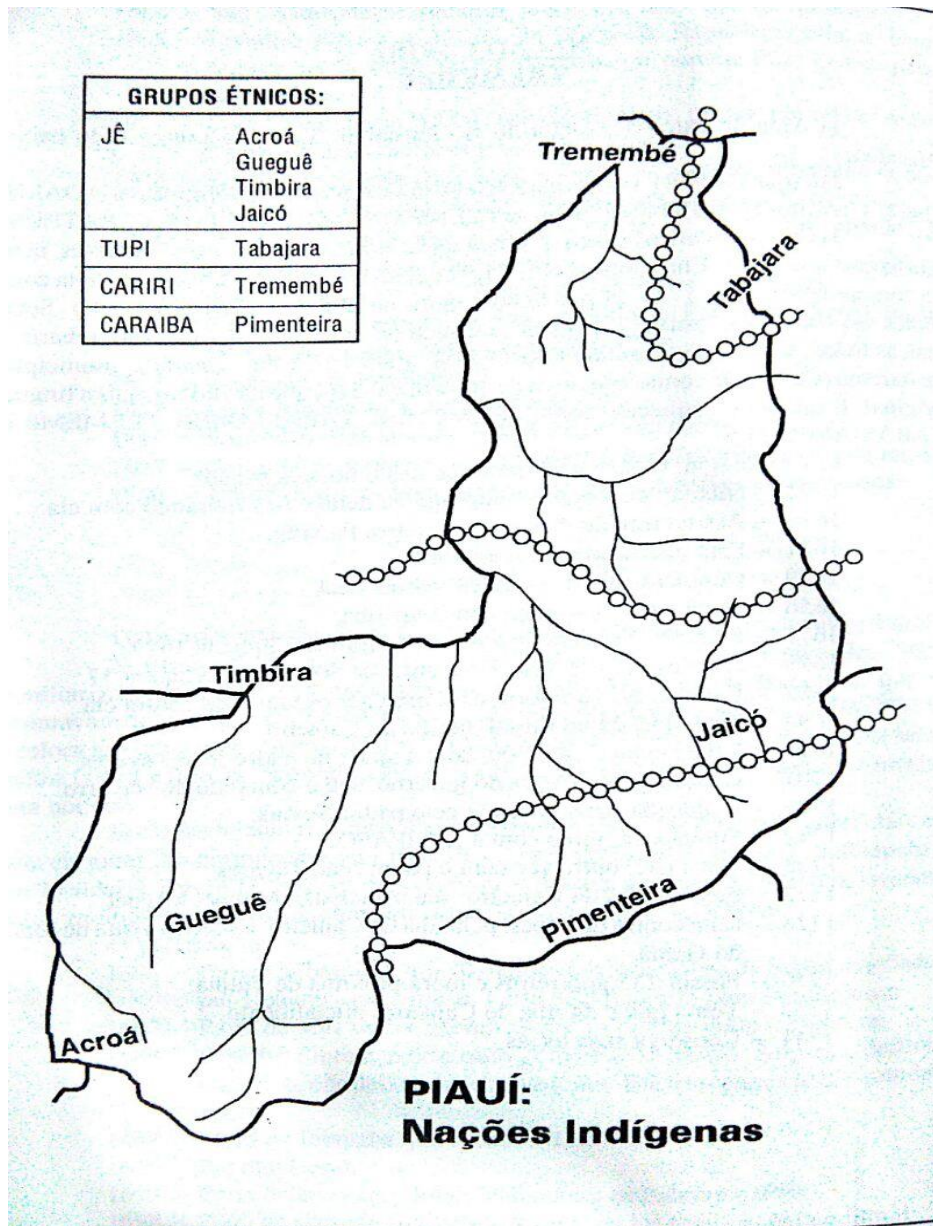
Odilon Nunes (1975) afirma que ainda na época da colonização o Piauí era um corredor de migração, pois os indígenas que por aqui viveram eram nômades. Na “Monografia histórica” escrita por Monsenhor Joaquim Chaves (1995), diagnóstico precoce das farsas historiográficas piauiense, o autor considera o Piauí como um “corredor de migrações”. Ambos os escritores situam com constância onde viviam esses povos, como se representavam dentro das terras piauienses. Essa afirmativa não seria passível de mudanças? Esses indígenas poderiam ou não se fixar, pois viviam em constante trânsito, pois sempre estavam em busca de um bom clima,

alimentação ou até mesmo fugindo das perseguições dos colonizadores, essas migrações ocorriam, mas em algum momento eles cansavam e necessitavam repousar.

Dentro do território piauiense viviam inúmeras etnias, eram tantas que se tornava difícil registrar. Uma mesma tribo era conhecida por vários nomes, pois com cada homem branco que esses indígenas se encontravam eram denominados de uma forma. Eles se deslocavam por todo o território, se encontravam com outros grupos e misturavam-se, assim ocorria a ocupação das terras piauienses. Segundo João Gabriel Baptista (1994), (ver imagem 7), não se sabe ao certo quantas nações indígenas viviam pelo estado na época da colonização, em meados do século XVI.

De acordo com Gabriel Baptista (1994) no Piauí desenvolveram-se quatro grandes grupos, que estavam subdivididos em inúmeras tribos. Dentre essas nações os Jê (Acroã, Gueguê, Jaicó e Timbira), uma Tupi (Tabajara), uma Cariri (Tremembé) e uma Caraíba (Pimenteira). As nações Jê correspondiam aos Acroá, que estavam presentes no Sul do Piauí, nas nascentes dos rios Parnaíba, Uruçuí Preto e Gurgueia; os Gueguê também estavam pelo sul do Piauí e andavam pelo vale médio dos rios Uruçuí Preto, Gurgueia, Parnaíba e pelas Serras do Bom Jesus; os Jaicó ficavam no sudeste do Piauí na zona do semiárido piauiense; os Timbira encontravam-se ao centro sul do Piauí, nos vales baixos dos rios Uruçuí Preto, Gurgueia, Parnaíba e Balsas. A nação Caraíba correspondia aos Pimenteiras que viviam pela nascente do rio Piauí e nas regiões de Paranaguá e Serra de Bom Jesus do Gurgueia. A Nação Tupi correspondia ao povo Tabajara que vivia pela Serra Grande ou da Ibiapaba e iam até o litoral do estado. A nação Cariri, corresponde aos Tremembé, que viviam em toda a extensão do Delta do rio Parnaíba e nos vales de Longá e do baixo Parnaíba.

**Imagem 7** - Reprodução do mapa das nações indígenas do Piauí



Fonte: Baptista (1994)

Havia uma diversidade de nações indígenas nessa época que estavam por todas as áreas do que corresponde ao Piauí. As mencionadas tribos ocupavam um território entre rios, serras, vales e a zona litorânea. A sua territorialidade era móvel e em quase todos os livros que aparecem, elas se localizam nessa faixa demonstrada na imagem. Em algum dado momento esses grupos podem ter se juntado dando origem a novas etnias.

Dando um enorme salto na história, hoje o estado do Piauí, dito que “não havia mais indígenas”, que tinham sido “dizimados”, vem passando por um importante momento, estes indígenas estão se reorganizando dentro do território piauiense e reivindicando seus direitos. Esse processo que se inicia no estado desde a década de 1990 chama-se Emergência Étnica

indígena, fenômeno histórico que ocorre no local. Ainda que seja um processo recente, os índios, que por um tempo silenciados, estão se mobilizando e se identificando enquanto coletividade e se declarando como povos originários do Piauí. Atualmente estão localizados nas cidades de Piripiri, Lagoa de São Francisco e Queimada Nova, e iniciam uma nova história, agora expressa por eles (ver imagem 8).

**Imagem 8 - Representação das comunidades indígenas do Piauí**



Fonte: autoria própria

Nesse processo de Emergência Étnica uma das primeiras coletividades a se identificar enquanto indígena foram os Tabajara de Piripiri, onde há cerca de 300 indígenas vivendo na zona urbana, na comunidade Canto da Várzea e Tucuns. Os índios de Piripiri são liderados pelo Cacique José Guilherme, Pajé Chicão e o presidente da Associação Itacoatiara de Remanescentes Indígenas de Piripiri, Francisco Dias (Cicero) e pela associação indígena Tabajara Ypy. Na cidade Lagoa de São Francisco, especificamente na comunidade Nazaré encontra-se o grupo indígena Tabajara e Tapuio de Nazaré, estes eram chamados de Cadois e Cabeludo. Os Tabajara e Tapuio de Nazaré são liderados pelo Cacique Henrique Manoel do Nascimento e contabiliza cerca de 72 famílias cadastradas na Associação Indígena Tabajara e

Tapuio de Nazaré - APIN. Os indígenas de Queimada Nova, cidade localizada no sudeste do estado são os Cariri da Serra Grande, estes liderados pela Cacique Francisca Cariri.

O propósito deste tópico não esteve voltado para um resgate histórico completo da condição indígena, mas antes o de observar que esses povos sempre estiveram presentes no estado, e que as gerações que se seguiram hoje se declaram como tal. Dessa forma, essa etnografia aborda o processo de reorganização dos indígenas Tabajara e Tapuio de Nazaré ao longo de seu percurso. Antes de procedermos aos detalhes do processo de Emergência Étnica desses grupos, faz-se necessária uma observação dos números que se apresentam nas últimas décadas a partir dos dados presentes no Censo do IBGE.

### **1.3 A presença indígena no Censo Demográfico da região Nordeste**

Nesse tópico irei reportar os registros numéricos da presença indígena na região Nordeste dos anos de 1991, 2000 e 2010, os últimos Censos Demográficos realizados. Mostrar esses dados de tal modo permite a obtenção de uma nova perspectiva do crescimento dessa coletividade nos últimos anos. Sabendo que o primeiro Censo Demográfico Nacional ocorreu em 1872, e que este foi feito a partir da constatação radical de muitos governos e câmaras das províncias, afirmando que os indígenas haviam sido extintos, e que a única coisa restante eram os artesanatos. Os dados que aparecem nesse Censo referem-se apenas a índios catequizados e os que já interagiam com a sociedade, foram excluídos os índios “bravos”. O Censo foi feito a partir do grau de inserção deles na sociedade nacional. Iniciei com o crescimento da população indígena por cada Censo.

Os dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 eram provenientes do quesito cor ou raça e pertenciam ao questionário de amostra, este corresponde a municípios com população abaixo de 15.000 habitantes. Nessa amostra, pesquisa-se apenas 20% dos domicílios, e naqueles municípios que existem mais de 15.000 habitantes a amostra é tirada apenas de 10%. Em 2010, o quesito cor ou raça foi investigado em todos os domicílios do país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, esse aumento da população indígena se deu devido às melhorias e políticas públicas oferecidas a esses povos. O Censo de 1991 revelou que em cada 34,5% da população dos municípios havia um indígena declarado, em 2000 foram 63,5% declarados, e em 2010 correspondia a 80,5%. Em 2000 os autodeclarados aumentaram em relação a 1991, enquanto que em 2010 mantiveram-se em patamares similares.

**Tabela 1 - Crescimento da população indígena declarada por Censo**

<b>Crescimento da população indígena declarada por Censo</b>			
	<b>Indígena</b>	<b>Não indígena</b>	<b>Total</b>
<b>Censo 1991</b>	294.131	145.986.780	146.815.790
<b>Censo 2000</b>	734.127	167.932.053	169.872.856
<b>Censo 2010</b>	817.963	189.931.228	190.755.799

Fonte: IBGE (2012)

Com o fenômeno da Emergência Étnica Indígena no Nordeste tendo iniciado na década de 1980, os números de pessoas que assim se identificavam aumentaram. Essas populações voltaram a aparecer com um contingente de reivindicações e mobilizações por direitos, e esse reaparecimento fica evidente a partir dos dados do Censo Demográfico aqui comparados em 1991, 2000 e 2010. No Censo Demográfico de 1991, na região Nordeste, temos um contingente de indígenas no total de 55.889. O estado da Bahia aparece em primeiro lugar com maior população indígena, estimada em 16.023; em segundo o estado do Maranhão, com 15.674; em terceiro Pernambuco com 10.576; em quarto Alagoas, com 6.690, em quinto Ceará com, 2.694; em sexto Paraíba com, 3.778; em sétimo Sergipe com 706; em oitavo Rio Grande do Norte com, 394; e o Piauí com a menor população indígena, estimada em 314 indígenas declarados.

Segundo o IBGE (2012), o crescimento da população indígena ao ano, no período de 1991/2000 aumentou em cerca de 10%, para isso não existe nenhum efeito demográfico que explique esse fenômeno. Contudo, alguns demógrafos asserem que esse crescimento se deu pelo fato de, em um momento mais apropriado, os indígenas estarem saindo da invisibilidade pela busca de melhores condições de vida. Segundo João Pacheco de Oliveira, esse aumento ocorreu devido à emergência de novas identidades como a reinvenção de etnias já reconhecidas (OLIVEIRA, 1998).

Assim, no Censo Demográfico de 2000, na Região Nordeste, temos um contingente total de indígenas de 170.389; ocorreu um aumento em mais de 100.000 indivíduos. O estado da Bahia permanece sendo o de maior população; Pernambuco ganha o segundo lugar; o Maranhão toma a antiga posição de Pernambuco, sendo o terceiro maior; o Ceará fica como o quarto maior estado com essa população; Paraíba vai para o quinto lugar; Alagoas dá uma diminuída e desce

para a sexta posição; Sergipe e Rio Grande do Norte permanecem na mesma colocação, mas todos os estados tem um grande aumento em sua população indígena declarada.

No Censo Demográfico de 2010 a investigação populacional versava a partir do pertencimento étnico, a língua falada por domicílio e a localização geográfica; esses são os critérios para identificar a população indígena nos censos nacionais em diversos países. Os resultados do Censo de 2010 representavam um aumento de 2000 para 2010 de 11,4%; não foi tão expressivo, mas o Nordeste se destacou apresentando maior crescimento populacional dos autodeclarados indígenas.

**Tabela 2 - Crescimento da população indígena no Nordeste declarada por Censo**

<b>Crescimento da população indígena no Nordeste declarada por Censo</b>			
<b>Estado:</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Alagoas</b>	6.690	9.074	5.219
<b>Bahia</b>	16.023	64.240	19.149
<b>Ceará</b>	2.694	12.198	19.336
<b>Maranhão</b>	15.674	27.571	35.272
<b>Paraíba</b>	3.778	10.088	53.284
<b>Pernambuco</b>	10.576	34.669	14.509
<b>Piauí</b>	314	2.664	2.944
<b>Rio Grande do Norte</b>	394	3.168	2.597
<b>Sergipe</b>	706	6.717	56.381
<b>Total</b>	55.849	170.389	208.691

Fonte: autoria própria

Há uma reviravolta nesse censo de 2010, e o estado de Pernambuco sai de sexto estado com a maior população indígena da região Nordeste e torna-se o primeiro; o estado da Paraíba sai de quinto maior para a segunda colocação; o Maranhão e Ceará se mantêm em terceira e quarta posições; a Bahia, que em 1991 e 2000 era a primeira maior, cai para a quinta colocação; o estado da Paraíba cai de quinto para sexto; Alagoas cai de sexto para sétimo; e o Piauí ultrapassa o Rio Grande do Norte com maior população indígena.

De acordo com o IBGE (2012), no Censo Demográfico de 1991, por alguma razão os indígenas não se autodeclararam como tal. Em 2000, houve muitos incentivos e programas para as populações de baixa renda, e os indígenas estavam nesse grupo, então houve uma conjuntura política mais apropriada para essa população no País, o que estaria ajudando a reverter a invisibilidade desse segmento populacional. Nesse ínterim, os padrões para a amostra eram os mesmos, mas em 2010, mesmo com os quesitos cor e raça o questionário básico era aplicado em todos os domicílios; além disso, o IBGE implementou a investigação dentro das terras indígenas. A região teve um aumento significativo dos autodeclarados dentro do meio rural.

A abordagem dos dados aqui apresentados serviu para evidenciar a presença dos índios no Nordeste, e pode ser observado como um grande salto, pois mesmo com as tantas regras de amostragem tidas pelo IBGE, o crescimento foi significativo em todos os estados. Tudo isso ocorre a fim de explicitar que esse esforço de recuperação sobre os indígenas nessa região se deu, em primeiro lugar, para afirmar e reafirmar a sua não “extinção”. Reitero que o processo de Emergência Étnica no Nordeste ainda está acontecendo, a exemplo do Piauí, onde as mobilizações se apresentam sempre em virtude de melhorias para eles. Será apresentada, no próximo tópico, a comunidade Nazaré, assim chamada no início dessa pesquisa, ou aldeia indígena Nazaré, esta que vem se reorganizando desde os anos 2000 e conseguindo crescer em meio ao retrocesso do estado do Piauí.

#### **1.4 Apresentando a aldeia indígena Nazaré**

Início agora a apresentação do *locus* dessa etnografia. A revisão do processo mais abrangente de Emergência Étnica Indígena foi necessária para a apresentação da comunidade de Nazaré como grupo que está em meio a uma transformação maior. Neste tópico é apresentada a aldeia indígena Nazaré, chamada assim logo após a realização do III Fórum de Museus Indígenas em outubro de 2017, realizado na mesma comunidade. Aqui é evidenciado como a aldeia se organizou socialmente e se constituiu em relação às questões políticas e administrativas. Assim, as modificações ao longo dos anos, desde a sua formação, serão importantes para entendermos por todo o trabalho como se deu a organização e outras demandas que dizem respeito à sua identidade, hoje reconhecida como uma identidade indígena.

A aldeia Nazaré faz parte da zona rural do município de Lagoa de São Francisco, mas os governantes locais consideram a localidade como um grande bairro do município. A região ficou conhecida por ter remanescentes (ARRUTI, 1997) que se identificam a partir de “índias pegadas a dente de cachorro”. Anteriormente o grupo indígena era chamado de Cadois e



Cabeludo, essas eram duas famílias que adentraram na região pelo Olho D'água. Segundo relatos dos moradores, esses dois núcleos familiares eram fugitivos da seca no estado do Ceará.

Algumas familiares que compõem a coletividade evidenciam a ancestralidade indígena a partir de narrativas, quando perguntados sobre a formação do lugar. A aldeia cresceu ao longo dos anos e se organizou baseada em um modo de vida alinhado ao parentesco, agricultura, catolicismo e influência de organizações não governamentais. Conspícuo é o esforço em percorrer os caminhos que estão sendo construídos dia após dia, a partir de afirmações identitárias que evidenciam uma nova história indígena, iniciada por uma coletividade, que nos faz perceber que o passado triste se lança em um futuro relacionado a bases e implicam sinais que evidenciam uma identidade étnica.

Em meados de 2016 a coletividade indígena passa a se chamar Tabajara e Tapuio de Nazaré. Adotou um novo modelo de organização, sendo criada uma associação. Segundo os participantes, isso ocorreu para legitimar a sua existência em instâncias jurídicas. Antes a comunidade se organizava a partir da Obra Kolping e Fundação Mandacaru; essas são as duas organizações que apoiam a comunidade, mas evidencio que os indígenas são protagonistas das ações realizadas dentro e fora da aldeia, mesmo sendo assistidos por essas entidades. O trabalho que desenvolvi com eles em 2015 serviu de documento para a construção da associação e este faz parte da documentação que os identifica perante as instancias públicas e privadas; segundo os associados, o trabalho encontra-se no Museu Indígena, construído no início de 2016.

No contexto que a aldeia vive hoje, é importante ressaltar a figura do Pajé e do Cacique; essas figuras foram construídas por meio de negociações entre os próprios indígenas. O Pajé apareceu em um momento em que a comunidade recebeu o programa de reportagem Caminhos e Trilhas da TV Meio Norte. Em entrevista para o programa, os índios Henrique Manoel do Nascimento e Francisco Antônio afirmaram que ambos foram indicados pela aldeia como Cacique e Pajé, respectivamente; essa escolha aconteceu em reuniões do grupo. O senhor Francisco Antônio diz ter adotado essa ideia por sentir-se pertencente à coletividade e se reconhecer enquanto indígena; mesmo sabendo que o Pajé é o curandeiro, ele diz não conhecer nenhum ritual de cura, ou qualquer outro relacionada, sabe apenas, segundo informações que lhe foram passadas, que o Pajé tem o papel de curar seu povo. As questões relacionadas à cura em Nazaré não são motivo de preocupação, pois o local é também conhecido por ter rezadeiras, ditas famosas; uma dessas é Dona Maria Neri, que desenvolve a benzedura e feitio de garrafadas desde jovem. Ela é conhecida em toda a região por ter realizado curas impossíveis para o homem. Há também um senhor que se declara Tapuio e faz remédios com plantas da mata. Assim, Nazaré é bem assistida em relação ao curandeirismo.

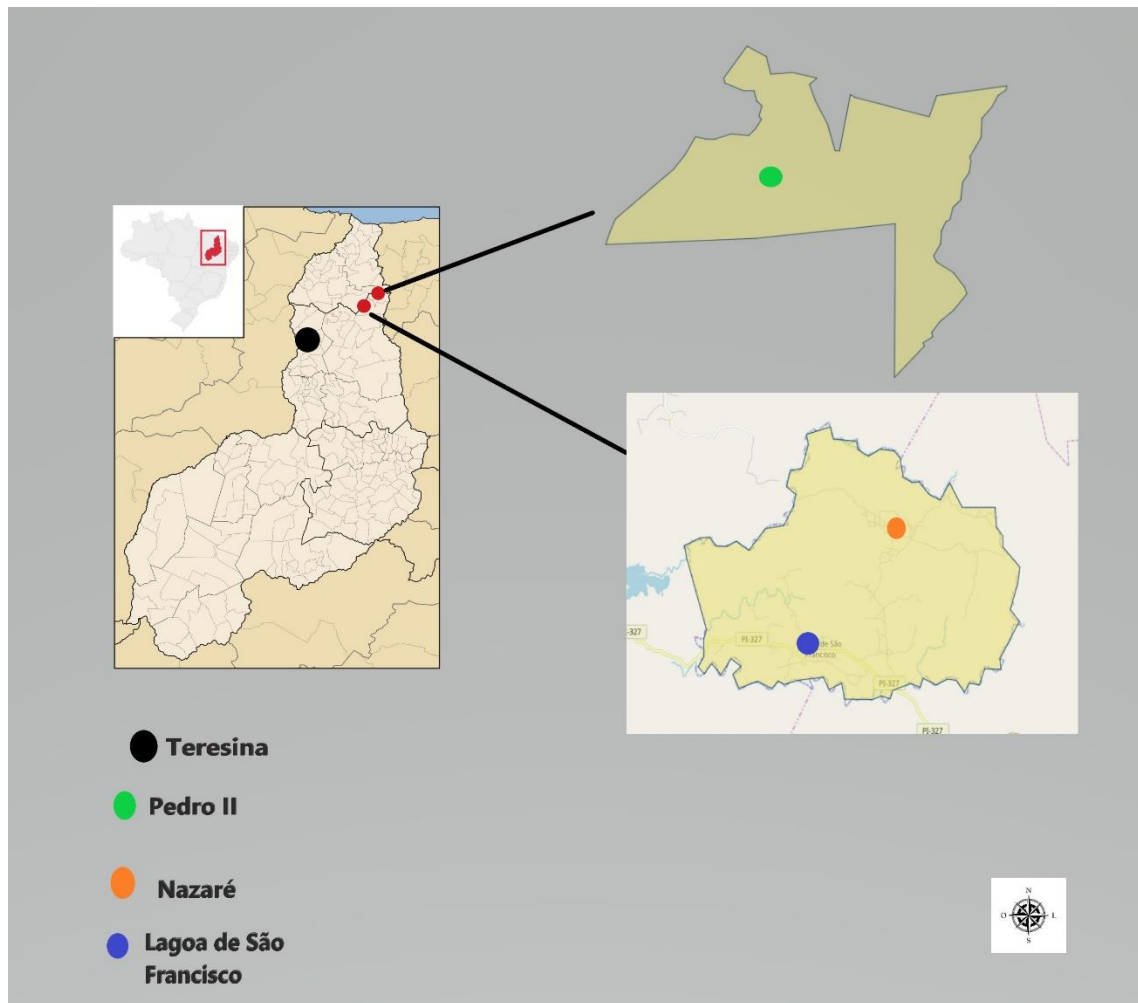
A figura do Cacique segundo os indígenas tornou-se oficial apenas no mês de junho de 2017, quando fui à comunidade fazer a entrega e apresentação do trabalho monográfico realizado na aldeia no ano de 2015. Na ocasião, ocorreu a eleição do Cacique, em que o senhor Henrique Manoel do Nascimento foi eleito por meio do voto dos presentes na reunião como o Cacique. No momento da escolha, os eles também deixaram evidente que ainda haveria uma eleição para eleger o Pajé da comunidade.

O grupo indígena, no período do meu primeiro trabalho realizado, não dançava o *toré*. Nos tópicos que seguem são evidenciados alguns eventos em que a coletividade participou, um dos mais importante para o seu desenvolvimento foi a XIV Semana dos Povos Indígenas, um divisor de águas para a aldeia. A partir desse evento, com as experiências somadas junto aos Tabajara de Piripiri e os Cariri de Queimada Nova, os indígenas de Nazaré começaram a realizar o *toré*, pinturas corporais, uso de cocar e saias de palha. Para evidenciar isso, um relato se faz importante, quando Antônia, tesoureira da associação indígena afirma: “aprendi a batida do pé dançado no *toré* com os indígenas de Pernambuco, quando participei do II Fórum de Museus indígenas, mas aqui da comunidade já aprenderam o *toré* com os indígenas Tabajara de Piripiri nas vezes que se encontraram nos eventos”.

Ao longo da construção da identidade de Nazaré alguns sinais que foram evidenciados, no caso o Cacique, Pajé, o *toré*, tornam-se figuras notáveis nessa constituição. Esses mediadores dão representatividade à coletividade a partir da invenção da tradição (HOBSSAWN, 1997), ou seja, por “uma tradição inventada regulada por práticas tácita ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual, simbólica visam os valores comportamentais” (HOBSSAWN, 1997, p. 9). Assim, as práticas agora estabelecidas pela coletividade representam a legitimação e representatividade que foi adotada por ela. Dessa maneira, as figuras relacionadas são tradicionalmente utilizadas por esse grupo e se reinventam dependendo do processo que estão passando.

A aldeia faz parte do município de Lagoa de São Francisco, localizado na mesorregião centro-norte, microrregião de Campo Maior, em uma distância de 197 Km da capital Teresina. Essas informações podem ser visualizadas no mapa que segue abaixo, no qual são indicados o município e a aldeia. Nazaré, como dito anteriormente, está localizada na zona rural do município de Lagoa de São Francisco, em uma distância de 8 Km de sua sede. O município inicialmente chamava-se Lagoa dos Cláudios, depois Lagoa Redonda, modificando-se para Lagoa de São Francisco, devido à devoção ao santo católico São Francisco. Esta alteração foi alimentada pelo Padre Lotário, alemão que exercia ministério na diocese de Parnaíba, e depois transferido para a cidade vizinha à Lagoa de São Francisco, o município de Pedro II.

**Imagem 9** - Mapa localizando o município de Lagoa de São Francisco e Nazaré



Fonte: autoria própria

Antes de a Lagoa de São Francisco tornar-se município, fazia parte da zona rural da cidade de Pedro II. Em meados de janeiro de 1994, o então governador do estado do Piauí, Freitas Neto, decretou que a localidade se tornaria município, em conformidade com a lei nº 4.680/94. Mas somente em janeiro de 1997 toma posse o primeiro prefeito de Lagoa de São Francisco, o senhor João Rodrigues do Nascimento, que governou por oito anos sendo reeleito. Em janeiro de 2005, foi dada posse ao segundo prefeito, o senhor José Pio de Mesquita, este também governou por oito anos.

A partir do decreto que tornou Lagoa de São Francisco município, os rumos da comunidade Nazaré mudaram, pois ela passou a ser considerada um dos maiores bairros do local, tendo aproximadamente 1.773 habitantes, divididos em cinco microrregiões, sendo: Engano de Cima; Engano de Baixo; Riachão, Chã e Grande Nazaré. Essas regiões serão

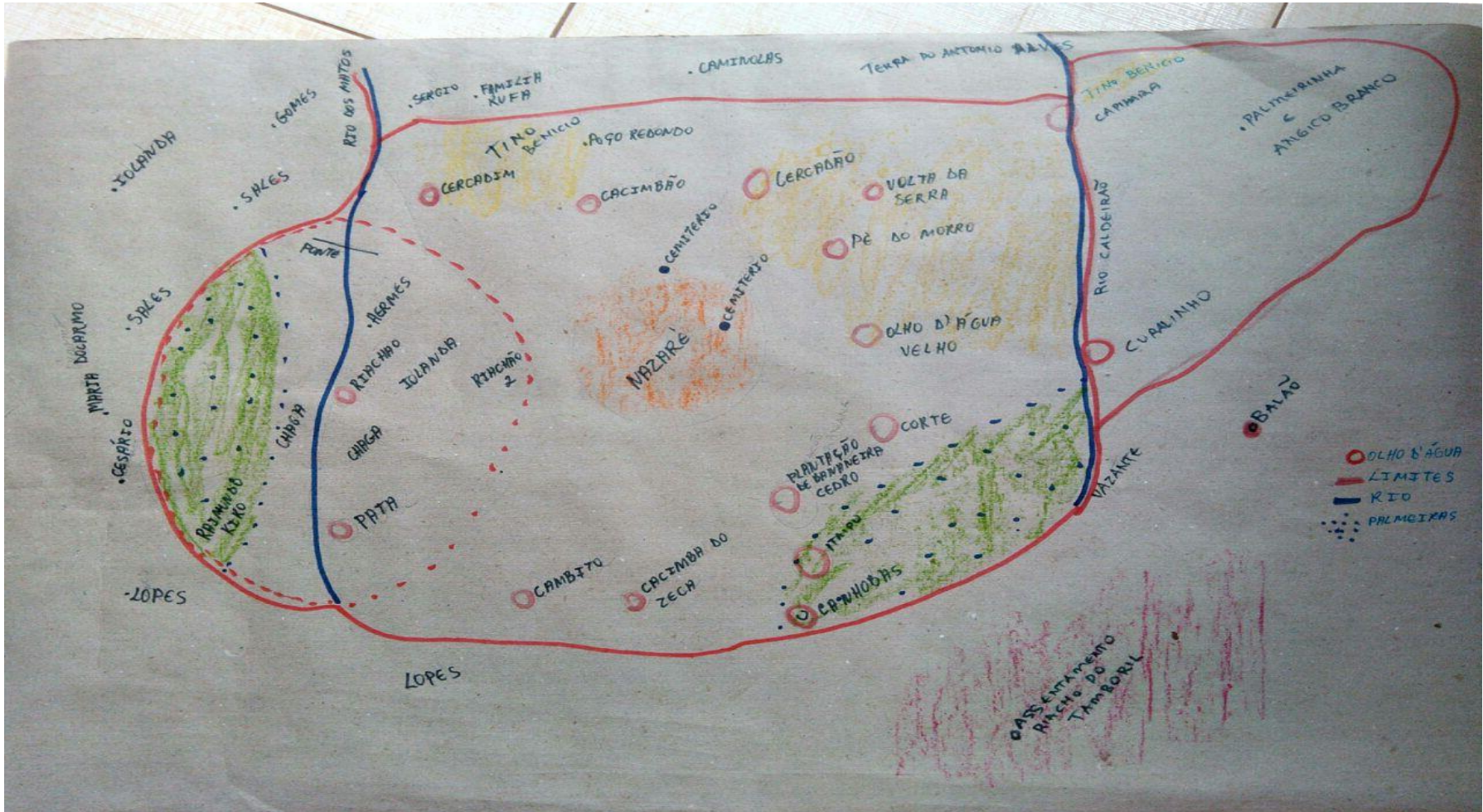
abordadas mais à frente. Segundo a indígena Lucinete, essa divisão de Nazaré ocorreu quando foi realizado um diagnóstico pelo Professor Puscas na comunidade. Essa separação foi feita para facilitar a aplicação dos questionários. De acordo com Lucinete:

Essa questão do grande Nazaré foi criada quando a gente foi fazer o diagnóstico. Ai, como se divide esse grande Nazaré: chama o Nazaré de baixo, que é a região que seu Luís Cunha mora, era considerado o Nazaré de baixo. Da casa do Henrique até a casa do papai é considerado a questão da Chã. Agora, lá pra cima era o restante da Chã, e ali para baixo era o Engano. Ai, isso se deu para facilitar a aplicação dos questionários. Juntando esses três setores, formava o grande Nazaré. Ai, tinha a região lá de baixo que tem a rua da estrela, que era o Engano do Meio, esse diagnóstico foi aplicado até lá. Esse diagnóstico é aquele trabalho do professor Puscas. Essas fontes de água estão distribuídas no Riachão, no Engano de Baixo e aqui no Nazaré que aqui a gente tinha acesso a todas essas fontes de água.

Os indígenas de Nazaré interpretaram o seu lugar e deixaram transparecer a representação daquilo que eles consideravam relevante aos seus olhos. O croqui que agora será enfatizado é o reflexo do conhecimento de cada indivíduo que participou da construção do mesmo. Entendo por croqui “a forma como os agentes representam sua realidade. E mais do que tudo, um posicionamento político” (FARIAS JUNIOR, 2010, p. 93). Esse croqui que será evidenciado foi construído em um momento muito importante para a aldeia. Ele foi produzido em uma oficina liderada pelo Cacique Henrique, e quando necessário ofereci ajuda. Essa atividade ocorreu durante a qualificação da terra indígena, que iremos abordar nos próximos tópicos.

O croqui aqui enfatizado (Imagem 10) é reflexo dos espaços percorridos cujos elementos contemplam os conhecimentos sobre o território que permite situá-los quanto à forma de organização. Assim, o croqui é “produto do conhecimento tradicional, constitui a base da pesquisa científica para a elaboração dos mapas situacionais” (FARIAS JUNIOR, 2010, p. 93).

Imagem 10 - Croqui representando a dimensão territorial da aldeia indígena Nazaré desenhado pelos indígenas



Fonte: indígenas da aldeia Nazaré (2017)

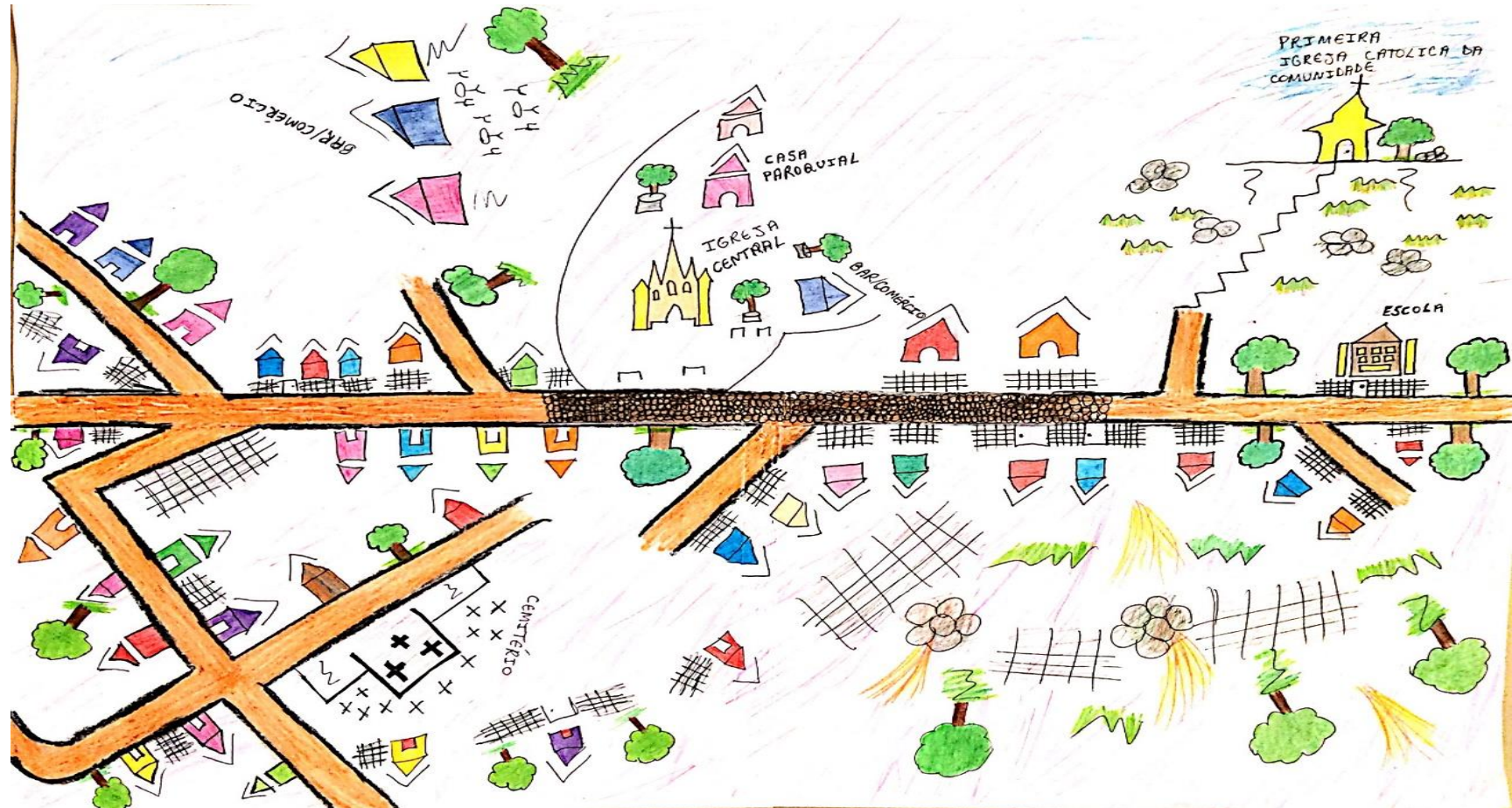
Ao analisar o croqui, foram evidenciados pontos de referência que são compatíveis com o discurso de apropriação do lugar. Muitos moradores narram que a formação de Nazaré iniciou-se por meio de olhos d'água e, a partir desse croqui, os indígenas tornam conspícuo que os limites da comunidade são compostos por essas fontes naturais, representadas pelo círculo vermelho, sendo eles: riachão, olho d'água velho, cercadinho, mangueira, bica, angico, cacimba da Sinhá, pata, cacimba do Zeca, cambito, poço, cacimba do mané lolo, taipuzim, baixa grande, cajueiro, balão, canhobas, tucum, bananeira, capivara olho d'água do cedro e curralinho<sup>3</sup>. Os olhos d'água do cedro, canhobas e itaipu localizam-se com relativa proximidade, desaguando no rio caldeirão. Os rios no croqui estão representados pela linha de cor azul, o rio se liga ao curralinho e vai até à capivara, que fica na divisa de Nazaré com a cidade de Piripiri.

A parte sombreada em amarelo corresponde às terras que foram ocupadas pelas famílias não indígenas, sendo as terras do núcleo familiar de Tino Benicio, Lopes, Sales, Gomes e Alves. Alguns desses proprietários possuem propriedades dentro do que corresponde Nazaré, e outros nas divisas. A parte de cima do croqui corresponde aos limites da comunidade com as terras de Antônio Alves, família Rufa, Sergio e Caramiolas (região da baixa grande), que fica próximo a Piripiri. A parte de baixo faz limite com a propriedade da família Lopes e com o assentamento Riacho do Tamboril, este representado pelo sombreamento vermelho. O limite à direita corresponde ao balão, a Palmeirinha, Angico Branco e mais algumas terras da família Benicio, que se encontram com as de Antônio Alves. A parte esquerda corresponde ao Riachão, que inicia na faixa pontilhada vermelha, ao meio passa o rio dos Matos; a área sombreada de verde e pontilhada de azul representa uma área conservada e que possui palmeiras. Os limites do Riachão são as terras da família Sales, Lopes, Cesário e Gomes. Na parte central do Riachão há dois olhos d'água, sendo a pata e o riachão. Ainda nessa área existem proprietários de terra: Raimundo Kiko, Iolanda, Hermes e Chaga. Nesse espaço há uma grande concentração das famílias indígenas Tapuio.

---

<sup>3</sup> Esses últimos olhos d'água citados são o marco da história de Nazaré, pois foram neles que os indígenas viveram por muito tempo, e por onde a família Cadois e Cabeludo chegou.

Imagem 11 - Croqui da parte central de Nazaré



Fonte: autoria própria

O croqui destacado acima (Imagem 11) foi produzido por mim durante a pesquisa de campo. Nele busco retratar a parte central da aldeia, onde há uma escola pública, a escola Professor Raimundo Pereira, que atende crianças do Ensino Fundamental I e II. O quadro de professores dessa escola é composto por vinte profissionais, sendo que quatro são indígenas. Há um anexo na localidade que possui Ensino Médio. Além dessa escola, também há uma creche chamada Vovó Raimunda Tomaz que atende crianças do maternal I e II. Alguns alunos, quando concluem suas atividades do Fundamental I e II, iniciam o Ensino Médio ou prestam seleção para estudarem na Escola Família Agrícola (EFASA), outros deslocam-se todas as noites para estudar em Lagoa de São Francisco, e em outros casos frequentam a escola na cidade vizinha, Pedro II. Ao término do Ensino Médio, alguns jovens vão para os grandes centros urbanos em busca de oportunidades, a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, mas existem os que ingressam em Curso Superior ou Tecnólogos no estado.

Na comunidade existem duas igrejas católicas, uma igreja evangélica (Assembleia de Deus) e cultos domésticos. A primeira igreja católica de Nazaré localiza-se no alto de um morro, com escadarias para facilitar o acesso. Ela foi construída a partir de uma união dos moradores. O senhor Manoel Cinesio, um dos mais antigos da comunidade conta: “eu ajudei na construção e na renovação da igreja do morro. Auxiliei na troca do telhado da igreja com os outros homens da comunidade, isso na época que o primeiro telhado estava ficando ruim”. O padroeiro dessa igreja é Santo Antônio.

A segunda igreja católica localiza-se no centro de Nazaré. Ao seu redor existe uma praça cheia de árvores, com um cruzeiro ao meio, e atrás da igreja há o salão paroquial, onde ocorrem o catecismo e as reuniões da associação indígena. A casa Kolping está localizada atrás da igreja, esta é utilizada pelos associados quando há reuniões com a presença de poucas pessoas. Nela, também ocorre a distribuição de alguns bens que a comunidade recebe. No lado direito, esquerdo e frente há bares e algumas casas. A praça da igreja Nossa Senhora das Dores é o que movimenta a comunidade, pois ela é ponto de encontro noturno de meninos e meninas que buscam sinal de rede móvel para utilizar a internet. As ruas da comunidade são todas de piçarra, com exceção da rua principal ou avenida, que corresponde ao trecho que passa em frente à igreja Nossa Senhora das Dores; essa parte é calçada de paralelepípedos. Há também um cemitério, localizado atrás da avenida principal. Este encontra-se lotado, entretanto outro espaço já foi providenciado.

Todas as áreas evidenciadas no croqui sempre foram utilizadas pelos moradores de Nazaré. Nesses espaços localizavam-se os locais de caça, agricultura, coleta de barro e de mel. Antes da chegada da energia e da água, no que corresponde a comunidade no croqui, as famílias



moravam afastadas e desenvolviam a agricultura. Eles plantam e colhem até o presente momento, mesmo que em uma proporção menor, produtos como milho, feijão, mandioca, fava, maxixe, quiabo, caju, ata, goiaba, acerola, ciriguela, entre outros. Nessa faixa que corresponde à linha vermelha, era também desenvolvida a caça. Os indígenas caçavam preá, tatu, cotia, paca e etc. Alguns coletavam barro para fazer pote, panela e prato como utensílios domésticos. A coleta de mel também era atividade comum. Atualmente, os moradores de Nazaré desenvolvem a agricultura, e quase 90% deles tem lavouras ao redor da comunidade. Fazem o plantio em terras de outras pessoas, e pagam uma renda de cinco por um; pecuária com a criação de porco, galinha e bode; alguns são comerciantes ou funcionários públicos.

O topônimo do lugar é importante para essa etnografia, pois ajuda a recuperar os elementos históricos transplantados na realidade que um dia se ouviu falar e que ainda se fala, independente da forma que é contada ou da versão descrita, afinal, Nazaré passou por vários processos até tornar-se o que é hoje. O ponto de partida para a busca da origem do nome iniciou-se a partir do diagnóstico iniciado em 1989, por meio da Obra Kolping, Fundação Mandacaru e Universidade Federal do Piauí. Na época, pesquisadores da Universidade estudavam as potencialidades agrícolas, culturais, econômicas e físicas do lugar, a partir disso, os moradores dos arredores abriram-se para falar que aquele lugar tinha origem indígena.

Existem narrativas decorrentes do nome de Nazaré. Assim, na época que ainda fazia parte da zona rural da cidade de Pedro II, a localidade chamava-se Itamaraty. Segundo os moradores, esse nome significa “rios” e “pedras pontiagudas”. Após algum tempo, a comunidade recebeu padres vindos da cidade de Pedro II, estes iam celebrar missas na igreja de Santo Antônio, a que fica no alto da comunidade. Os padres que ministravam a missa eram Padre Norberto e Padre Lotario; ambos diziam que Nazaré vista do alto da igreja era linda. Esses dois padres sempre celebravam missas na região, mas numa certa época eles andavam acompanhados de um pároco chamado Alexandre, este olhando do alto da igreja assemelhou aquela vista com Nazaré da Galileia. Assim, desde o dia dessa comparação, os moradores, poder público e demais pessoas começaram a chamar de Nazaré o que antes era denominado Itamaraty.

Nos tópicos anteriores foram citadas algumas organizações que adentraram na comunidade, ainda na década de 80, e que atualmente desempenham trabalhos dentro dela, tendo destaque a Fundação Mandacaru e a Obra Kolping, ambas vinculadas à igreja católica. O protagonismo das famílias indígenas revelou atores políticos que adquiriram conhecimento buscando desenvolvimento da vida social daquele povo em razão da defesa de seus direitos.

Para isso, eles contam com parcerias dessas entidades que se mostram presentes dentro da realidade vivida por eles atualmente.

A Obra Kolping é uma organização da sociedade civil sem fins econômicos, e desenvolve atividades em Nazaré desde a década de 90, por meio do Padre Lotário, que no período de implementação da organização, residia na cidade de Pedro II. O referido padre ajudou a instalar a entidade no local. Há uma sede dessa obra dentro da comunidade, construída por Austríacos no ano de 1997. A Obra Kolping em Nazaré é organizada administrativamente pelos indígenas da localidade (presidente, secretário e tesoureiro). Entre os associados também estão os não indígenas.

A Fundação Mandacaru de Pedro II, citada ao longo do texto, também desenvolve atividades em Nazaré. A entidade é organizada por um grupo de pessoas com o anseio de lutar por um semiárido de riquezas. Em meados de 1992, a aldeia, em parceria com a entidade, conseguiu a aquisição de uma rede de energia elétrica. Pouco mais tarde, em meados de 1995, eles conquistaram um poço tubular para o abastecimento de água na comunidade, que anteriormente era feito nos tantos olho d'água e rios que existem na região.

Por conseguinte, a apresentação do local em que a pesquisa foi realizada torna-se importante para que se entenda a forma de organização social e política impetrada em Nazaré com o tempo, e as maneiras como as relações políticas e sociais foram se constituindo, mesmo sofrendo modificações ao longo dos anos. A aproximação da religião católica é evidente, entretanto os indígenas apresentam uma formação política interna específica, afinal eles são protagonistas do crescimento da comunidade. Ao reivindicarem sua própria identidade, esses indivíduos tornam-se autores de sua própria história. O processo de reivindicação dessa identidade é trabalhado no próximo capítulo objetivando demonstrar como esses atores o têm vivenciado, e alguns elementos que fazem parte da reconstrução da memória da origem da comunidade que abriga os indígenas aqui estudados.

## CAPÍTULO II - MEMÓRIA E IDENTIDADE DOS TABAJARA ITAMARATY E TAPUIA DE NAZARÉ

**Imagem 12** - Manoel Cinesio e Luiz Cunha



Fonte: acervo próprio

**Imagem 13** - Perpetua e Antônio



Fonte: acervo próprio

**Imagem 14 - Antônia Maria da Silva**



Fonte: acervo próprio

Este trabalho é uma etnografia dos Tabajara e Tapuio da aldeia indígena Nazaré. Os moradores da aldeia afirmam ser de “sangue misturado”. Ao dizerem isso, conferem à sua memória e identidade uma maior extensão, tornando-a um passado eternizado. Independentemente do que foi vivido por cada sujeito rememorado, agora identificado pelos que constroem essa identidade e memória indígena, hoje, ao fim dessa pesquisa, a então comunidade Nazaré torna-se “Aldeia Indígena Nazaré”. Assim, a memória é fonte de referências identitárias, que são evocadas do passado sob a forma de lembranças. Segundo Halbwachs (2006), a memória coletiva e memória individual distingue-se conforme as lembranças são organizadas. Essas lembranças se distribuem dentro de uma sociedade, sendo ela grande ou pequena. Assim, Nazaré é resultado das lembranças dos que a ela pertencem, e que por meio delas reivindicam uma identidade.

O escopo desse capítulo é marcado por relatos presentes na memória dos Tabajara e Tapuio. As narrativas a serem apresentadas constituem-se como formas diversas de contar a história de sua ascendência indígena. Essa ancestralidade aponta para várias histórias que marcam seu protagonismo político e social nas situações expostas nos capítulos anteriores e agora evidenciadas nesse capítulo. Esses atores sociais que fazem parte da coletividade vivem o processo de rememoração na busca de reconhecimento de sua etnicidade, para isso, esses acionam a memória como estratégia de afirmação da identidade indígena.

Nesse capítulo também é exposta a história do grupo indígena, que foi mobilizada no decorrer do processo de Emergência Étnica que ainda está acontecendo. Para isso, a discussão teórica sobre memória e identidade é fundamental para compreendermos esse processo. Antes da abordagem dos relatos são necessários alguns apontamentos acerca da construção da memória e identidade.

## 2.1 Apontamentos sobre memória e identidade

Rememorar é mais do que trazer o passado para o presente; é evocar um passado vivido que ecoa na atualidade. A construção da memória e da identidade equivale a esse processo, quando se juntam e tornam-se um organismo discursivo, no qual, ao narrar, o sujeito mobiliza sua memória, põe em ação suas experiências e dá significado a essa história em que ele se ancora, ou seja, quando se tem uma memória, a identidade é construída por meio da sua narrativa.

Para o entendimento das representações que os indígenas de Nazaré expressam é fundamental evidenciar que estes reivindicam uma “identidade étnica” por meio da “memória”. Essa identidade é também consequência de critérios culturais que o grupo associou a si mesmo. As reivindicações identitárias também são feitas por meio de dimensões políticas e sociais. Como afirma Cardoso de Oliveira, “a identidade social surge como a atualização do processo de identificação e envolve a noção de grupo, particularmente a de grupo social” (OLIVERIA, 1976, p. 4).

Com os efeitos dessa identidade, Oliveira (1976) reflete sobre a dimensão de uma “identidade contrastiva”, que objetivamente permite construir a essência da identidade étnica por meio da “afirmação do *nós* diante dos *outros* ou quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam” (OLIVEIRA, 1976, p. 5).

Para a análise desse processo, busquei outros autores que discutem o tema da identidade. Em alguns trabalhos são estabelecidas conexões que identificam os atores presentes no meu campo de estudo. Por certo, a identidade acionada pelo grupo é importante na atualidade, pois isso significa uma estratégia básica para reivindicar direitos deles usurpados anteriormente, e assim tomamos aspectos teóricos variados para a discussão que segue.

Adotando a perspectiva de Stuart Hall (2011) sobre a identidade cultural, as identidades ditas velhas estão estabilizando o mundo social que por muito tempo fragmentou identidades novas e os indivíduos modernos. Trata-se, portanto, de mudanças conceituais e dos sujeitos,

pois ambos emergiram tardiamente e se fragmentaram em suas identidades culturais. A preocupação do autor está em considerar que essa identidade é formada e transformada no interior das representações sociais de um grupo. Nesse panorama, identidade para o autor evidencia um “eu” coletivo capaz de fixar e garantir pertencimento cultural, assim a concepção aceita desse conceito corresponde:

As identidades que parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com questão da utilização de recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos (HALL, 2000, p. 108).

Dessa forma, a construção desse conceito está sujeito a mudanças em um contexto marcado pela necessidade de se afirmar uma identidade, considerando a história e a cultura, mesmo estas sendo formadas e transformadas continuamente. Afinal, ainda segundo Hall (2011, p. 13), “a identidade torna-se uma *celebração móvel* formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”.

Castells (2002) indica a sociedade em rede caracterizada pela globalização e pela transformação das bases materiais da vida para tratar de um mundo novo, no qual os avanços de identidades coletivas desafiem a globalização e o cosmopolitismo. Essa “sociedade em rede” de que o autor trata, penetra em todas as sociedades possíveis resultando numa homogeneização de identidades. A construção da identidade aqui tratada corresponde aos atores sociais, que passam a entendê-la como uma “construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados” (CASTELLS, 2002, p. 22).

Essas identidades tratadas pelo autor se desenrolam a partir de redes. Na realidade aqui descrita, isso acontece a partir de parcerias com entidades do governo estadual, a universidade, ONGs e outras “redes” estabelecidas pelos próprios indígenas. Essas relações fazem parte da constituição de sua identidade e dão significado a ela, a partir de sua organização enquanto grupo que reivindica uma identidade indígena determinando símbolos que os identifiquem.

Michel Agier (2001) aborda o estado da questão identitária numa perspectiva antropológica para refletir os processos culturais contemporâneos. A observação feita é concernente a criações culturais, considerando se elas são atualmente dominadas pela problemática da identidade. Nessa perspectiva, a cultura está revertida em toda a ação humana que sofre influências do contexto em que está sendo usada, para assim entendermos a identidade

como uma trajetória que cada pessoa realiza. As mudanças não fazem o indivíduo perder sua identidade, mesmo que troque de lugar.

As questões referentes à identidade são fundamentais quando se trata da temática indígena, mas não é possível abordar esse assunto sem enfatizar a memória. Em primeiro lugar, por ser um meio de construir a história da coletividade; segundo, por sustentar a identidade étnica do grupo. Tendo visto algumas noções básicas sobre esse conceito, passemos agora para o ponto da memória.

A memória vista como a construção do passado vivido, no processo de Emergência Étnica, passa a tomar corpo quando os participantes desse processo constroem uma memória social de dois segmentos populacionais, que foram marginalizados e estigmatizados. Como exemplo, o grupo que aqui trabalho, que hoje reivindica uma identidade indígena, demonstrando valor e direito. Neste ponto da discussão, adentraremos em questões correspondentes à memória, por ser complementar à identidade.

Nesse sentido, Michael Pollak (1989), em sua análise sobre “Memória, esquecimento, silêncio” dialoga com os diversos pontos que estruturam nossa memória. Nesse sentido, o teórico ressalta a importância da “memória subterrânea” e “memória oficial”. A primeira faz parte da integração de culturas minoritárias com culturas dominantes, e a segunda seria uma memória nacional. Observando-as, estas entrariam numa categoria de análise do ser “o dito” (memória oficial), e “o não dito” (memória subterrânea). Assim, os conflitos, as crises, a oralidade, ficariam corroborados na memória subterrânea; a relação com o poder, uso do espaço (narra a memória oficial, legitimando-a), o que lembrar e o que deve ser esquecido, afina a memória oficial.

Na formulação de Halbwachs (2006), é distinguida a memória coletiva de memória social, conforme o passado é organizado sob a forma de lembrança. Ambas as memórias abordadas por ele preenchem lacunas eventuais e as tornam lembranças individuais mais exatas. Nesse panorama, a memória individual é influenciada pela coletiva, pois é inevitável que:

Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Henri Bergson, em sua obra “Matéria da Memória” (2006), pensa esse conceito de maneira psicológica, em que o cérebro não funciona como produtor. Ora ele assume o papel de

condutor, ora de bloqueador. A partir disso, estão registradas lembranças que são caracterizadas como espontâneas, que foram registradas naturalmente, sem esforço; e as que são fruto de um hábito; portanto, a matéria e a memória seriam do reconhecimento das imagens à memória, e o cérebro independente do tempo; e à medida que as imagens se produzem ao longo do tempo, junta as imagens que se conservam de maneira diferente.

Partindo das perspectivas teóricas apresentadas da noção de identidade e memória, tornam-se necessárias as narrações de vida, que fazem no discurso toda a trajetória dos atores que viveram e vivem em Nazaré. Portanto, iniciaremos a descrição dos atos de rememoração que estão moldados entre a identidade e memória dos Tabajara e Tapuia dessa comunidade.

## 2.2 “Quando o pessoal chegou” – pelas falas dos indígenas Tabajara e Tapuio

Com o intuito de mostrar como iniciou a organização social de Nazaré, esse tópico irá tratar de quando o “pessoal chegou”, ou seja, as narrativas aqui relacionadas irão evidenciar a chegada dos “primeiros moradores” da comunidade. Levando em consideração que, antes mesmo da chegada dos índios, ou das famílias Cadois e Cabeludo, já havia indígenas no olho d’água do cedro. Assim, a memória social será relacionada a partir de constatações de que, segundo Connerton (1999, p. 4), “imagens do passado legitimam geralmente uma ordem social no presente”. Hoje, os que compõem a unidade social Nazaré legitimam sua identidade indígena a partir dessas narrativas que os anciãos e anciãs ouviam de seus pais e tios e contam a seus filhos, netos e bisnetos

Os relatos sobre os “primeiros” moradores da região, as entrevistas feitas com os anciãos, foram levadas em consideração como dados importantes para a reconstrução da memória. De acordo com Gonçalves, “a *memória histórica* reconstruiria os dados fornecidos pelo presente da vida social projetado no passado reinventado” (GONÇALVES, 1999, p. 19). O senhor Manoel Cinésio evidencia em sua fala a história da primeira família que passou por Nazaré. Essas são lembranças contadas pelo seu pai, e ele ouvia escondido no final de seu dia de trabalho, na época ainda era um garoto de aproximadamente oito ou nove anos e não poderia participar da conversa dos adultos, apenas ouvia atento às histórias.

Quando começou era assim: que veio umas pessoas lá do Ceará, se arrancharam aqui na beira do rio que a gente chama Currealinho, que é a mesma água que vai para o Caldeirão. Ai, se arrancharam lá e a família ficou lá. Aí subiram os dois cabeças velhos para cima, chegaram e viram esse lugar muito bonito e cada um pegou um facão e começou a derrubar o mato para saber onde haviam passado para saber voltar. Aí conseguiram subir pra cá, quando



chegaram acharam um lugar tão bonito e voltaram para pegar as suas famílias e vieram para cá e fizeram as casas dele aqui. Era ali, tinha as casas deles, aí diz que eram os Cabeludo e os Cadois, esses dois foram os primeiros que descobriram aqui. Depois disso veio a família Benicio, pois antes casavam e começava a família, depois veio a família Sales, que moram para a banda aí de baixo, depois veio a família Bem Bom, aí foi entrando nas famílias e começaram as famílias. Aí veio também a família Tomaz, que é essa família nossa mais nova que é da minha mulher. Aí começou tudo, mas também tem a família do Cinesio, que é a que veio primeiro. Aí se juntaram tudo e começou as famílias aqui, mas os mais velhos diziam que os primeiros que descobriram aqui foram os Cadois e Cabeludo

Considerar essa recomposição do passado dos “primeiros” moradores de Nazaré é sem dúvida um fator importante para a união de fatos que ocupam a maioria da memória dos homens e mulheres que compõem a coletividade indígena hoje.

Há pouco menos de dez anos os índios de Nazaré eram noticiados com o nome de Cadois Cabeludo pertencentes da cidade de Pedro II. A recomposição da memória dessa coletividade vem acontecendo, e hoje os indígenas conferem sua identidade por meio da tradição oral, construindo as narrativas a partir dos moradores mais velhos da aldeia. Poucas, ou quase nenhuma, são as fontes documentais e bibliográficas que apresentam essa coletividade, mas o esforço do grupo hoje comprova a existência de personagens e eventuais ocorrências da presença de indígenas vindos do Ceará, Pernambuco ou os moradores do cedro, que plantaram bananeiras para garantir sua sobrevivência. Esse é o começo de mais uma das narrativas que constitui a ancestralidade dos indígenas de Nazaré.

Segundo alguns depoimentos de moradores mais velhos da comunidade, primeiramente eles seriam descendentes de índios Tabajara, que circulavam e viviam pela região dos olhos d’água do Cedro. Nesse espaço eles plantavam, colhiam, utilizavam a água. Nesse local existe uma plantação de bananais (Imagem 15), que, segundo os moradores, cultivada pelos indígenas residentes em tempos anteriores. Há vários bananais que rodeiam o olho d’água e sua água quando se junta transforma-se em uma queda. Conforme tais relatos, com a chegada das famílias pela região, foram realizadas plantações de cana-de-açúcar, e “os indígenas que ali moravam iam sempre *chupar cana* deles”. Esses acontecimentos provocavam conflitos entre as famílias recém-chegadas e os indígenas, causando a expulsão destes de seu lugar. Como forma de defesa, alguns foram à procura de outro lugar para moradia. No caminho dessa busca foram mortos, ou morreram de cansaço, os que ficaram pelas redondezas tornaram-se camponeses e temiam se identificarem enquanto índios por medo de represálias. Esse relato está incluído na ascendência indígena, como cita o senhor Manoel Cinesio, ou Manoel Niza, como os moradores o chamam:

Ali onde eles moravam se encontra umas taperas velhas, umas pedras, uns potes, essas coisas assim. Eles viviam era lá! Quando esses Cabeludo estavam aí, eles foram chegando e os índios foram saindo. Ali tem um olho d'água que tem umas plantações que eram dos índios. Um olho d'água chamado Cedro, esse tem bananeiras plantadas pelos índios, eles plantavam umas bananas. Os Cinesio começaram a plantar umas canas, a terra lá era deles, aí eles começaram a chupar as canas e jogar neles aí os Cinesio prometeram dar uma pisa nos índios se eles pegarem cana para chupar, aí eles com medo saíram e foram embora. Os Cinesio eram da minha família da parte de pai e a parte de mãe que é Jacinta, que é a Anisia. E os Cinesio acho que vieram do Ceará também, porque ali tinha tempo ruim aí vieram pra cá, mas aí os Cinesio se misturaram com a mãe da Jacinta, já foi aqui eles vieram misturar aqui.

**Imagem 15** - Bananeiras no olho d'água do cedro



Fonte: acervo próprio

Os depoimentos coletados na pesquisa referem-se à origem indígena dos moradores. Esses relatos giram em torno de pontos naturais que evidenciam a presença desses povos na região, sendo olhos d'águas que marcam os limites do que corresponde Nazaré das plantações, sejam elas de bananas, cana-de-açúcar ou mangueiras. O Senhor José Inácio, um dos moradores mais antigos, narra que nasceu em um local chamado Mundé. Para ele, o nome de sua antiga localidade “significa um pedaço de pau antigo, que significa dizer que há pessoas morando no lugar há muito tempo”. O lugar onde o senhor José Inácio residia fica próxima à região de Nazaré. Ele descreve que, na época em que morava lá, sua avó lhe contava histórias da presença de indígenas que transitavam ali:

Nasci em um local chamado Mundé, aí eu nasci lá comendo manga nos pés de manga dos índios, lá tem um pé de manga que eu cansei de namorar deitado nele. Em um galho de manga, deitado com uma moça, sem cair, você já viu? Pois tem lá. Aí, quem plantou esse pé de manga lá foi o índio e quem me contou essa história foi a minha avó e bisavó. Aí eu nasci e me criei lá, no Mundé.

Sobre a presença indígena contada pelo senhor José Inácio, é enfatizado o relato de que na época dos coronéis da vizinha cidade de Pedro II, seu bisavô vinha do Ceará para o Piauí e estava de passagem na cidade para comer e beber, então o velho Coronel Domingos Mourão contava que havia indígenas escondidos e indo embora pela região que ele iria passar, outros viajantes que passaram pela cidade relatavam o mesmo. De acordo com José Inácio:

E aí eles vieram e disseram: Rapaz nós estamos aqui e as onça nesse mato e atiramos com medo dos animais. Eles voltaram, fizeram um batido no mato e foram para o Buriti, do Buriti foram para Pedro II. Aí o Coronel Tertuliano disse assim: Não, aquele mundé é dos índios, ainda tem lá Kariri, Cocó Seco, Caranguejo e Cardoso, que tem pra lá. Aí quando sai uma turma aqui para fazer viagem e ver os talhados, os lugares bonitos de brejo que tudo tem água, ainda há resquícios dos índios. O homem disse, mais como que nós vamos viver lá? Lá é tão bom, que lá tem uns pezões de manga, tem cana, tem banana, tem um bocado de plantação lá aí ele disse assim: e cercado tem lá? Lá não tem nada disso, lá é numa montanha, lá vemos banana, palmeiral, achamos cana e chupamos cana e ficamos nos mantendo com isso. Aí ele perguntou onde eles acharam isso, aí disse que foi lá num lugar que tem os mundé. E aí ele perguntou para onde eles iriam e eles disseram que iam para os mundé, aí foram para os mundé.

Retomando a trajetória dos Tabajara e Tapuio, não há dúvidas de que a memória está, em geral, ligada a experiências do presente, e na medida que recordam os moradores de Nazaré, tomam o seu conhecimento passado como referência de acontecimentos que não estão sendo vividos no presente. Dessa forma, o grupo indígena afirma sua origem por meio da índia “pega a dente de cachorro”. Essa narrativa foi a que deu força para iniciar o processo de Emergência Étnica hoje vivenciado pelos moradores que se identificam enquanto indígenas na comunidade. Essa história é contada pelo senhor Cinésio da seguinte maneira:

Aí diz que tinha um rapaz que se engraçou por uma índia, ele se engraçou dela e disse que pelejou até quando colocaram os cachorros nela a força. Daí começou com a finada Antonia Jacinta, que é filha dessa índia e tem a Josefa Jacinta que é filha dela, agora não sei se elas estavam vindo pra cá, mas foi aqui que gerou a família de índio e já tem muitos deles parecido. Tem um irmão meu, o compadre Anizio, que já morreu também; tem um filho igual índio, e o Henrique tem um rapazinho já grande que é parecido também com índio, e tem outros ali também da nossa família; o Negão é também parecido com índio, e assim tem vários parecidos da mesma família.

Com o processo de Emergência Étnica em Nazaré iniciado por volta de 2015, havia apenas o etnômio levantado, o tabajara, que estava engajado nas reivindicações identitárias indígenas. Como descrito no capítulo anterior, esse processo foi se desenvolvendo, e com isso uma nova coletividade surgiu na comunidade, os Tapuio. Tanto os Tabajara quanto os Tapuio vivem na grande Nazaré e são representados pela associação e liderança indígena, porém possuem histórias distintas. Esse novo processo em curso, agora com os Tapuio, é resultado da origem advinda de Pernambuco, como afirma o índio Antônio José Pereira:

O papai era aqui do Ceará. A mãe dele foi pega a dente de cachorro, mas quando ele veio de lá para morar pra cá. A família dele era assim, brabo mesmo, porque foram pegos a dente de cachorro e amansado no mato. A gente morava na mata, era pouca gente. Minha família é Tapuia de Pernambuco/Ceará.

Em um primeiro momento, esses indígenas não reivindicaram uma identidade, mas durante esse processo recente começaram a recordar sua história, que permanece através de suas lembranças. Assim, podemos pensar no passado deles que foram silenciados e tampouco podiam afirmar uma identidade por vergonha, medo de hostilizações, assim “as recordações são moldadas pelo esquecimento como os contornos da costa o são pelo mar” (AUGÉ, 1998).

Segundo James Frenress (1992), toda memória se estrutura em identidades de um grupo e cada indivíduo só existe na medida em que é produto provavelmente único de determinada intersecção de grupos. A memória torna-se social quando as recordações são partilhadas e os grupos a constroem coletivamente. Esse processo é bastante complexo, pois na medida que se recorda se comemora, evoca, reconhece e se registra a memória; está representada por meio de ações e rede de ideias. Para essa reflexão levantada é importante lembrar do campo de estudo, quando tratamos dos Tapuio, essa nova coletividade, mesmo tendo emergido depois dos Tabajara, hoje estão representados, bem como estes, por índias “pegas a dente de cachorra”, assim a história se constrói.

Dona Perpetua, que se identifica como Tapuio, narra que quando criança as coisas eram mais difíceis. Na hora do almoço, quando seus doze irmãos e seus pais sentavam-se rodeados em uma esteira no chão para se alimentar, sua mãe contava histórias de seus avós e bisavós. Os filhos que eram mais novos não lembram o que sua mãe falava, mas ela, por ser uma das mais velhas, ouvia as histórias atenta e hoje recorda. Em uma dessas histórias sua mãe dizia que seus avós e bisavós haviam sido “pegos a dente de cachorro”, nessa mesma época apareciam indígenas correndo pelos matos, e assim afirma:

Ela dizia muita coisa, agora esse que era maior e ficavam ali gravando e os menores saíam correndo e não queriam saber, e a mãe dizia assim: “Olha, a bisavó do teu pai”, a bisavó do meu pai, ela foi “pegada a dente de cachorro”. E eu dizia: “como foi isso mãe?” Ai ela disse assim: “Minha filha, andava uma tropa de gente caçando uns coco pra tirar palmito para comer, quando chegou no palmeiral, desses que chamo “coco de macaco”, ai foi, diz que quando chegou aqui, diz que levavam as mulher com os cachorro para matar rabudo e rato, não sei o que é. Ai viram aquela negrinha correndo por traz dos palmeiral e ai ataiaram uma tropa, ai quando chegaram os cachorro, pegaram essa menina, diz que essa menina gritava tanto. Os cabelos dela era pertinho, esticadinho. Aí a mãe me disse que no tempo pegaram, colocaram em um quarto, com a parede sem rebocar, porque naquele tempo era muito difícil mesmo. Ai ela correndo, derrubaram ela e jogaram lá, e ela os gritos, os gritos, os gritos e ficava correndo no quarto de uma ponta a outra, correndo para ir embora, até quando amansaram ela, quando amansou, foi indo, foi indo, pegou a namorar e casou.

De acordo com alguns depoimentos de dona Perpétua, aos seus 61 anos, a descendência indígena de Nazaré está ligada também a uma negociação de uma índia e uma burra, e afirma que:

Aí outra a mãe contava para nós, que tinha um magote de animal, cambiuiu. Aí diz que teve um tempo que tinha uma moça chorando e tinha um bocado de gente, e aí perguntaram: “Porque aquela moça estava chorando?” Aí disseram: “É porque iam comer ela, mais porque, aí disseram que ela era a única que tava tendo carne, os outros estavam só o esqueleto”. Aí o outro pegou ela, colocou em cima de uma burra e tirou as coisas de cima da burra, deu a burra para levar a moça para ele lá. E aí deu a burra para não matarem a moça, o nome dela é Raquel. Aí diz que mataram logo essa burra e extraviaram essa burra logo.

Muitos depoimentos são próprios dos que manifestam uma identidade indígena em Nazaré. É usual conferirem essa identidade e tratar seus ancestrais como: “os primeiros moradores”, “índia pega a dente de cachorro”, “índia trocada por uma burra”. Esses relatos estão inclusos na tradição oral da aldeia, e indicam sua identidade e memória, mesmo que em algum momento tenha sido esquecido. Os relatos destacam que as terras que correspondem à comunidade foram ocupadas por indígenas, isso corresponde a uma área bem maior do que é hoje, pois nas próprias histórias a ocupação estendia-se. Essas informações são, definitivamente, traços que marcam as lembranças e são pedaços de uma imagem que foi vivida por alguns, que estão sendo juntados, no presente; assim os caminhos que a memória toma é como uma chave para assumir uma identidade que não foi esquecida, apenas silenciada:

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se jugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa (CANDAU, 2011, p. 16).

Para finalizar a reflexão sobre as falas dos moradores de Nazaré, que se identificam enquanto indígenas e narram a história dessa ancestralidade, é preciso evidenciar a narração do Senhor Francisco de Assis Alves, morador há 61 anos. Ele relata que sua família sempre morou na região e que seu pai era índio, e contava histórias como era a vida antes dele nascer:

Nossa família morava ali que era cheio de mata, né! E aí, meu pai era índio mesmo, lá nós morava. Eu conheço muito lugar ainda lá dos índios, ainda hoje tem os olho d'água, tem até um olho d'água que nós criamos. E aí, meu pai tinha muitas coisas assim, a Chã em cima e nós em baixo, que era chamado o fundão. E aí, foi colocado de volta da serra. Meu pai falava que nós, que na época da seca o pessoal pegava aquelas palmeiras e pegava o palmito para sobreviver, e aí ficou um olho d'água, que pinga adiante dos pilão um pouquinho e chama olho d'aguinha, ele ficou para lavar. Nós vivia de trabalhar na roça, criar animais, tinha muita caça, nós éramos vaqueiro do dono da terra (Dominginhos). Nós tinha essas coisas, mas os donos escolhiam só os melhores. Eles pegavam os deles, mas deixavam três ou quatro para a gente se tirasse a sorte. Tinha muita laranja, essas coisas a gente tirava para eles e levava em Pedro II. Nós pegávamos o coco, tirava o azeite, que era para temperar, era uma vida sofrida nesse lugar. Meu pai contava pra mim, disse que furava aquele buraco grande, que na hora que vinha gente ele entrava dentro e se escondia, aí quando o pessoal sai, ele sai fora. Dos meus filhos mesmo, tem dois que tem medo de gente. E nós tudim, o que mais conversa assim sou eu, os outros são mais trancado. A gente já mora tudo aqui, porque lá faltava água demais, os menino para estudar era muito complicado, aí a gente mudou pra cá, morei por mais de 50 anos na volta da serra.

A construção da identidade indígena Tabajara e Tapuio é resultado de todas essas memórias que resultam agora na sua organização social. O grupo hoje reivindica sua identidade com base nessas narrações. A memória é a encarregada de construir e reconstruir a história, a chegada, a saída e o estabelecimento desses indígenas naquela região. É importante cada história relatada acima, pois todas são percebidas em momentos importantes e fazem parte de uma preocupação coletiva, numa perspectiva de definir sentimento de pertencimento a uma coletividade. Dessa forma a memória atua no grupo como fator de estabilidade e continuidade da vida social.

Nos processos de Emergência Étnica, a memória é vivenciada pelos grupos na medida em que torna plausível a existência de sua ancestralidade indígena. A atual presença deles é parte fundamental para a discussão das relações entre memória e identidade, de tal modo a participação indígena em Nazaré é marcada pela chegada de núcleos familiares vindos do Ceará

e Pernambuco. No desenrolar dessa pesquisa foram coletados relatos de outras tantas famílias indígenas e não indígenas que adentraram na comunidade. No próximo tópico são apresentados os primeiros grupos que passaram e deixaram raízes pelo local.

### 2.3 As primeiras famílias

Diversas são as narrativas sobre as primeiras famílias de Nazaré. Ao expressarem a história da comunidade, os moradores afirmam ser descendentes dos primeiros habitantes, dando sentido de continuidade dessa descendência. Ser indígena é questão de identificação (processo), e é a partir da oralidade por eles impetrada que é possível interpretar os atuais processos de reivindicações, com essas novas identidades que surgem, tornam-se protagonistas de sua própria história e se utilizam dessas narrativas como estratégia política e social. Esses povos mostram como é possível e como acontece essa construção. Neste tópico apresentaremos alguns grupos familiares a partir da memória coletiva enfatizada pela comunidade em estudo. A estrutura organizacional do parentesco sofreu algumas modificações ao longo dos tempos com a chegada de mais famílias e saída de alguns membros. Aqui evidenciaremos as que surgem com maior frequência nos relatos dos moradores de Nazaré, indígenas e não indígenas.

- **Família Jacinta** - Surgiu a partir de uma índia “pega a dente de cachorro”. Esta casou e teve duas filhas: Antônia e Josefa Jacinta. Antônia Jacinta era “mulher da vida”, e teve oito filhos, dentre eles Anisia Jacinta, que casou com Raimundo Cinesio; o casal teve sete filhos e foram esses que fixaram morada em Nazaré.
- **Família Batista e Cinesio** - A família Batista e Cinesio iniciou-se do relacionamento do senhor Manoel Cinesio e Raimunda Tomaz, que é a maior família em Nazaré. Da união do casal nasceram nove filhos. O senhor Manoel Cinesio é filho de Raimundo Cinesio e Anisia Jacinta, a partir da união da “família Batista”, ocorreu a “mistura” entre as famílias, que iniciaram a formação da comunidade. O senhor Manoel Cinesio relata: “Os Cinesio eram da minha família da parte de pai e a parte de mãe que é Jacinta, que é a Anisia. E os Cinesio acho que vieram do Ceará também, porque ali tinha tempo ruim aí vieram pra cá, mas aí os Cinesio se misturaram com a mãe da Jacinta, aqui eles vieram misturar aqui.”
- **Família Cadois e Cabeludo** - Esses vieram do Ceará fugindo da seca e em busca de subsídios para sobreviver. Moraram por um período na região de Nazaré, mas logo depois

mudaram-se para outro lugar, do qual não se tem informações certas. Os moradores da aldeia declaram que esses não eram índios, e dizem que eles expulsaram muitos indígenas que viviam no olho d'água do Cedro.

- **Família Gomes e Sales** - Raimundo Francisco Sales, nascido em Piripiri, casou-se com Deolinda Florinda de Castro, no município de Batalha; juntos tiveram alguns filhos, dentre eles Antônio Francisco de Sales, que morou e tem propriedades em Nazaré e na fazenda Tamboril, em Pedro II.

- **Família Benicio** - Benicio Orsano da Silva, filho do Tenente Rufino Orsano da Silva e Maria da Cunha Orsano, nasceu em Pedro II, era “proprietário” do povoado Nazaré, quando ainda fazia parte de Pedro II. Antônio Benicio da Silva, filho de Benicio da Silva, nasceu e cresceu em aldeia, onde mantinha uma mercearia em sua residência. Foi chefe político e exerceu a função de delegado da região. Sua primeira esposa foi Isabel Bringel, dessa união nasceram Maria Benicio da Silva, casada com Raimundo Francisco de Sales Neto. A família Benicio Orsano da Silva cresceu e desenvolveu inúmeras atividades no município, com destaque no campo político. João Benicio da Silva (Coronel João Benicio), filho de Benicio Orsano da Silva, dedicou-se à profissão de ourives, trabalhou vários anos nesse ramo, deixando a atividade para ser comerciante ambulante, estabelecendo depois comércio em Nazaré. Ali constituiu família e desenvolveu um enorme patrimônio a partir da agricultura e criação de gado. Eugênia Benicio, filha de Benicio Orsano da Silva, foi casada com Vicente Paulo do Nascimento; tiveram Bento Benicio da Silva, que nasceu em Nazaré em 1917, exercendo várias profissões; primeiro foi comerciante na venda com seu tio João Benicio e mais tarde por conta própria.

As famílias aqui evidenciadas são resultado da árvore da memória (WOORTMAN, 1994) dos moradores de Nazaré. Esses pensam o parentesco e constroem sua memória por meio dessas relações de “mistura” de famílias. A relação entre elas é dada a partir do casamento. Nos relatos coletados e que são pontuados neste trabalho, os núcleos familiares ditos indígenas casaram entre si, e os não indígenas casaram-se com pessoas vindas de outras regiões ou da cidade de Pedro II. Contudo, alguns pontos da história sobre as famílias não indígenas foram encontrados, por exemplo, alguns Benicio casaram com os Sales, mas isso ocorreu fora de Nazaré. A “árvore da memória” é utilizada por Woortman para evidenciar a profundidade histórica da família e o parentesco concebido por ela, que faz parte, segundo a autora, da memória social do grupo que usa sua construção para atingir uma dimensão do parentesco. Assim, “a memória social do grupo constitui-se num potencial que, na medida em que é



acionado, substancializa-se em "matéria-prima" com a qual são construídas e atualizadas as práticas de parentesco" (WOORTMAN, 1994, p. 1).

A ocupação do espaço que corresponde à Nazaré ocorreu a partir da presença das famílias anteriormente citadas e de algumas tomadas de terra não evidenciadas pelos moradores e pelos indígenas. Nesse período de formação do lugar, cada família tinha seu terreno para plantar, colher, criar animais e fazer suas casas, distanciadas das outras. Nesse tempo, os que habitavam a comunidade temiam e sofriam com as famílias que detinham o título da terra, pois era comum o "roubo" de propriedade na região. Quando isso acontecia, o então "dono" tornava-se morador e passava a pagar renda do que produzia no local. Segundo declarações de moradores de Nazaré, o "velho" João Benicio tomava terra dos moradores anteriores e nunca foi agricultor. O senhor Luís Cunha da Silva, morador da aldeia e não indígena, declara:

Meu avô tinha uma terra, mas nesse tempo o povo era medroso, aí veio um e tomou, aí ficamos morando um afastado do outro, por isso. Nós sofremos muito com esses donos de terra, pagando renda, um deles aí venderam. O velho João Benicio tomava tudo que era de terra, era de uma família que nunca plantou um pé de milho quando a gente ia fazer roça aqui na *Chã*<sup>4</sup> e um plantio de milho para canjica, quando era para pegar a renda eles pegavam. E aí, era desse jeito! Nós sofremos dentro das terras dos outros. E o povo todo vivia massacrado porque ninguém comprou terra de Jesus Cristo, foi Deus que deixou a terra pro filho dele trabalhar e viver até quando ele puder, e aí foi desse jeito. Se eu for contar tanta coisa aqui de sofrimento que passamos não sairemos daqui hoje né, nós mais velhos. Eu sei de umas histórias da comunidade que os mais velhos diziam porque eu toda vida gostei de gente velho e de criança, e aí conversando assim, aí teve uma época que começou venda de terra, o pessoal vendia sua terra até ficar tudo assim, a gente trabalhava nas terras deles pagando a renda de tudo. A gente na época vendia as terras para o João Benicio, velho Sotero era tudo terra dos outros. Os primeiros que chegaram aqui foi o velho Sotero e meu avô (Joaquim Cunha) eles chegaram era três irmãos e duas irmãs, quando eles chegaram ficaram dono daquela terra, mas era assim: eles moravam aqui, mas fazia a roça lá longe, aí depois faziam uma casinha e nesse pedaço de terra eram eles que mandavam.

A falta de terra é um problema que ocorre em Nazaré. As famílias que ainda trabalham com a agricultura são as mais afetadas, pois ainda plantam em terras alheias e pagam a renda, que corresponde à proporção de "três por um" (3x1), ou seja, se produzido três sacas de milho, uma é do proprietário da terra. Há os que plantam em suas próprias terras, os que plantam nas terras dos outros e os que arrendam. Essa prática é rotineira nos meses de plantio e colheita. Em nossas conversas, verifiquei que, antes da família de João Benicio e os Sales tornarem-se

---

<sup>4</sup> Área ou extensão plana de terra

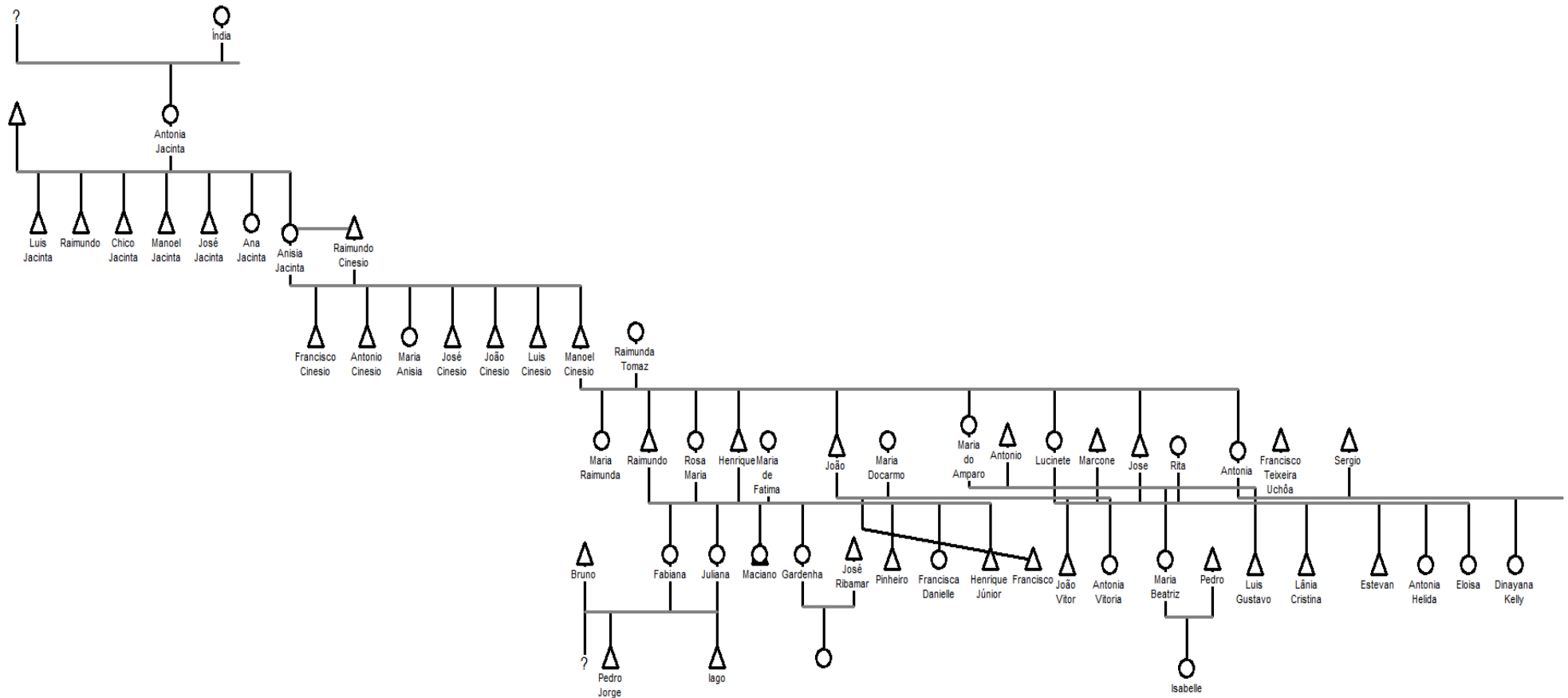
“donos” das propriedades que eram utilizadas para a plantação, os núcleos familiares indígenas utilizavam essas terras para o desenvolvimento da lavoura sem o pagamento de renda, no período da seca do quinze, que foi marcada pela estiagem no semiárido. Nessa época, os terrenos tiveram que ser vendidas para garantir a sobrevivência de algumas famílias. Assim afirma Manoel Cinesio:

Antes do João Benicio ser dono dessas terras, meu pai contava que o dono era o pai dele, o Cinesio. Eu não conhecia ele não porque ele já tinha morrido com a velha dele. Esse povo mais velho chegava, encontrava, aí quando o velho morreu meu pai ficou e depois repartiram e venderam pro João Benicio. O tempo que isso foi vendido foi em quinze, procurava coisa pra comer e não tinha, pois aí bora vender. O velho Cinesio venderam tudo pro João Benicio. A gente trazia e vendia a terra ali bem baratinho porque não tinha o que comer e trocava por legume. Onde o papai morava o terreno era grande e todos os anos ele realizava um leilão de São Raimundo, e quando era a boca da noite iam conversar e iam contar essas coisas. Ele falava que tinha vendido as terras bem baratinho, e ele ficava trabalhando em cima da terra todo tempo para ir pagando a renda e se alimentando. Era o João Benicio, Antônio Benicio, José Benicio e Cicero Benicio que é irmão do João Benicio, aí vendia pra eles e passavam o legume, agora os terrenos não tinha documento. E muitas famílias tornaram-se moradores devido essa negociação na seca de quinze. Nessa época éramos agricultores que plantava milho, feijão, arroz, mandioca, aí quando chegava em agosto a gente fazia o fumo dentro do nosso cercado, colocava a criação pra dentro pra estrumar o cercado, aí o velho João Benicio vinha e tirava a renda. Nessa época, para sobreviver, a gente usava a agricultura e criação de animais. Tinha a caça também. Em tudo que era mato a gente caçava, eu mesmo achava muito preá, tatu, nambu, tudo enquanto tinha muito. A gente pegava muita nambu de manhã para meio dia, também tinha peixe, que era de mais, tinha curamatã, pial, bodo, tamgati, piaba, tinha era muita coisa. Pegava um cofo cheinho. Tinha coleta de mel, mas as abelhas foram embora todas, antes era de mais também. Às vezes a gente produzia tudo e levava para vender em Pedro II.

Esses relatos são recorrentes em Nazaré, pois parte dos moradores locais que vivem em uma pequena parte de terra que contém sua casa e um pequeno quintal, e em alguns casos o espaço é dividido para a criação de animais, cultivo de plantações e as atividades domésticas, como lavar e estender as roupas. No processo de constituição das famílias citadas, a terra era fundamental para a permanência dos indivíduos que a utilizavam para viver na região, pois foi a partir da agricultura e pecuária que fixaram moradia e começaram a crescer. Por ser uma região de serra, de muitos olhos d'água, isso representava a sobrevivência por conter grandes recursos naturais. Diante desse contexto, as estratégias para aqueles que ali se fixaram era trabalhar como agricultores e mais tarde trabalhar pagando a renda para os “proprietários” das terras.

Os moradores da comunidade Nazaré, composta praticamente pelos núcleos familiares Jacinta e Cinesio, asserem que no passado os casamentos iniciaram por essas famílias e logo em seguida os seus descendentes casavam-se entre si. Porém, com a chegada de recursos pela região, novos núcleos foram se estabelecendo e, devido às dificuldades financeiras, alguns que nasceram e criaram-se em Nazaré migraram para a cidade grande e retornavam para a comunidade com suas famílias constituídas. Os relatos que coletei durante a pesquisa apontam que os núcleos familiares começaram a se formar na aldeia por meio da família Jacinta que se uniu em matrimônio com a Cinesio. Enfatizo aqui a formação desses dois núcleos (Imagem 16), pois foram esses sujeitos que iniciaram as reivindicações de identidade indígena dentro da comunidade e afirmam que essas famílias foram as primeiras a habitarem Nazaré, por meio da índia “pega a dente de cachorro” na região. A partir de todos os relatos referentes à constituição e história desses grupos, consegui fazer o levantamento da genealogia da família desde a índia “pega a dente de cachorro”, aos netos dos que hoje reivindicam essa identidade; assim segue abaixo um quadro feito com todos os membros dos núcleos familiares Jacinto e Cinesio.

**Imagem 16 - Genealogia da família de Josefa e Antônia Jacinta**



Fonte: autoria própria

A índia “pega a dente de cachorro” pela região de Nazaré, teve duas filhas com um sujeito desconhecido pelos atuais moradores, mas dessa união nasceram Antônia e Josefa Jacinta. Antônia Jacinta, filha dessa índia, era considerada, segundo as narrativas, “mulher da vida”, esta teve oito filhos, sendo eles: Luís, Raimundo, Chico, Manoel, José, Ana, Raimunda e Anisia Jacinta. Esta última casou com Raimundo Cinesio e tiveram sete filhos: Francisco Cinesio, Antônio Cinesio, Maria Anisia, José Cinesio, Manoel Cinesio, João Cinesio e Luís Cinesio. A única filha mulher do casal levava o nome da mãe, já os filhos homens recebiam a filiação do pai.

O senhor Manoel Cinesio, citado acima, era o quarto filho do casal e é um dos moradores mais antigos de Nazaré, foi quem começou a identificar-se como descendente de uma índia “pega a dente de cachorro” e que esta era sua “tataravó”. Ele casou com Raimunda Tomaz e tiveram nove filhos, são: Maria Raimunda, Raimundo Manoel, Francisca (morreu), Henrique Manoel, João, Maria do Amparo, Lucinete, José e Antônia. Os filhos do senhor Manoel Cinesio residem na aldeia e estão envolvidos nas atividades da associação indígena. O seu quarto filho, Henrique Manoel, foi um dos primeiros moradores a iniciar as reivindicações pela identidade do grupo. Henrique foi eleito cacique do povo indígena Tabajara e Tapuio, e sempre prestou trabalho à comunidade mesmo antes de ser líder. Os demais filhos, netos e bisnetos do senhor Manoel Cinesio também reivindicam sua identidade e ajudam nas mobilizações que ocorrem dentro e fora da aldeia.

É possível verificar nesses dois anos de pesquisa que, a partir da família Cinesio e Jacinta, outras famílias iniciaram mobilizações, e tantas outras histórias de “índias pegadas a dente de cachorro” apareceram pela comunidade. Percebo que nem sempre as famílias que não fazem parte do núcleo familiar Jacinta ou Cinesio reivindicam sua identidade, e há outras que não se consideram, mas são apoiadoras da causa e fazem parte da associação indígena estabelecida na aldeia.

Este capítulo esteve voltado a questões pertinentes à memória e identidade dos indígenas Tabajara e Tapuio de Nazaré, embora eles estejam vivendo um processo de etnicidade. As memórias descritas apresentam um conjunto de referências à história do local e formação da comunidade, e os relatos dos anciãos perpassam os dos mais jovens.

Segundo Halbwachs (2004) a memória coletiva pode existir sem ter referências. A partir desse pressuposto, o autor defende que as imagens dos espaços e as interações sociais ocorridas esmaecem a descoberta de um passado no presente. As memórias aqui evidenciadas estão localizadas num espaço material e mental do grupo em estudo. Demonstrei aqui o que foi recordado por eles, e ao final percebi que essa memória me permitiu compreender melhor os

aspectos da organização social da comunidade. Nesse sentido, operou no tempo que continua no presente em que eles estão vivendo. Por conseguinte, ao reivindicarem uma identidade baseada na reconstrução das memórias de sua origem, esses sujeitos tornam-se autores de sua própria história. No próximo capítulo são abordadas as particularidades do processo de Emergência Étnica que acontece em Nazaré.

### CAPÍTULO III – EMERGÊNCIA ÉTNICA INDÍGENA E TERRITORIALIZAÇÃO DOS TABAJARA E TAPUIO DA ALDEIA NAZARÉ

**Imagem 17** - Roda de conversa e construção do croqui da aldeia



Fonte: acervo próprio

**Imagem 18** - III Fórum de Museus Indígenas do Brasil realizado na aldeia Nazaré



Fonte: acervo próprio

**Imagem 19** - Roda de *toré* realizada na praça do CCHL/UFPI



Fonte: acervo próprio

O objetivo desse capítulo é elucidar como ocorre o processo de Emergência Étnica entre os indígenas Tabajara e Tapuio da aldeia Nazaré. Para que isso se torne possível, a proposta aqui exposta está voltada para a realidade desse grupo. Dessa forma, analisei as formas do cotidiano desses indígenas, considerando o ritmo de suas mudanças. Para tal, foi de suma importância a participação deles em uma série de eventos que constituem parte indispensável do processo de Emergência Étnica por eles vivenciado.

Para a composição dessa etnografia, participei de alguns eventos ao longo dos dois anos de pesquisa. Elegi alguns que marcaram o cotidiano dos indígenas que deles participaram. Alguns elementos foram importantes nessa trajetória, e assim, passei a verificá-los de forma crítica e pontuar o que se referia a demandas e o que constituía reivindicações, pois, no decorrer da pesquisa, ao recuperar as falas dos indígenas nesses eventos, pude perceber que eles buscavam atingir um determinado fim, seja ele o reconhecimento, o direito a políticas públicas diferenciadas ou à construção de sua história. Essas histórias são evidenciadas a todo momento quando eles têm oportunidade de fala nesses eventos.

Após uma série de eventos, onde foram feitas algumas reivindicações por parte dos indígenas, o governo do estado do Piauí vem fazendo algumas atividades pontuais a eles relacionadas, que também serão evidenciadas a fim de observarmos como está funcionando a



saúde, educação e o direito à terra dentro do campo de pesquisa. Entretanto, para alcançarmos todo esse feito, antes é necessário entendermos o que seria o processo de Emergência Étnica Indígena.

### 3.1 Emergência Étnica Indígena

Sabemos que a sociedade brasileira passa por um processo de transformação contínua, e o surgimento de novas coletividades que reivindicam reconhecimento identitário diferenciado estão presentes nesse novo marco. De tal modo, estamos vivenciando um momento de Emergência Étnica, no qual os grupos surgem como uma forma de organização social (BARTH, 2011) constituída por sujeitos políticos (COHEN, 1974).

Novas identidades indígenas se formam e se reorganizam. Diante disso, falar de grupo étnico é necessário, uma vez que esse estudo recai sobre essa categoria, que foi estudada por Max Weber (1991), definindo grupo étnico como:

Aqueles grupos humanos que, em virtude de semelhanças no *habitus* externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva (WEBER, 1991, p. 270).

Essa reflexão feita por Weber contribuiu para minha observação, uma vez que, ao olhar para o campo de estudo, percebo que está atrelado a essas questões, pois sua identidade foi construída através da narrativa que trata a história de “uma índia pega a dente de cachorro” e de “indígenas que transitavam no Piauí em busca de subsídios”. É a pontos iniciais de memória que Nazaré inicia suas mobilizações, em busca de reconhecimento e representação frente às organizações e instituições públicas

A questão da Emergência Étnica contempla de uma forma geral a comunidade, pois é a partir disso que se processa a construção da etnicidade indígena de determinadas pessoas do grupo Tabajara e Tapuio. Visando o reconhecimento e acesso a políticas públicas diferenciadas, o grupo indígena passa agora a fazer reivindicações por meio de sua associação, mesmo esta sendo um aspecto da formalização da etnicidade. Criada a pouco mais de um ano, essa entidade foi organizada mediante uma assembleia realizada pelos índios, que compunham comissões para organizar e tornar a associação legal, ou seja, registrá-la em cartório. Assim, a perspectiva

dos moradores da comunidade pode ser observada a partir do relato abaixo da indígena Antônia Maria da Silva:

Desde quando começou, se organizou, eu faço parte das comissões, das organizações e de tudo eu faço parte. A gente formou uma comissão, antes da associação. Agora que está com um mês e pouco de associação que foi registrada. Ela é nova registrado em cartório, foi mais de mil reais, tão tal que a gente já cobrou os carnezinho de agora de março até junho. Esse dinheiro a gente já estava devendo para o Henrique. A gente já cobrou quatro meses adiantado, e ainda estamos entregando do pessoal que é associado. São sessenta pessoas, a gente paga dois reais, cobrando adiantado para ir pagando o que foi gasto com o registro da associação indígena. Sempre a gente tinha. A gente já teve assembleia para poder isso acontecer, então só valeram para a associação as pessoas que estiveram na assembleia e os outros que não foram e que estão se cadastrando a partir de agora, para eles se associarem tem que formar outra assembleia e aceitar, fazer outra ata. É uma coisa séria, que né só colocar no caderno e deixar não, é uma coisa que vai para o cartório. É uma coisa muito séria e tem que reconhecer firma. O pessoal que é presidente, secretário, vice; fizemos a eleição no dia da assembleia. Toda reunião que o Henrique convoca a gente não sai dali com dúvida, dizendo que resolve depois, todo mundo aqui é de acordo, tudo resolve.

Estamos assistindo um crescente número de indígenas no estado do Piauí se afirmando socialmente nos últimos dez anos. Esse fenômeno emergente revela a capacidade desses grupos de se organizarem. Os sujeitos que estão emergindo crescem por meio de suas lutas. Estes são “populações tradicionais”, que passam a ser reconhecidas como “remanescentes” (ARUTTI, 1997).

Considerando o processo de Emergência Étnica em curso, a coletividade vem incorporando traços que demonstram a força indígena manifesta por meio de alguns “sinais culturais” em sua coletividade. Esses traços são ferramentas para preservação e reivindicação da identidade da comunidade. Em consequência disso, alguns grupos étnicos possuem características culturais distintas dos outros, mas para terem reconhecida sua etnicidade, é necessário apenas que se admita como tal. Dessa forma, a constituição desses grupos passa a ser considerada um “tipo organizacional”, em que seus membros se identificam e são identificados. Segundo Barth:

A expressão grupo étnico é geralmente entendida na literatura antropológica como a designação de uma população que: 1. Em grande medida se autoperpetua do ponto de vista biológico; 2. Compartilha valores culturais fundamentais, realizados de modo patentemente unitário em determinadas formas culturais; 3. Constitui um campo de comunicação e interação; 4. Tem um conjunto de membros que se identificam e são identificados por outros, como constituindo uma categoria que pode ser distinguida de outras categorias da mesma ordem (BARTH, 2011, p. 190).

Uma hipótese relevante sobre a Emergência Étnica dos povos indígenas, corresponde a uma produção de sujeitos políticos (COHEN, 1974), que fabricam suas novas unidades e ações sociais. Observando este aspecto, percebemos que esses grupos estão emergindo e se caracterizam por um conjunto de fatores que os diferem entre si. Assim, a “etnicidade se vale de objetos culturais para produzir distinções dentro da sociedade em que vigora, A etnicidade é, portanto, uma linguagem que usa significados culturais para falar de segmentos sociais” (CUNHA, 2012, p. 121). A vida de um grupo étnico canaliza uma vida social que acarreta em sua organização, relações sociais e comportamentais, implicando na identidade e cultura do grupo.

No Piauí, a projeção do grupo indígena Tabajara e Tapuio iniciou-se nos anos de 1990, ainda de maneira tímida. Esse fenômeno ocorreu através de organizações da Igreja Católica que os incentivou a buscar sua história e, a partir disso, eles passaram a se afirmar como grupo étnico. As mobilizações resultaram na composição atual de 92 indígenas cadastrados, dado resultado de um questionário aplicado pelas lideranças da comunidade, mas cadastrados formalmente na Fundação Nacional do Índio – FUNAI, e Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, constam apenas 27. O surgimento de um novo etnônimo, os Tapuio, começou a emergir a partir das mobilizações que permitiram o protagonismo dos moradores a partir de sua autodeclaração enquanto indígenas.

No processo de visibilidade dos Tabajara e Tapuio de Nazaré, merece destaque a ação mediada pela Fundação Mandacaru, motivada pela professora Deodata que influenciou a busca pela ascendência indígena do local e incentivou no resgate de sua história. A Fundação Kolping foi e continua a ser importante para a aldeia, pois a partir dela chegaram padres na região que despertaram o interesse desse povo em buscar sua história e reconhecer sua identidade. A Universidade Federal do Piauí, por meio do Professor Puscas, do Departamento de Economia, fez um relatório identificando as potencialidades da comunidade. A produção junto aos moradores de meu trabalho, que aborda a memória e reorganização do povo indígena de Nazaré, também está inclusa no Projeto de Emergência Étnica Indígena realizado pela UFPI e tendo uma índia da própria comunidade com um relatório de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) finalizado, que também remete ao resgate dessa identidade que emerge dia após dia. Essas e outras agências colaboraram na organização, divulgação e defesa dos direitos indígenas, praticando ações que buscam o fortalecimento do movimento e tornam-se parceiras desses indivíduos.

Essa coletividade merece destaque por agora se afirmar como indígena e não se enquadrar numa visão estereotipada, presente na sociedade, que ainda por vezes considera este como “um habitante da mata, que vive em bando e que anda atrás de caça para sobreviver”. Os índios vitimados pelo preconceito da sociedade, agora apresentam vivências e processos que rememoram sua reinvenção, tendo em vista seus processos culturais, que são fundamentais para sustentar o seu reconhecimento e identidade. Nos estudos de processo identitário, a Emergência Étnica gera uma eficácia para o grupo. Os Tabajaras e Tapuio contemplam o processo de construir uma etnicidade indígena de determinados residentes em sua unidade social, como evidencia o relato do índio Antônio Pereira de Sousa:

Aí, todo mundo se identificou. Aí, teve uma assembleia e de vez enquanto o Romeu vinha, e veio o Charles e o pessoal de Teresina. E, assim as pessoas foram querendo conhecer mais e mais a nossa comunidade, até porque isso vai ficar para nossos netos, essa nossa cultura que eles vão saber que na comunidade Nazaré existiu índio. Eu tenho convicção que eu não sou índio legítimo mesmo, nem tenho as características de índio mesmo, mas sou descendente e ninguém pode negar que somos descendentes de terceira e quarta geração, mas somos descendentes. Eu estava olhando um livro que o autor falava que não existe mais índio original. Que os índios originais eram aqueles primeiros índios antes de Pedro Alvares Cabral, que descobriu o Brasil, aqueles sim eram índios originais mesmo. Que vieram antes de ter a modificação na terra. Aí, os que já vieram pra cá que já teve uma modificação, que já teve um monte de luta, de diferença, de costume que já começaram a vestir roupa, porque antigamente vivia todo mundo nu, pé descalço e não tinha energia, não tinha essas coisas.

Assim sendo, a Emergência Étnica Indígena dos Tabaraja e Tapuio de Nazaré, como outras tantas, aponta para uma organização política devido ao estabelecimento de uma cultura para manifestar seus direitos frente à sociedade. De fato, a afirmação da identidade emerge junto à busca dos direitos indígenas. Estamos diante de um processo de criação de “sujeitos políticos” (COHEN, 1974), que se organizam e se mobilizam por meio de uma série de elementos que tomam sua identidade como elemento central para suas reivindicações frente à sociedade piauiense.

No ano de 2015, quando iniciei meus primeiros trabalhos na aldeia, havia poucos indígenas engajados no movimento. O líder da comunidade no período, Henrique Manoel do Nascimento, articulava o fortalecimento da localidade. Nessa época, ele já se fazia presente em alguns congressos e seminários que ocorriam na universidade. A partir desses eventos deu-se o nosso primeiro contato.

O dia 26 de junho de 2017 foi marcado por uma reunião que ocorreu na aldeia (Imagem 20), esta foi estabelecida para a entrega e apresentação dos primeiros estudos realizados sobre a ascendência indígena de Nazaré: meu trabalho de conclusão de curso e o de Pâmela Leal da Silva, egressa do curso de Ciências Sociais da UFPI. A reunião foi guiada pelo líder, Henrique Manoel do Nascimento; na ocasião, a professora orientadora dos trabalhos estava presente e falou à comunidade acerca da importância dessas produções acadêmicas. Em seguida, Pâmela e eu apresentamos os resultados dos estudos e explicamos como se deu a sua construção, desde o momento da coleta de dados até sua escrita. Os trabalhos foram dedicados aos indígenas de Nazaré e entregues ao presidente da associação da aldeia. Eles olharam todo o trabalho, e Henrique disse que seriam guardados e utilizados como fonte de pesquisa pelos estudantes, moradores que se interessam em saber da história da comunidade contada nos textos e, acima de tudo, local em que a identidade dos indígenas seria legitimada. As monografias hoje estão guardadas no museu indígena de Nazaré.

Na ocasião de entrega, Henrique atentou para a importância da produção, que é voltada para a área da antropologia: “é de grande importância para a comunidade, e nós temos que valorizar uma pesquisa de estudo sobre nós indígenas do Piauí, no caso a pesquisa sobre nossa comunidade”. Em seguida, os indígenas que se fizeram presentes na reunião agradeceram pelo esforço e trabalho dedicados na produção da etnografia. Eles falavam da importância para seus filhos, pois iria servir como fonte de pesquisa para futuros trabalhos escolares e para reivindicação de reconhecimento perante a sociedade e para os próprios moradores “não índios” de Nazaré. Depois, eu, Pâmela e a professora Carmen agradecemos a oportunidade de ter escrito os trabalhos que demonstram tamanho significado para os indígenas.

### Imagem 20 - Reunião de entrega da monografia e eleição do cacique



Fonte: acervo próprio

Após a entrega dos produtos, Henrique pediu para fazer daquela reunião uma assembleia extraordinária, aproveitar a ocasião e realizar a eleição do cacique, já que ali havia muitos indígenas. A assembleia então foi feita e proferida por Henrique; aquele teria o papel de representar todo o povo na esfera Estadual, Federal, Municipal, e nas Entidades e Instituições que prestam serviços à comunidade.

É assim, você ou nós vamos eleger uma pessoa da comunidade que queira ser cacique da comunidade. Por enquanto eu estou respondendo pela comunidade, mas não quer dizer que seja eu não. Mas, agora vocês vão escolher quem a comunidade acha que deve representar seu povo. O que é isso? Vocês vão eleger o Cacique, que vai representar todos nós na esfera estadual, municipal, federal, na justiça, nos órgãos que acompanha e nas entidades não governamentais. A pessoa que for escolhida por todos será o legítimo representante, que tem poder para defender a comunidade e ser nosso legítimo representante. Para isso, terá que ser feita uma ata, indicando em quem a comunidade votou e assinar o representante de seu povo, então para isso a assembleia. Todos que votarem assinem e ponha o número de RG ou CPF, porque vai para o cartório e vai ser enviado para todos os órgãos municipais, estaduais; todos os órgãos do estado serão informados, quem é o representante verdadeiro de seu povo. Lembrando que já temos uma ata, já tem o modelo em mãos. Isso é porque toda comunidade indígena tem que ter um representante de seu povo. A gente já tem a associação, que é a pessoa jurídica, e agora vamos ter o representante do povo, que é o Cacique. Temos também o pajé, mas ainda vamos eleger uma pessoa, que é rezadeira, que faz remédio, depois nós vamos eleger ela. [...] Então vamos lá, quem é que a comunidade indígena escolhe para ser seu Cacique? [...] [todos responderam]: O Henrique! [...] Todo mundo levanta a mão aí para aceitar. Calma aí, é uma eleição!

Vamos assinar a ata para ser oficializado que vocês acabaram de me eleger Cacique da comunidade indígena Tabajara e Tapuio de Nazaré.

O indígena Henrique Manoel do Nascimento explicou a necessidade e importância em se ter um Cacique que represente a comunidade indígena, já que eles têm representação na esfera jurídica por terem uma associação registrada em cartório. Desde as primeiras mobilizações relacionadas à comunidade, por ter ascendência indígena, Henrique vem tomando a frente, a sua família foi uma das primeiras a se identificar enquanto tal. Em comemoração à entrega dos trabalhos e eleição do Cacique, foi realizada uma roda de *toré* dentro do salão paroquial com todos os presentes.

Ter um líder com o objetivo de consolidar a representatividade de um povo é um elemento político adotado como reivindicação, mas acima de tudo é também um “sinal diacrítico”, a fim de organizar uma identidade a partir de sinais que são fabricados pelos pertencentes de uma coletividade indígena. Assim, a eleição do Cacique Henrique deixa evidente a pertinência de Eric Hobsbawm (1997) no que tange às questões ligadas à construção de uma tradição. Ele argumenta que por várias vezes as tradições são inventadas como justificativa da existência e importância de respectivas nações.

A expressão utilizada pelo autor tem um sentido amplo, mas consegue definir tanto a tradição propriamente inventada, a institucionalizada, quanto aquelas que surgem repentinamente e acabam se estabelecendo como as outras. É pensando nisso que fica evidente nos dados etnográficos acima que há uma “tradição inventada”. O processo de invenção das tradições favorece a reflexão sobre a questão indígena no presente, a partir dessa necessidade de se reinventar, pois há um passado vivido por eles, mas a construção, nesse sentido, é caracterizada por acontecimentos de outrora e motivações do presente, assim:

O termo “tradição inventada é utilizado num sentido amplo, mas nunca definido. Inclui tanto as tradições realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar no período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez (HOBBSAWN, 1997, p 9).

A comunidade Nazaré é um grupo étnico (BARTH, 2011) diferenciado por agora ter sinais diacríticos (CUNHA, 1986) que revelam uma indianidade. Esses indivíduos se identificam, estão se reorganizando enquanto grupo e adotando práticas que estabeleçam esse mecanismo. De tal modo, os grupos étnicos implicam nas formas de organização que respondam às suas condições sociais e políticas; pensando nisso, João Pacheco de Oliveira

refletiu sobre a temática indígena no Nordeste a partir dos anos de 1990, abrangendo a territorialização, tema pertinente para a compreensão do processo de reorganização social de uma coletividade. Essa é uma dimensão chave para se compreender como esses povos se incorporaram dentro do estado-nação, a partir da imputação a um grupo de uma base territorial; de tal modo, teríamos o ponto de partida para compreender a territorialização como um fenômeno de tradições culturais e ressurgimento de identidade indígena.

Neste sentido, a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: i) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; ii) a constituição de mecanismos políticos especializados; iii) a redefinição do controle social sobre recursos ambientais; iv) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1999, p. 20).

O processo de territorialização pode ser entendido como um conjunto de ações do estado e dos indivíduos afetados, que engloba os indígenas, e produz uma formatação territorial, e de poder, específica. Essa constatação é comprovada a partir do fato de que todas as comunidades vão passar a ter um conselho (ter Pajé e Cacique), isso é evidente em nosso campo de estudo, que elege um Cacique para representar seu povo em outras instâncias relacionadas à comunidade e aprendem o *toré* para evidenciar o ritual. Tudo isso favorece pensar na questão indígena no presente a partir da necessidade de produzir um passado vivido por eles.

A coletividade Tabajara e Tapuio da aldeia Nazaré estabelece sua etnicidade por meio da consciência de pertencer a um grupo étnico e por colocar sua identidade étnica em prática na organização da comunidade, essa é a associação indígena criada no início dessa pesquisa de campo. Essa estrutura organizacional funciona como meio de reconhecer esse povo, nela os associados são vistos oficialmente pela sociedade e pelo poder público. A comunidade, com a necessidade de se organizar juridicamente e a partir de conversas com os Tabajara de Piripiri, fundou uma associação em virtude da maioria da população ser descendente de famílias indígenas, e que a cada reunião realizada pelos autodeclarados haviam novas adesões.

A criação da associação se deve também a ações do Governo do Estado para as comunidades. Essas ações são voltadas para a saúde, educação e questões relacionadas à terra. Segundo seus representantes, é papel deles fazerem os cadastros relacionados de todas as famílias indígenas autodeclaradas da região. Quando ocorre alguma ação enviada pelo Governo, também é função da associação coletar informações dos núcleos familiares para o atendimento da saúde e outras áreas. A associação Tabajara e Tapuio da comunidade tem a função de resolver questões burocráticas que dizem respeito aos moradores.



Hoje a coletividade da aldeia Nazaré encontra-se organizada, como já evidenciado, com associação, que possui: presidente, tesoureira e secretarias. Há também um Cacique. Estes trabalham na luta e proteção dos direitos do povo indígena junto com comunidades vizinhas, que é o caso dos Tabajaras de Piripiri e comunidades mais distantes, como os indígenas Cariri de Queimada Nova, que estão em processo de construção de conhecimentos culturais, sociais e políticos.

Por conseguinte, desde o ano de 2015, o grupo indígena em estudo vem se reorganizando socialmente e reivindicando seus direitos perante o estado do Piauí. Estes agora entram num processo de rememoração de sua indianidade e passam a se organizar como grupo étnico Tabajara e Tapuio da aldeia indígena Nazaré. A Emergência Étnica do grupo indica demanda de políticas a serem estabelecidas dentro da aldeia, essas são voltadas para saúde, educação, terra, cultura. Para melhor entendermos esse processo, irei agora adentrar em alguns eventos participados por eles, nos quais poderemos compreender melhor como está ocorrendo o processo de Emergência Étnica Indígena e o estabelecimento dessas políticas.

### **3.2 Os eventos – Engajamento dos Indígenas Tabajara e Tapuio da aldeia Nazaré**

A análise dos eventos torna-se necessária nessa etnografia, pois eles foram importantes para o processo de Emergência Étnica que os Tabajara e Tapuio da aldeia Nazaré estão vivenciando. Analisei esses eventos a partir do que foi dito, como foi expresso e quem foram os sujeitos que disseram, isso se transformou no que Mariza Peirano (2002) elege como “análise de eventos etnográficos”, que consistem em acontecimentos.

Os indígenas estão presentes em uma localidade situada na zona rural do município ao qual pertence. No momento da pesquisa de campo os agentes sociais que participam da coletividade sofreram uma série de perdas em relação aos seus direitos, e fomentaram lutas pela reconquista dos mesmos, foram à academia e instâncias públicas expressar-se enquanto agentes sociais mobilizados frente à sociedade e ao estado.

A participação dos indígenas da aldeia nas mobilizações dentro do estado do Piauí fez parte do que eles se tornaram hoje: uma comunidade organizada dentro de sua própria esfera. Essas participações ocorreram em congressos e simpósios sobre a temática indígena. Nessas experiências, foram trocados conhecimentos com outros povos étnicos, e “sinais diacríticos” foram adicionados pelo grupo.

Os eventos em que estive presente durante a pesquisa sempre aconteciam em universidades, museu ou na própria aldeia. A partir do comparecimento dos indígenas nesses

locais, pude observar um maior engajamento da comunidade. Percebi alguns fatores no decorrer dos eventos; um deles foi que os indígenas marcaram esses momentos como distintos acontecimentos que fornecem experiência e aprendizado. Essa afirmação está baseada no fato de que a participação desses atores em determinado evento é marcada pela troca de ideias em seu retorno para a aldeia, eles comentam sobre todos os acontecimentos vivenciados nos encontros. Muitas vezes são marcadas reuniões da associação indígena para que seja transmitido aos demais moradores os detalhes do que aconteceu. Uma outra dimensão marcante é que há uma *performance* coletiva para obter um determinado fim, isso foi observado porque em todos os eventos há um objetivo muito claro.

Um dos principais objetivos da Semana dos Povos Indígenas de 2016 era escrever uma carta de reivindicação de direitos ao governador do Estado do Piauí; nessas atuações dos indígenas há também uma ordenação e uma estrutura. Quando os convites de participação em eventos chegam na aldeia, o cacique sempre convoca as lideranças, e caso elas não possam estar presentes, outra pessoa é eleita para representar. Quanto à estrutura desses grandes eventos, parte são promovidos pelas universidades e Governo do Estado.

Minha participação neles, enquanto pesquisadora, serviu para observar como se dão as relações dos indígenas de Nazaré com outras aldeias, e com o poder público. Uma contribuição importante para a análise desses eventos foi o que Max Gluckman (1987) fez ao analisar a situação social da Zululândia, na inauguração da ponte, onde estavam juntos zulus e europeus. Embora houvesse conflitos por trás da cerimônia, naquele momento, ambos os povos cooperavam na inauguração da construção, mostrando como estavam agindo conjuntamente, formando uma única comunidade com modos específicos de comportamento. Quando se estuda um evento como parte do campo de estudo, é conveniente tratá-lo como “situação social”; de tal modo, “situação social é o comportamento, em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma comunidade” (GLUCKMAN, 1987, p. 238). Ao falar de evento podemos compreendê-lo como, “tudo que envolve ou afeta seres humanos” (GLUCKMAN, 1987, p. 238).

### **3.2.1 Semana dos povos indígenas realizada em 2016**

Um dos primeiros eventos que o grupo participou foi a Semana dos Povos Indígenas de 2016. Henrique Manoel do Nascimento era, nesse período, um grande organizador e incentivador da comunidade frente à reconstituição da história do grupo. A indígena e estudante da Universidade Federal do Piauí, do curso de Licenciatura em Educação do Campo, Campus

de Teresina, Dinayana Kelly do Nascimento, também foi fundamental nesse processo dentro e fora da comunidade.

A semana dos povos indígenas foi um evento realizado pelo Museu do Estado do Piauí - Casa Odilon Nunes, que é dirigido pela Secretaria de Cultura. O evento iniciou a partir do interesse e paixão pela causa indígena, da coordenadora do Museu, Dora Medeiros. Ela iniciou esse evento há quinze anos. Em 2016, o Museu do Estado entrou em reforma, surgindo o impasse e a dúvida se de fato a Semana dos Povos Indígenas seria realizada naquele ano. Diante disso, já havia se estabelecido uma parceria do Museu do Estado; Fundação Nacional do Índio – FUNAI, através do coordenador Romeu Tavares; e a professora Carmen da UFPI. Assim, surgiu a proposta de realizar o evento na Universidade Federal do Piauí.

A XIV Semana dos Povos Indígenas do Piauí teve como temática: A Construção da Política Indigenista no Piauí. Sabemos que há mais de dez anos os indígenas do Piauí levantaram a voz e começaram a afirmar a sua identidade para falar das necessidades e respeito aos seus direitos, mas sabemos também que, até agora, de fato, os direitos não foram implementados. Existiram algumas tentativas, mas ainda são poucas. Na verdade, as políticas diferenciadas que os indígenas têm direito ainda não foram efetivadas.

**Imagem 21** - Apresentação dos representantes da aldeia Nazaré na XIV Semana dos Povos Indígenas



Fonte: acervo próprio

Foram refletidas questões a cerca de três direitos fundamentais para os povos indígenas, sendo eles: saúde, terra e educação. A primeira mesa do evento falava sobre o direito territorial como um dos direitos fundamentais para os povos indígenas. A segunda mesa tratava da questão da saúde. Pensando nisso, lembramos de uma comissão criada pelo Governo do Estado que foi designada com a especificidade de refletir sobre a criação do Distrito Sanitarista Especial do Índio – DSEI, na Secretaria de Saúde. Há também uma Casa de Saúde Indígena – CASAI, em Teresina, mas que é voltada ao atendimento aos índios do Maranhão. Dessa maneira, torna urgente as discussões e práticas efetivas para a criação da CASAI dos índios do Piauí, para que possam atender as demandas destes que já são do estado. Entre outras questões, essas foram as mais abordadas exclusivamente na mesa direcionada à Saúde. A última mesa enfocava as discussões acerca da educação dos povos indígenas.

As mesas eram compostas por professores, indígenas, representantes do Governo e de outras instituições. Nesse momento, cada pessoa de dez a quinze minutos para expressar-se, e depois das falas foram abertos períodos para discussão. A primeira mesa, abordando a questão da terra, era composta pela professora Dra. Marcia Leila, Romeu Tavares, Cacique Francisca Kariri de Queimada Nova e o Procurador Público da União, Kelston Lages. A segunda abordou questões pertinentes à saúde, e era composta por Epifânio, da Secretaria de Saúde, representantes da CASAI Maranhão, Professora Dra. Joina, o Cacique Henrique da comunidade indígena Nazaré, devido ao seu trabalho realizado na assistência às pessoas doentes da aldeia, e o Pajé Chicão dos Tabajara de Piri-piri. A mesa de educação teve o professor Dr. Raimundo Nonato e Claudio, da SEDUC; nessa oportunidade foi o momento de discutir os motivos da assinatura do Pacto Potyrõ no Estado do Ceará, que contemplava a criação das escolas indígenas no Piauí que nunca foram feitas.

O Pacto Potyrõ foi construído com a participação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; contou também com a presença de comunidades indígenas, entes federativos e instituições afins, de representantes de etnias do Estado do Piauí, representações educacionais municipais do Ceará, e pessoas ligadas ao Ministério da Educação – MEC, entre outros. Esse pacto do território etnoeducacional está pautado de acordo com Decreto Federal Nº 6.861, de 27 de maio de 2009, segundo o qual cada território deve compreender, independentemente da divisão político-administrativa do País, “as terras indígenas, mesmo que descontínuas, ocupadas por povos indígenas que mantêm relações intersocietárias caracterizadas por raízes sociais e históricas, relações políticas e econômicas, filiações linguísticas, valores e práticas culturais compartilhados”. Ademais, é estabelecido em lei que cada território etnoeducacional

deve contar com um plano de ação para a educação escolar indígena, elaborado por comissão integrada por um representante do Ministério da Educação, um representante da FUNAI, um representante de cada povo indígena abrangido por esse tipo de território ou de sua entidade, um representante de cada entidade indigenista com notória atuação na educação escolar indígena, em níveis federais, estaduais e municipais, dentre outros membros envolvidos.

O momento foi propício para a organização territorial da educação escolar indígena, a fim de orientar o planejamento de políticas públicas da área e direcionar o financiamento e o apoio técnico da União, estados e municípios requeridos para sua implementação. Na ocasião, compunham também a mesa de educação a representante indígena Sandra, que possui experiências no processo de escolarização desse povo na localidade Canto da Várzea, e afirmou que esse pacto etnoeducacional entre Piauí e Ceará nunca foi cumprido, e que a realidade da educação de indígenas no estado é muito precária.

A dinâmica da Semana foi pensada de maneira a não ser apenas um momento de apresentação teatral dos índios, mas como espaço de discussão dos problemas que necessitam enfrentamento por parte do estado, de acordo com as demandas dos indivíduos afetados por essas políticas. Sendo assim, a Semana dos Povos Indígenas de 2016 foi estruturada de forma específica para que cada mesa tivesse uma relatoria composta por alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, distribuídos da seguinte maneira: o discente Ismartônio faria a relatoria da mesa da saúde; Luana Magalhães, a relatoria da educação; e eu fiz a relatoria da mesa sobre terra. À medida que as pessoas se expressavam, procurávamos identificar os problemas levantados e quais demandas decorreriam deles. No final da Semana, produzimos um documento (Imagem 22), que abordava as reivindicações dos indígenas do Piauí; este documento, assinada em 19/04/2016, exigia providências urgentes do Governo do Estado.

A carta construída na XIV Semana do Povos Indígenas, apresenta as demandas resultantes das reflexões feitas durante o evento. As lideranças indígenas dos povos indígenas Kariri e Tabajara do Piauí, tornaram pública a situação de abandono em que se encontram suas comunidades e deixam evidente o descumprimento dos direitos indígenas estabelecidos na Constituição brasileira e legislação internacional assim: Além do preconceito e discriminação que nos aflige diariamente, somos afetados pela negação do direito territorial e do direito à saúde e à educação. Diante da gravidade do quadro, que os indígenas piauienses vêm passando no estado, estes pedem na carta empenho e a parceria do Governo do Estado do Piauí, da Secretaria de Estado de Cultura do Piauí por meio do Museu do Piauí - Casa de Odilon Nunes, do Ministério Público Federal, da Fundação Nacional do Índio, da Secretaria de Saúde Indígena, da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, da Universidade Federal do Piauí e da Universidade Estadual do Piauí, na resolução dos nossos problemas e no atendimento das seguintes reivindicações. Todos os indígenas presentes no auditório Noé Mendes -

Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI, assinaram o documento e partiram em direção ao palácio de Karnak, para fazer a entrega de suas reivindicações para o governo do Estado do Piauí.

Ao final do evento, quando os indígenas do Piauí chegaram ao Palácio do Karnak junto ao governador, havia outros vindos do Maranhão, convidados pela comitiva do executivo estadual para estarem presentes na cerimônia de comemoração do dia do Índio. As lideranças indígenas das comunidades do Piauí dividiram espaço e tempo de pronunciamento frente aos outros indivíduos vindos do estado vizinho.

**Imagem 22** - Coleta das assinaturas dos índios presentes na construção da carta dos povos indígenas do Piauí<sup>5</sup>



Fonte: acervo próprio

Na imagem 23, pode-se observar a Liderança Indígena de Canto da Várzea, Cicero Dias, fazendo a leitura das reivindicações que foram escritas na carta e as pronunciando no púlpito, local este que é ocupado pelo governador para a realização de pronunciamentos. Nesse momento, percebemos que todos os indígenas piauienses ali presentes quebraram o protocolo

---

<sup>5</sup> Esta coleta de assinaturas foi realizada na Universidade Federal do Piauí - UFPI no Auditório Noé Mendes, local de realização do evento.

do Governo e tornaram-se os protagonistas, assim resultando numa “ação coletiva de caráter expressivo”. Segundo Mariza Peirano (2001), essas situações em que os sujeitos estão presentes em reuniões, reivindicações, assembleias, e se utilizam da fala focando pautas, negociações e discussões em público, “produzem um novo sentido social no qual reivindicar direitos sociais a partir de uma história e identidade se torna ato legítimo” (PEIRANO, 2001, p. 13).

**Imagem 23** - Leitura da carta de reivindicações entregue ao governador do Estado do Piauí



Fonte: acervo próprio

Em todos os momentos da XIV Semana dos Povos indígenas, os moradores da comunidade Nazaré estiveram presentes, participando das discussões e se expressando em relação às dificuldades enfrentadas dentro e fora da comunidade. Esse momento foi primordial para os avanços do movimento indígena que está acontecendo nesse local, começando pelo crescimento das famílias que estão se reconhecendo enquanto indígenas na comunidade, onde os números deram um grande salto. Assim sendo, segundo o Cacique dos Tabajara e Tapuio, Henrique Manoel do Nascimento:

Depois daquela carta as portas se abriram. O Governo Estadual está fazendo a parte dele, agora o Federal que é o principal, está tirando o que nós temos. Mas nós temos que brigar, porque no próximo ano tem eleição, vai que o Lula ganha e o Wellington Dias ganha, nós temos como trazer a FUNAI de volta e equipada.

Dinayana Kelly do Nascimento, também indígena da aldeia, complemente:

As mudanças na comunidade começaram a surgir a partir do ano passado, que teve o negócio lá na universidade, que teve a carta que o governador liberou as coisas, depois daquela carta mudou completamente as coisas. Porque muita coisa a gente não conseguia na FUNAI, porque lá só poderia fazer as coisas que era delegado pra ele fazer, ele não podia fazer, nem autonomia para fazer muita coisa, pois é.

### 3.2.2 Reabertura do Museu do Estado

Em fevereiro de 2017, aconteceu a reabertura do Museu do Estado do Piauí - Casa Odilon Nunes, e os povos indígenas do estado adquiriram uma sala dedicada à memória de sua presença na região. Na sala há objetos pertencentes a comunidades indígenas Tabajara de Piripiri, Tabajara e Tapuio de Nazaré, e dos Cariri de Queimada Nova. Assim, o museu tem como objetivo estabelecer o importante papel na preservação da cultura indígena.

Na sala, também há um painel com fotos dos representantes das comunidades e seus anciãos, além de peças de artesanato e cerâmicas. Essa iniciativa do Museu do Estado promove a visibilidade de nossos povos indígenas, que vêm lutando há mais de dez anos por seus direitos. O espaço traz as faces desses grupos, marcados pelo tempo e pelo processo de mistura que sofreram ao longo dos anos. A sala e os objetos que nela estão são representações das lutas diárias em busca do reconhecimento e respeito frente à sociedade piauiense e ao estado.

**Imagem 24** - Museu do Estado do Piauí



Fonte: acervo próprio



### 2.2.3 Semana dos povos indígenas 2017

A XV Semana dos Povos Indígenas em 2017 foi realizada no Museu do Estado do Piauí - Casa Odilon Nunes, nos dias 18, 19 e 20 de abril. A abertura do evento foi realizada no dia 18 à noite. No dia 19, ocorreu apenas uma mesa redonda com o tema “Empoderamento dos povos indígenas: Direito, Cultura e Memória”. Nela, haviam vários representantes do Governo, além dos Caciques das comunidades. No horário da tarde houve oficinas de artesanato, e na manhã do dia 20 foram exibidos filmes sobre a temática indígena. Os participantes voltaram para as suas aldeias na tarde do dia 19, após a oficina de artesanato ministrada por índios do Maranhão.

Estive presente em todos os momentos do evento e conversei com alguns indígenas que apresentaram declarações de insatisfação em relação ao evento. Relatavam que o modelo convencional havia voltado, que o momento foi apenas de aplausos para eles, que a Semana dos Povos Indígenas do ano anterior havia sido mais produtiva, e que sempre deveria ser realizada na Universidade.

**Imagem 25** - Mesa de abertura da Semana dos Povos indígenas 2017



Fonte: acervo próprio

Na única mesa que aconteceu no evento foram pautadas todas as “melhorias” que ocorreram nas comunidades desde a entrega da carta de reivindicações. Nela, ocorreu também o lançamento de um evento internacional que houve na Universidade Estadual do Piauí -UESPI,

o África Brasil: Narrativas e Cidadania; que não estava relacionado à temática central da Semana. O encontro realizado na UESPI abordou temas como literatura, histórias e culturas afro-brasileiras e afrodescendentes, e ocorreu no mês de novembro, tendo seu lançamento realizado na Semana dos Povos Indígenas.

A análise de eventos se fez necessária nesse tópico, pois foi a partir deles que algumas demandas conseguiram ser alcançadas; porém, mesmo com suas deficiências, já existem algumas iniciativas por parte do Governador do Estado. A comunidade Nazaré, *locus* dessa pesquisa, a partir desses contatos estabelecidos com outras comunidades, com a universidade e com as agências do Governo, avançou consideravelmente em relação ao engajamento desses indígenas, pois essa etapa, de 2016 a 2017, mostra um salto significativo em números e em organização da comunidade.

Muito se tem a alcançar, mas a passos curtos esses indígenas outrora “silenciados” estão reinventando suas tradições a partir do contato com outras agências, e continuam a demonstrar isso em seu cotidiano e em seus posicionamentos. Nessas ocasiões que evidenciei, a fala deles passou a ser reconhecida e, nesse caso, a antropologia não é inerte, ela influencia no olhar que lhe é dirigido. Dessa maneira, as pautas tratadas nos eventos tornaram-se ações, algumas vezes realizadas pelo Governo e outras conquistada pelos próprios indígenas. Assim, a coletividade em estudo recebeu e participou desses momentos, evidenciados no próximo tópico.

### **3.3 Demandas e Reivindicações**

No decorrer das incursões em campo, muitos foram os momentos em que os indígenas estiveram presentes discutindo e tratando de seus interesses. Desde a carta de reivindicações encaminhada ao governador do Estado, algumas ações foram implementadas, muitas vezes essas transformavam-se em eventos que tratavam da saúde, educação e terra. Neles se discutia como deveria ser a diferenciação dessas políticas para os indígenas.

A aldeia Nazaré passou a traçar estratégias e ações dentro do seu local. Os moradores organizaram-se e desenvolveram maneiras para defender direitos e interesses coletivos. Esse movimento indígena não é o mesmo de 2015, ano em que escrevi meu primeiro trabalho. Eles estão passando por uma fase formada a partir de trabalhos e lutas na vida coletiva. A integração dos índios, segundo eles, só passou a ser concreta com a oficialização da Associação; com isso, eles estão organizados como o povo indígena Tabajara e Tapuio da aldeia Nazaré, que foi formado a partir de uma assembleia com todos que se autodeclaravam indígenas na comunidade. Além da elaboração de uma ata de abertura da associação, na qual consta a eleição

de presidente, secretários e tesoureiro, como o Cacique Henrique Manoel do Nascimento afirma: “a gente se tornou oficial quando fundamos a associação e registramos ela em cartório”.

### **3.3.1 Saúde**

Inicialmente iremos abordar a questão da saúde indígena no estado em relação à aldeia Nazaré, mas a realidade dos indígenas piauienses sobre esse assunto está aquém do necessário para esses povos. No Estado do Piauí “há apenas um sonho de DSEI - Distrito Sanitário Especial Indígena”, segundo afirma o coordenador Epifânio Ferreira dos Reis Neto.

O problema relacionado à saúde dos índios refere-se ao trabalho realizado pela Secretaria de Saúde, que fez estudos para a identificação da presença indígena no estado. A partir desse levantamento, o governador Wellington Dias autorizou a criação de uma coordenação para formar o Distrito Sanitarista Especial do Índio - DSEI no Estado, para a elaboração desse projeto de implantação do DSEI - PI. Essa comissão foi deveras criada e é composta por representantes da Secretaria de Saúde e Educação, Universidade Federal do Piauí, Universidade Estadual do Piauí, Fundação Nacional do Índio e Lideranças indígenas das comunidades organizadas no estado. Os estudos feitos pela coordenação do projeto de criação do DSEI - PI foram realizados nas comunidades indígenas Tabajara e Tapuio de Nazaré, Tabajaras de Piripiri e os Cariri em Queimada Nova, e foram implementadas algumas ações a partir da criação dessa coordenação, que constituem os primeiros passos do Governo do Estado.

O primeiro passo da Secretaria de Saúde foi a realização do rastreamento de câncer nas índias das comunidades. O mutirão foi pensado para atender mais de 250 mulheres indígenas em todo o estado. Durante todo o mês de maio, as comunidades receberam a visita de ginecologistas, enfermeiras e alunos da Residência Multiprofissional em Saúde da Família da UFPI para a realização do exame Papanicolau. As atendidas pertenciam à faixa etária de 25 a 64 anos. Isso ocorreu a partir de parceria firmada entre a Secretaria da Saúde - SESAPI, Instituto Nacional do Câncer - INCA e Secretarias Municipais de Saúde. A análise dos materiais coletados foi feita pelo Laboratório Central do Estado - LACEN. Antes do exame ser realizado, as mulheres foram preparadas pela equipe de Equidade e da Saúde da Mulher da Secretaria, que realizaram uma roda de conversa, na qual faziam uma abordagem voltada para o câncer do colo do útero e prevenção, e a importância dos exames.

A comunidade Nazaré também recebeu essa caravana da saúde enviada pela SESAPI. Primeiramente, o senhor Epifânio, coordenador do projeto de atendimento à saúde dos indígenas no Estado do Piauí, enviou fichas para que os índios das comunidades fizessem um cadastro por famílias, identificando-se nessa etnia. Foram os próprios moradores que fizeram o

preenchimento dessas fichas enviadas pelo coordenador. A comunidade recebeu o mutirão da prevenção de câncer da mulher e do homem. As consultas e exames eram destinados apenas aos indígenas cadastrados; após o atendimento destes, seriam abertas consultas à comunidade. Dona Antônia Maria da Silva e Antônio Pereira, tesoureira da associação indígena, narrou como aconteceu de fato esse atendimento na comunidade Nazaré:

Isso foi o Epifânio que mandou. Que o pessoal reivindicou naquela carta lá. Ai, como o Epifânio trabalha lá, então foi ele que ajustou. Veio uma equipe de Teresina. Agora o cadastro foi nós mesmo, ele mandou as fichas e nós fizemos, eu mesma fiz algumas por aqui, aí a gente registrou algumas famílias que ainda não tinha se identificado. Porque depois que começou a vir ajuda pra gente o pessoal começou a vim atrás para se identificar. E a gente fez, parece que umas 52 fichas das mulheres, que vem agora no mês de maio. É o Epifânio que vai trazer a equipe de médico que vem para cá, que é exame de prevenção só para os indígenas. Ai, já veio para os homens, já veio uma equipe de médico só para os homens indígena, aí depois liberou para a comunidade. No começo era só para os homens indígenas, aí o Henrique ficou avisando para um e outro, aí depois ele liberou para todo mundo, como é a primeira vez que consulta, então vamos fazer geral. Agora essa das mulheres é somente para quem é cadastrado. Eles vêm, dão palestra, mostra vídeo, um monte de coisa que eles fazem, são três dias. O dos homens foi só um dia todo. Agora mesmo já teve uma ação, que até o Epifânio, para a saúde da mulher e saúde do homem, que era para quem era diabético, colesterol, para doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, essas coisas, mas veio para a comunidade inteira e agora vem a das mulheres. Parece que é dia 06 de maio a data.

Entende-se por Distrito Sanitarista Especial do Índio - DSEI, uma unidade que gerencia e descentraliza o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena – SASI, vinculado ao Sistema Único de Saúde - SUS. Seu modelo organizacional de serviço é orientado para um espaço etnocultural dinâmico, geográfico, populacional e administrativo bem delimitado, assim contemplam um conjunto de atividades técnicas, apontando medidas racionalizadas e qualificadas de atenção à saúde para as comunidades indígenas. No Brasil, existem 34 DSEIs, divididos por critérios territoriais, tendo como base a ocupação geográfica das comunidades indígenas. Sua estrutura de atendimento conta com postos de saúde e com polos base, as Casas de Saúde Indígena - CASAI. Verifica-se que o Estado do Piauí tem tomado medidas por meio do governador do Estado; este, como já citado acima, criou uma comissão para uma criação de DSEI – Piauí, porém, evidencio que a dinâmica do órgão é descentralizada para a SASI, que coordena as atividades técnicas realizadas nas comunidades.

Houve, no dia 04 de dezembro de 2017, na Universidade Federal do Piauí – UFPI, o evento que tinha como tema central a saúde indígena no estado. Este foi o I Seminário de Saúde Indígena, realizado pela SESAPI e Governo do Estado, com apoio da UFPI e NESP. Havia uma

mesa redonda intitulada “Criando rede de colaboração na saúde indígena”. Participavam da mesa os representantes da FUNASA, o coordenador do curso de Medicina da UFPI, o Presidente do CRM - PI, um representante do MPF e as lideranças indígenas de Piripiri, Cacique José Guilherme e Pajé Chicão, e o cacique Henrique de Nazaré. Algumas reflexões foram feitas sobre a implementação da saúde indígena no estado, e ao final do dia foi construída uma carta constituída pelos desafios enfrentados por estes; o documento foi aprovado e encaminhado para o governador do estado.

Finalizada as questões que tratam sobre a saúde indígena, iremos abordar o tema da educação, debatido em conferência criada para discutir essa demanda prioritária na ocasião; a partir disso, foram implantadas ações nas comunidades, que serão evidenciadas a seguir.

### **3.3.2 Educação**

Em relação à política educacional voltada para os povos indígenas, a Secretaria Estadual de Educação e Cultura - SEDUC, realizou a primeira conferência da Comunidade Educativa articulada com a II Conferência Nacional de Educação Indígena – CONEEI; e tinha o objetivo de debater a educação escolar desses povos. A secretaria, desde a carta de reivindicações entregue ao governo, vem realizando uma série de eventos relacionados aos índios e algumas ações para incorporar a temática indígena nas escolas a partir das realidades locais. O encontro foi realizado no município de Piripiri e reuniu representantes das aldeias de Nazaré e Piripiri, afim de discutir políticas públicas voltadas para a educação escolar desses povos.

A Secretaria de Educação do estado trabalha junto às comunidades, discutindo a proposta de eixos ligados à língua, gestão, infraestrutura e livros. A primeira e única escola indígena existe na comunidade Tabajara de Canto da Várzea e Oiticica, que beneficia os índios de Piripiri, mas no momento a escola não está em funcionamento. O projeto de educação implantado pela secretaria visa atender 79 indígenas que estão em processo de alfabetização pela Unidade de Educação de Jovens e Adultos da SEDUC. Como afirma Dinayana:

Formou uma turma de EJA para os indígenas. Já teve uma turma que já saiu da primeira fase e agora está entrando outra. A professora da primeira fase é a Antônia, a que foi com a gente para a semana dos povos indígenas, e a segunda fase é com a Remedinha, que também se declarou indígena por parte do Tio Doca. O Doca, que na última reunião falou da Raquel, ainda Raquel, só que não sei falar.

Outra ação realizada pelo Governo do Estado está relacionada à terra. Foi a partir de ações do Governo na comunidade Nazaré que a organização da mesma mudou. Antes apenas

23 famílias constavam no sistema de cadastramento na Fundação Nacional do Índio – FUNAI, junto com a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA; recentemente fizeram um cadastro por meio do Instituto de Terras do Piauí - INTERPI, sob o compromisso de cessão do título da terra para as famílias declaradas indígenas de Nazaré, visto que elas moram há muito tempo e não se sabe a quem pertence essa terra; nesse cadastro registraram-se 72 núcleos familiares.

O que se pode observar como fator emergente, em todos esses eventos e ações realizadas, é que o movimento indígena atual, por não recusar suas histórias marcadas pelas lutas, está se reorganizando gradativamente em meio à crise, pedindo os seus direitos e clamando pela resolução de suas demandas, que não podem ser ignoradas.

É de notório avanço essas comunidades receberem ações que demonstram o mínimo de interesse por parte do estado, e percebemos o despreparo para lidar com políticas efetivamente voltadas para os indígenas. A relação destes frente a esse processo se reflete no afinamento de estratégias de enfrentamento, e para que sejam considerados índios formalmente, perante instâncias públicas, esses indivíduos estão munindo-se de suas associações, e estão representados pelos seus Caciques e Pajés; além de, principalmente, estarem presentes nos eventos promovidos pelo Governo do Estado. Podemos analisar esses momentos como um espaço de afirmação de identidade e reafirmação de alianças com representantes do poder público que, de certo modo, apoiam as mobilizações apresentadas diante deles.

### **3.3.3 Museu Indígena**

Em 2016, a aldeia indígena Nazaré participou do II Fórum de Museus Indígenas do Brasil, ocorrido no Estado de Pernambuco, na aldeia indígena dos Kapinawá. Foram enviados representantes dos Tabajara de Piripiri, do Cariri de Queimada Nova e os Tabajara e Tapuio de Nazaré. Os representantes desta aldeia participaram das discussões ocorridas no fórum e conheceram projetos de museus indígenas pelo Brasil. Com essa participação ativa no evento, alguns encaminhamentos foram trazidos para a comunidade, dentre eles a criação do Museu Indígena da aldeia Nazaré, mas havia algo maior a acontecer.

As comunidades que representavam o Piauí retornaram antes do Fórum finalizar. Segundo os participantes da aldeia Nazaré, eles se candidataram para pleitear o evento. Durante a volta para o Piauí, ficaram sabendo que a terceira edição ocorreria em Nazaré no mês de outubro de 2017. A organização do museu indígena ocorreu por meio da estudante de Licenciatura em Educação do Campo, Dinayana Kelly Uchoa do Nascimento, pois para o

evento acontecer eram necessárias a elaboração de um projeto de museu e a construção de um espaço para serem colocadas as primeiras peças doadas pelos moradores da localidade.

Para a implantação desse projeto, a família do senhor Antônio Francisco (citado anteriormente como Pajé da comunidade no dia da visita do programa Caminhos & Trilhas), doou uma casa e um terreno que pertenciam a sua família para que o museu começasse a ser organizado. Já haviam sido colocadas algumas peças, mas passado algum tempo a casa foi solicitada pelos proprietários, por ser herança da família de Antônio, e não seria mais permitida a utilização do espaço; dessa maneira o museu perdeu o seu lugar.

Outro morador de Nazaré, que se reconhece enquanto indígena, o Senhor João Inácio, doou uma pequena casa para o armazenamento das peças já adquiridas; enquanto o Fórum era organizado e realizado, seu João foi um dos primeiros a doar peças para o museu. O Museu do Estado também contribui na organização do espaço dedicado à cultura indígena de Nazaré; como em 2016 o Museu do Estado havia entrado em reforma e algumas de suas prateleiras foram trocadas por novas, a coordenadora deste, por meio de ofício encaminhado pelos índios da comunidade, doou as prateleiras e vidraças antigas para o espaço indígena. Dessa forma, as peças recebidas pelos moradores foram melhor acomodadas no espaço que hoje funciona o tão almejado museu.

O III Fórum Nacional de Museus Indígenas do Brasil ocorreu na aldeia, entre os dias 18 e 21 de outubro de 2017, organizado pela Associação dos Povos Indígenas Tabajara e Tapuio da aldeia Nazaré - APIN. O evento teve início na tarde do dia 18 de outubro na Universidade Federal do Piauí, onde o Programa de Pós-Graduação em Antropologia, parceiro do evento, recepcionou os índios e pesquisadores vindos de todo o Brasil, além de um representante indígena do México; nessa ocasião foi promovida a discussão da rede indigenista de museus. Em seguida, os participantes se dirigiram para a aldeia. Durante todo o evento ocorreram rodas de diálogos, troca de experiências e dinâmicas.

**Imagem 26 - Roda de conversa no III Fórum de Museus Indígenas do Brasil**



Fonte: acervo próprio

O museu indígena da aldeia Nazaré é um “museu vivo”, segundo os próprios índios, pois ele é considerado um espaço para guardar as suas próprias memórias, suas vivências culturais, e um local que fortalece a sua luta diariamente. Dentro da comunidade o museu se renova, e com isso torna-se documento do que foi vivido no passado, pois as memórias que são guardadas ali significam luta, resistência e “um futuro ainda cheio de vitórias”. Assim, a realização do Fórum e a construção do museu deu maior visibilidade para os Tabajara e Tapuio contarem sua história e reivindicarem sua identidade.

### 3.3.4 Qualificação da terra indígena

Antes da coleta de dados para a qualificação da terra indígena, já havia sido realizada pelo Governo do Estado uma ação relacionada à terra. Essa ação foi marcada por um cadastro, feito por meio do Instituto de Terras do Piauí - INTERPI, para a concessão de terrenos aos moradores.

Nos dias 19, 20 e 21 foram realizadas as coletas de dados da qualificação de reivindicações de terra feita pela FUNAI. Esse foi o primeiro processo para a organização do Grupo de Trabalho (GT) do território reivindicado pelos indígenas. Nessa etapa de coleta, foram



obtidos dados diagnósticos de localização, descrição geográfica e as principais coordenadas que delimitam o espaço reivindicado. A qualificação feita em Nazaré seguiu o roteiro básico disponibilizado pela FUNAI, e o relatório segue em construção pela equipe que fez o trabalho. Assim, mais uma vez a aldeia avança em relação às demandas reivindicadas ao órgão indígena responsável por fazer o trabalho de demarcação de terras.

Esse capítulo apresentou como ocorre o processo de Emergência Étnica Indígena na comunidade Nazaré, evidenciando que os pertencentes de sua coletividade participam ativamente por meio de eventos relacionados às demandas de saúde, educação e terra. Algumas ações já foram realizadas, mas ainda pontuais em meio a essa complexidade de acontecimentos. A etnicidade desses povos é edificada a partir das relações construídas nessas participações sociais e políticas e, muitas vezes, estabelecem e mediam sua posição de atores sociais que representam sua coletividade em todos os espaços alcançados.

Através dos relatos coletados durante o trabalho de campo, alguns aspectos foram enfatizados, um deles foi a construção da memória e identidade dos Tabajara e Tapuio de Nazaré. Assim, o grupo se constrói e se reconstrói a partir de suas narrativas que permitem verificar a configuração da etnicidade desses povos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao eleger o povo Tabajara e Tapuio da aldeia indígena Nazaré, procurei, em primeiro lugar, apresentar informações pertinentes à presença dos índios na região Nordeste. Assim, utilizei dados do Censo Demográfico para evidenciar o crescimento desses indígenas nos Censos de 1991, 2000 e 2010. Isso se fez necessário, pois a região, desde a década de 1980, vem passando por um forte processo de Emergência Étnica Indígena. Com o objetivo de visibilizar os índios piauienses e situar o leitor no contexto em que eles viveram por anos, e foram considerados como sujeitos “dizimados” e que “não existiam” no estado, realizei uma curta análise que retratava a presença destes na colonização. Foi feita também uma observação de onde se encontram esses indígenas dentro do Estado do Piauí, para termos uma noção geográfica do espaço no qual estão reivindicando sua identidade. Esse esforço foi necessário para o entendimento de que se trata aqui de observar sujeitos que possuem uma ascendência étnica, e que passam por um processo de reafirmação de sua identidade, além de buscarem reconhecimento em um local que negava sua existência.

O relato etnográfico forneceu uma descrição detalhada do que seria meu campo de pesquisa. A riqueza dos dados apresentados mostrou minuciosamente o que seria a aldeia indígena Nazaré e como está organizada. Desde o início da pesquisa, percebi que as mudanças nela aconteceram rapidamente; antes mesmo de fazer minha primeira visita, eles já haviam constituído uma associação, e ao final compreendi que eles avançavam em relação aos outros grupos indígenas piauienses, no quesito organização e engajamento. Afinal, uma coletividade coordenada recentemente que já possui o primeiro museu indígena no estado e os únicos a conseguirem a qualificação de sua terra por meio da FUNAI.

Foram feitas também observações desses indivíduos fora de sua aldeia. Em todos os eventos, sendo congressos, seminários e simpósios; até mesmo convite para falar de sua história em encontros vinculados a universidades, os indígenas de Nazaré se faziam presentes. No decorrer desses dois anos, a participação deles foi constante, o que demonstra grande interesse em fomentar a sua identidade, terra e direitos, e tê-los reconhecidos perante os demais seguimentos sociais.

Esse momento de transformação política que ocorre na aldeia me permite entrar na discussão das ações pontuais que o Governo do Estado vem implementando, não só em Nazaré, mas nas demais comunidades indígenas do Piauí. Essas ações se revertem em eventos ou visitas dos órgãos que gerenciam a saúde, a educação e as terras. As demandas que chegam até os

órgãos do governo do estado propiciam uma perspectiva de que com a participação nesses eventos gere mudanças, e aceitem que esses órgãos adentrem a comunidade possibilitando a implantação de direitos diferenciados.

É possível perceber entre os moradores da aldeia tem um receio em relação às ações do Governo do Estado sobre esses direitos demandados, porque é necessário um processo burocrático. Esse processo os leva à crença de que a resposta do poder público pode demorar, ou mesmo não chegar a uma solução. Contudo, ainda existem os que acreditam e lutam para que sejam alcançadas as políticas diferenciadas para os povos indígenas.

Nessa dissertação, introduzo a temática da memória que se faz presente, pois é a partir dela que a identidade dos índios da aldeia Nazaré é construída. Nessa fase do texto, procurei evidenciar as narrativas fornecidas pelos próprios indivíduos da coletividade, que propiciou surgir a capacidade de cada interlocutor narrar as trajetórias das primeiras famílias Cadois e Cabeludo, as “índias pegas a dente de cachorro”, as histórias do olho d’água do Cedro. Isso é indispensável para entendermos como se processa a identidade indígena e as estratégias da construção da etnicidade dos Tabajara e Tapuio.

Enquanto Cientista Social que se transforma em antropóloga, almejo continuar a estudar as lacunas que precisam ser preenchidas e explanadas em um trabalho mais detalhado que está por vir. Ainda não sou profunda conhecedora da questão indígena no estado, mas o campo me mostrou o quanto essa discussão e situação fazem sentido e merecem ser explanadas por mais vezes e por mais pesquisadores, afinal esses povos do estado do Piauí estão surgindo, e é importante destacar e visibilizar esses agentes sociais que apresentam forte consciência política e são capazes de buscar e realizar seus anseios em torno do que desejam para si e para a sua aldeia.

## REFERÊNCIAS

- AGIER, M. Distúrbios identitário em tempos de globalização. **Mana**, v. 7, n. 2, s. p., 2001.
- ARRUTI, J. M. A. A emergência dos remanescentes: nota para diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, v.3, n. 2, pp. 7-38, 1997.
- AUGÉ, M. **As formas do esquecimento**. Lisboa: Íman Edições, 1998.
- BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FERNART, J. (Orgs). **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.
- BAPTISTA, G. **Etnohistória indígena piauiense**. Teresina: EDUFPI, 1994.
- BERGSON, H. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CHAVES, J. **O índio no solo piauiense**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.
- COHEN, A. **O homem bidimensional**: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- CONNERTON, P. A memória Social. In: ROCHA, M. M. (Org.). **Como as sociedades recordam**. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- CUNHA, M. C. da. **Antropologia do Brasil**: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense/editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- CUNHA, M. C. da. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- FARIAS JUNIOR, E. de A. Cartografia social e conhecimentos tradicionais associados à reivindicação de territorialidades específicas no baixo Rio Negro: os quilombolas do Tambor. In: ALMEIDA, A. W. B. de. *et al.* (Orgs.). **Cadernos de debates, nova Cartografia Social: Conhecimentos tradicionais e territórios na Pan-Amazônia**. Manaus: UEA, 2010, pp. 90-97.
- FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, s. v., n. 13, pp. 155-161, 2005.
- FRENTRESS, J.; WICKAM, C. **Memoria Social**. Lisboa: Editorial Teorema, 1992.
- GLUCKMAN, M. A análise de uma situação social na Zululândia moderna. In. BIANCO, B. F. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987, pp. 237-364.

- GONÇALVES, R. C. A História e o oceano da memória: algumas reflexões. **Saeculum**, v.4, n. 5, pp. 13-39, 1999.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. da; HALL, S.; WOODWARD, K. (Orgs.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HOBBSBAWN, E.; RAGER, T. **Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Os indígenas no censo demográfico de 2010: primeiras considerações no quesito cor ou raça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- MALINOWSKI, B. Introdução: tema, método e objetivo dessa pesquisa. In: MALINOWSKI, B. **Os argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultura, 1984, pp. 17-34.
- MARTINS, S. A. C. Os caminhos das aldeias Xucuru-Kariri. In: OLIVEIRA, J. P. de (Org.). **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria/LACED, 2004, pp.199-230.
- NUNES, O. **Estudos de história do Piauí**. Teresina: COMEPI, 1975.
- NUNES, O. **Um desafio da historiografia do Brasil**. Teresina: COMEPI, 1979.
- OLIVEIRA, J. P. de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, v. 4, n. 1, s. p., 1999.
- OLIVEIRA, R. C. de. **Identidade étnica e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.
- OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. **Revista de Antropologia**, v. 39, n. 1, pp. 13-37, 1996.
- PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizonte Antropológico**, v. 20, nº 42, pp. 377-391, 2014.
- \_\_\_\_\_. **O dito e o feito: ensaios de Antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2001.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, pp. 3-15, 2001.
- WEBER, M. Relações Comunitárias Étnicas. In: WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

## ANEXOS

### ANEXO A - Carta dos Povos Indígenas Kariri e Tabajara do Piauí



Nós, lideranças dos Povos Indígenas Kariri e Tabajara do Piauí, reunidos na XIV Semana dos Povos Indígenas – A construção da Política Indigenista no Piauí, realizada de 17 a 19 de abril de 2016, em Teresina (PI), viemos, por meio desta, tornar pública a situação de abandono em que se encontram nossas comunidades e o descumprimento dos direitos indígenas estabelecidos na Constituição brasileira e legislação internacional. Além do preconceito e discriminação que nos aflige diariamente, somos afetados pela negação do direito territorial e do direito à saúde e à educação. Diante da gravidade do quadro, pedimos o empenho e a parceria do Governo do Estado do Piauí, da Secretaria de Estado de Cultura do Piauí por meio do Museu do Piauí - Casa de Odilon Nunes, do Ministério Público Federal, da Fundação Nacional do Índio, da Secretaria de Saúde Indígena, da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, da Universidade Federal do Piauí e da Universidade Estadual do Piauí, na resolução dos nossos problemas e no atendimento das seguintes reivindicações:

- Qualificação das demandas territoriais dos povos indígenas do Piauí;
- Início dos estudos de identificação e delimitação das terras indígenas;
- Resolução do conflito fundiário com parque eólico e proibição das invasões existentes no município de Queimada Nova, que está se acirrando devido ao não andamento do processo de demarcação da Terra Indígena Kariri;
- Que a empresa Casa dos Ventos e o IBAMA sejam notificados pela FUNAI e Ministério Público Federal da existência da demanda territorial indígena da Aldeia Serra Grande, localizada no município de Queimada Nova;

- Presença da FUNAI em Queimada Nova para orientar a comunidade Kariri sobre o processo de Cadastramento Ambiental Rural - CAR, que está sendo preenchido indevidamente por pessoas não indígenas dentro da terra indígena;
- Fortalecimento da FUNAI no Piauí, através da reestruturação da Coordenação Técnica Local, que inclui ampliação do quadro de funcionários, estruturação do escritório e viaturas, para que de fato tenha condições de se deslocar e atender as demandas dos povos indígenas piauienses;
- Agilizar a criação do Distrito Especial de Saúde Indígena do Piauí (DSEI – PI) e a inclusão imediata de representantes da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) na Comissão Técnica para Elaboração do Projeto e Implementação do DSEI - PI – Portaria 249/2016;
- Criação imediata de Posto de Saúde da Família (PSF) com transporte, que atendam exclusivamente os indígenas até que seja criado o DSEI - PI. Que o Governo do Estado do Piauí, através da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí, negocie com as Secretarias Municipais de Saúde de Queimada Nova, Lagoa de São Francisco e Piripiri a criação destes PSFs. Isto não deverá ser entendido como a municipalização da saúde indígena, mas sim como uma resposta imediata e necessária diante da urgência dos casos de doenças que afligem as comunidades indígenas;
- Implementação das escolas indígenas, no âmbito da Secretaria de Educação do Estado do Piauí, nos municípios de Lagoa de São Francisco, Queimada Nova e Piripiri;
- Estruturação da Escola Indígena do Canto da Várzea, em Piripiri, com mobília, equipamentos e o transporte escolar necessários ao seu funcionamento;
- Cumprimento do pacto celebrado entre os governos do Piauí e do Ceará, através da Secretaria Estadual de Educação, no ano de 2014, que estabelece a Pactuação do Território Etnoeducacional Potyrõ;
- Criação do Magistério Indígena no Piauí pela Secretaria de Estado da Educação do Piauí, em parceria com a Universidade Federal do Piauí (UFPI) e a Universidade Estadual do Piauí (UESPI);
- Favorecer a inclusão dos indígenas na UFPI e UESPI, através de políticas e ações afirmativas tais como cotas, bolsas, pesquisas e ações de extensão.

Finalizamos, afirmando que estamos dispostos a lutar por nossos direitos e que desejamos contar com a parceria do Governo do Estado do Piauí, da Secretaria de Estado da Cultura do Piauí por meio do Museu do Piauí - Casa de Odilon Nunes, do Ministério Público

Federal, da Fundação Nacional do Índio, da Secretaria de Saúde Indígena, da Universidade Estadual do Piauí e Universidade Federal do Piauí nesta difícil empreitada.

Teresina (PI), 19 de abril de 2016.



**ANEXO B - Relatório referente ao resgate da história indígena da comunidade Nazaré - Lagoa de São Francisco – PI**

A presença indígena foi, desde o princípio da história do Piauí, visibilizada. O estado foi um dos últimos do Brasil a reconhecer e admitir a existência de uma história indígena e considerar o ressurgimento de uma cultura indígena. Na contramão dos dados oficiais (que até a pouco tempo afirmava que índios no estado teriam sido dizimados por completo) é crescente o número de pessoas que se autodeclararam pertencentes a uma etnia no estado do Piauí. A recente atenção dada a existência de grupos indígenas em território piauiense demandou a vinda de um escritório da FUNAI para o estado, afim de se instrumentalizar as ações oficiais de reconhecimento, que até então estão em processo de regularização. Foi através da FUNAI e da UFPI que realizaram estudo em nossa comunidade Nazaré e estamos resgatando a cultura indígena por sermos descendentes da tribo Tabajara e estamos nos organizando e se autodeclarando para lutar por nossos direitos e melhores condições de vida. Segue abaixo a quantidade de famílias que se autodeclararam indígena.

FAMILIAS DECLARADAS INDÍGENAS	PESSOAS DECLARADAS INDÍGENAS	0 A 10 ANOS	10 A 20 ANOS	20 A 40 ANOS	40 A 85 ANOS
74	242	31	56	59	96

**ANEXO C - Carta da comunidade indígena Nazaré - Lagoa de São Francisco – PI**

Sr. Governador,

Vimos por meio desta solicitar de vossa excelência a permanência da FUNAI no Piauí, pois sabemos da importância do trabalho da FUNAI para resgatar a história indígena e desenvolver projetos de apoio aos povos indígenas, sabemos que nossos direitos foram negados por muito tempo e agora não podemos perder o órgão que nós representamos no Estado, portanto pedimos seu apoio para que a FUNAI permaneça e que seja implantado mais projetos que venham a beneficiar os povos índios.

Certo de seu apoio, de já agradecemos.

Atenciosamente Comunidade indígena - Nazaré Lagoa de São Francisco - PI,  
07/07/2016.